

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional
Programa de Pós-Graduação em Geografia

IGOR PAOLO RIBEIRO DIAS RODRIGUES

TERRITÓRIO E PODER: AS ELITES E A ORGANIZAÇÃO DO
TERRITÓRIO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

Campos dos Goytacazes
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

IGOR PAOLO RIBEIRO DIAS RODRIGUES

TERRITÓRIO E PODER: AS ELITES E A ORGANIZAÇÃO DO
TERRITÓRIO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Geografia
da Universidade Federal Fluminense como
requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Geografia.

ORIENTADORA: Prof^ª. Dr^ª. Silvana Cristina da Silva

Campos dos Goytacazes
2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
BUCG / UFF / Campos

D541t Rodrigues, Igor Paolo Ribeiro Dias.
Território e poder: as elites e a organização do
território em Campos dos Goytacazes (RJ) / Igor Paolo Ribeiro
Dias Rodrigues. -- Campos dos Goytacazes, RJ: [s.n], 2016.

136f. : il.

Orientador: Silvana Cristina da Silva
Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade
Federal Fluminense. Campos dos Goytacazes, RJ, 2016. Área de
Concentração: Análise Regional e Ambiental
Referências. f.127-135

1. Elites políticas - Brasil. 2. Campos dos Goytacazes (RJ) - Usos e costumes - Séc. XIX. Campos dos Goytacazes (RJ) - Condições econômicas - Séc. XX. I. Silva, Silvana Cristina. II. Título. III. Título: as elites e a organização do território em Campos dos Goytacazes (RJ)

CDD 981

IGOR PAOLO RIBEIRO DIAS RODRIGUES

TERRITÓRIO E PODER: AS ELITES E A ORGANIZAÇÃO DO
TERRITÓRIO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Geografia
da Universidade Federal Fluminense como
requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Geografia.

Data da apresentação: 29 de março de 2016

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Dr.^a. Silvana Cristina da Silva (Orientadora)
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. José Luiz Vianna da Cruz
Universidade Cândido Mendes

Prof. Dr. Glauco Bruce Rodrigues
Universidade Federal Fluminense

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e minha irmã pelo apoio e carinho nestes momentos de longa imersão nos estudos.

A minha orientadora a Prof^a. Dr^a. Silvana Cristina da Silva por toda sua orientação e conselhos sempre presentes e fundamentais na pesquisa.

Aos amigos da Geografia que juntos nos aventuramos sendo a primeira turma de mestrado em Geografia da UFF Campos dos Goytacazes.

Aos professores participantes da banca e da qualificação da dissertação Prof. Dr. José Luiz Vianna da Cruz e Prof. Dr. Glauco Bruce Rodrigues pelas profundas e valiosas análises da pesquisa.

À CAPES pela bolsa de mestrado e o apoio a pesquisa.

E por fim a vida, ao mistério insondável, e pela graça e oportunidade de viver, a Deus que mora nos detalhes.

RESUMO

O território de Campos dos Goytacazes e suas elites são o objeto de estudo de nosso trabalho. O objetivo da pesquisa é compreender a organização do território e das elites campistas, sendo estas os grupos dominantes, capazes de organizar de forma hegemônica o território. As relações de poder desse processo, e as ações políticas dos grupos sociais envolvidos são assim fundamentais nesta análise. As divisões das frações da elite internamente e ao longo do processo de apropriação e reprodução territorial são o desenrolar desta pesquisa. As elites em Campos dos Goytacazes se formaram nos momentos iniciais da organização territorial, o território colonial agrário e escravista, onde se deu o esboço da elite. Deste substrato teremos a consolidação de uma elite já estruturada no século XIX, fruto da modernização dos engenhos, e que se constituiu em um restrito grupo que domina economicamente e politicamente. Essa elite foi a base originária das elites do século XX, as elites campistas neste momento foram marcadas pela elite política representante do conjunto das elites, e a fração dominante, os usineiros, controladores das indústrias e da produção sucroalcooleira. Durante este século vemos a expansão da monocultura e da produção sucroalcooleira, e assim do domínio destas elites. Será na década de 1980 que encontraremos o declínio econômico das elites e sua erosão política. Da profunda crise local e nacional, política e econômica das antigas elites, e a instalação de uma nova realidade. Trabalhamos com a hipótese de que com o fim das elites tradicionais uma “nova elite” surge dominando o Estado. Em um contexto de declínio da monocultura da cana e a descoberta de petróleo em Campos, que levará ao desenvolvimento de uma economia dos *royalties*, e a vultosos recursos para a prefeitura e a elite que a assumiu, a qual denominamos elite político-administrativa.

Palavras-chave: Território; Poder; Elites; Campos dos Goytacazes.

ABSTRACT

The territory of Campos dos Goytacazes and its elites are the object of study of our work. The objective of the research is to understand the organization of the territory and elites of Campos, these being the dominant groups, able to organize hegemonically territory. The power relations in this process and the political actions of the social groups involved are thus fundamental in this analysis. The divisions of elite fractions internally, over the appropriation and territorial reproduction process are the development of this research. The elites in Campos dos Goytacazes formed in the early stages of the territorial organization, the agrarian and slaveholding colonial territory, where it has the elite outline. From this substrate will consolidate already mature elite in the nineteenth century, thanks to the modernization of the mills, and which constituted a restricted group which dominates economically and politically. This elite was the originary base of the elite of the twentieth century, the elites at this time were marked by the political elite representative of all the elites, and the dominant fraction, the mill owners, controllers industries and sugarcane production. During this century we see the expansion of monoculture and the sugar and alcohol production, and thus the domain of these elites. It will be in the 1980s that we find the beginning of the economic decline of the elites and their political erosion. The profound local and national crisis, political and economic, of the old elites, and the installation of a new reality. Work with the hypothesis that with the end of the traditional elites a "new elite" appears to dominate the state. In a context of declining sugarcane monoculture and the discovery of oil in Campos that lead to the development of an economy of royalties and vast resources to the city and the elite that took over, which we call political and administrative elite.

Keywords: Territory; Power; Elites; Campos dos Goytacazes.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Lista de prefeitos e respectivas profissões/ocupações (1901 a 1988).....	41
Quadro 02: Lista de presidentes da Câmara e respectivas profissões/ocupações (1901 a 2015).....	51
Quadro 03: Presidentes da Associação Comercial e Industrial de Campos (1909-2016).....	59
Quadro 04: Presidentes da Câmara de Dirigentes Lojistas por período (1963-2015).....	60
Quadro 05: Usinas em Campos e seus proprietários – 1934.....	65
Quadro 06: Quantidade de usinas nos séculos XX-XXI.....	78
Quadro 07: Lista de prefeitos e respectivas profissões/ocupações (1989-2016).....	104

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 01 – A FORMAÇÃO DAS ELITES EM CAMPOS DOS GOYTACAZES.....	10
1.1 - A organização do território campista	10
1.2 - A origem das elites	21
1.3 - A modernização e o projeto Campos capital	31
CAPÍTULO 02 – AS ELITES CAMPISTAS: ELITE POLÍTICA, USINEIRA E FRAÇÕES ELITISTAS	37
2.1 - A elite política campista	37
2.1.1 - Presidentes da Câmara Municipal.....	51
2.2 - Frações da elite campista e instituições representativas das elites	58
2.3 - A elite usineira.....	61
2.4 - A crise da elite usineira e do setor sucroalcooleiro	75
2.5 - Projeto de poder das elites e o discurso regionalista	80
CAPÍTULO 03 – ECONOMIA DOS <i>ROYALTIES</i> E A NOVA ELITE POLÍTICO-ADMINISTRATIVA	89
3.1 - A crise social e a emergência do petróleo	89
3.2 - A erosão política das antigas elites: redemocratização e eleições em 1988.....	93
3.3 - Campos e a economia dos <i>royalties</i>	97
3.4 - A “nova elite” político-administrativa pós-1988.....	102
3.5 - Práticas políticas elitistas em Campos.....	111
3.6 - A nova elite político-administrativa e o velho território desigual	116
CONCLUSÕES	121
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	127

INTRODUÇÃO

O território de Campos dos Goytacazes e suas elites são o objeto de estudo desse trabalho. O objetivo da pesquisa foi compreender a organização do território e das elites campistas, sendo estas os grupos dominantes nesse processo. As relações de poder e as ações políticas dos grupos sociais envolvidos são assim fundamentais. As características, a formação e a consolidação das elites e seus discursos e práticas, bem como a forma e atuação das elites na organização do território, foram analisadas nesta dissertação.

O texto da dissertação divide-se em três capítulos. O primeiro estuda a formação das elites em Campos dos Goytacazes, trazendo a problematização do conceito de território na relação entre espaço e poder, o que foi fundamental para a análise em tela. Isso nos leva diretamente aos momentos iniciais da organização do território campista e ao esboço das condições e características que formaram as elites. Na origem das elites, iniciamos a discussão dos grupos que dominam e influenciam o território. Primeiramente, chamamo-los de “elites”, o que levou a discussão do respectivo conceito. Esta questão desemboca na formação e consolidação da elite campista, em suas características e mutações, a partir do território colonial, baseado em uma economia agrária e escravista, tendo na cana seu centro, dos “senhores de engenho” até os “barões de açúcar” do século XIX e seus projetos de poder e modernização.

O segundo capítulo, intitulado “As elites campistas: elite política, usineira e frações elitistas”, descreve as características e a consolidação desses grupos dominantes. A elite política no século XX se reveste de importância por ser a fração que representa politicamente as elites campistas, sobretudo através da ocupação dos aparelhos estatais, notadamente pela Prefeitura e pela Câmara Municipal, que percebemos a partir da análise realizada sobre os prefeitos e presidentes da Câmara. As informações levantadas nos permitiram afirmar a correspondência representativa entre elites e elite política. Dentre as diversas frações das elites, levantamos a presença de algumas instituições classistas e representativas, bem como de grupos, como os comerciantes que tiveram papel importante nas elites constituídas em suas relações de poder e na organização do território. Mas, de todas as frações elitistas, aquela que exerce o maior domínio sem sombra de dúvida são os donos de usinas, a “elite usineira”. Em um contexto histórico secular de monocultura da cana, estes indivíduos controlam as indústrias-chave do amplo setor sucroalcooleiro local. São o símbolo do elitismo e do território desigual, uma minoria dentro da própria minoria. Entretanto, se o século XX é o seu

século, não tarda nele mesmo seu fim. A crise terminal dos anos 1980 marcará de forma profunda o declínio das antigas elites, a sua hegemonia, e a “região açucareira campista” criada como projeto de poder será profundamente abalada.

A abertura regional ocorrerá neste contexto e o terceiro capítulo, “Administrações públicas, economia dos *royalties* e a nova elite político-administrativa”, estuda a “nova” realidade que se instala. Uma grave crise social se segue ao declínio das antigas elites e do setor sucroalcooleiro: desemprego, pobreza e desigualdade reforçada. Porém, não serão os únicos fenômenos a ocorrerem, pois, no final dos anos 1970, o petróleo é descoberto na chamada bacia de Campos e logo começa sua produção. Nesse contexto, continuamos o estudo a partir do significativo processo de erosão política das antigas elites, simbolizadas pela redemocratização e as eleições de 1988, consideradas um marco para o surgimento de um novo grupo político emerso do contexto de crise e de crítica às elites. Paradoxalmente, este grupo se constituiu também enquanto elite, uma “nova elite político-administrativa”, dentro de um contexto que agora evidencia a derrocada sem volta da monocultura da cana e o começo da chamada economia dos *royalties*, que se instalaram em Campos. É a partir dos vultosos recursos das rendas petrolíferas que a nova elite se sustenta. Tal como as antigas elites tinham a cana como base, as novas têm esses recursos. A própria constituição de uma atual elite evidencia que tanto esses recursos e as mudanças ocorridas não significaram a transformação da lógica elitista na organização do território campista. A desigualdade, exclusão, exploração e domínio, que historicamente sempre estiveram presentes, permanecem.

01 – A FORMAÇÃO DAS ELITES EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

1.1 – A organização do território campista

Como era tempo de chuva, dormi no balanço do trem. Quando dei conta do andado, já a cidade apresentava suas casas (...) o homenzinho das passagens, aparecido na porta do vagão, avisou: Campos! Campos dos Goytacazes!
José Cândido de Carvalho, O Coronel e o Lobisomem

O processo de constituição do território em Campos dos Goytacazes se inicia enquanto tal na chegada-invasão portuguesa na região, desconsiderando nesse momento os territórios indígenas que dantes aqui se constituíam, com sua própria lógica e organização, mas que foram completamente destruídos com a instalação portuguesa e sua territorialização.¹ Falar da lógica de instalação portuguesa significa situá-la dentro de abrangente contexto escalar e temporal. Em termos políticos e de estratégia, num sentido de plano, podemos falar em uma “geopolítica da instalação portuguesa na América”, a que se refere Moraes (2011). Assim, o próprio intento colonial pode ser entendido dentro dessa geopolítica em questão, enquanto expansão territorial de Portugal.

Por isso, para o autor, as sociedades coloniais têm a dimensão espacial como central e o modelo de colonização se baseia em uma particular forma de relação com o espaço. Forma essa baseada, primeiramente, na conquista e em seguida na dominação e exploração. Dessa forma, faz todo o sentido o entendimento da colônia como fruto da expansão do território e, talvez mais ainda, como prolongamento de um território longínquo e descontínuo. Talvez sublinhar a colônia como prolongamento traga à tona a relação de dependência que se instala, seja ela econômica, política ou cultural, dependência que é marca do desenvolvimento brasileiro. Assim, se voltarmos às formas de relação com o espaço, que são a base de nossa formação, seja a conquista violenta como forma de estabelecimento do poder, seja o domínio político sustentado e sustentando a exploração econômica, temos o desenrolar dos “territórios coloniais”: territórios da dominação política externa e exploração econômica subordinada, como modelo de desenvolvimento colonial do capitalismo.

¹ O processo violento de dominação e colonização na região foi especificamente brutal para as tribos que viviam nas planícies ou nos campos, dos Goytacazes – que de Goytacazes restou apenas o nome, visto que pouquíssimas marcas culturais ou materiais resistiram. As próprias características desse grupo indígena foram escondidas pelo processo de colonização.

A estratégia utilizada por Portugal será definida a partir de características próprias, dadas as dificuldades financeiras e demográficas. Estabeleceram-se as capitânicas hereditárias (as capitânicas já eram uma forma testada por Portugal), que não eram feudos, mas que, segundo Moraes (2011), traziam alguma coisa de um antigo arcabouço medieval, um certo isolamento e autarquização.

O território é fundamental para a análise dessa sociedade, em quaisquer escala e recorte realizados. Já na origem etimológica, *território* tem uma conotação material e simbólica. Segundo Haesbaert (2007), terra – *territorium/terreo-territor* – significa dominação da terra e ligação com o terror. Apesar das diferenças fundamentais entre as diversas acepções de território, qualquer uma estabelecerá uma relação umbilical com o poder. O autor percebe que esse “poder” vai além do tradicional “poder político”, mais explícito e ligado à dominação, chegando à implícita apropriação simbólica. Gottmann (2012) considera território um conceito político e geográfico. Souza (2009) considera que o que define o território é a dimensão política, o poder caracteriza o conceito, não significando por outro lado que outras dimensões sociais não estejam presentes, como a cultural ou a econômica. Essa dominação da “terra” é a marca principal da colonização e da organização territorial fruto da expansão territorial portuguesa. Isso é sintomático da relação que Gottmann (2012) estabelece entre território e soberania, em uma articulação com controle e monopólio do território (acessibilidade) e a legitimação jurídica. O controle do território e sua acessibilidade serão a marca da organização territorial das elites campistas. Sua monopolização será exercida a partir da exploração econômica e da dominação política.

Poderíamos nos perguntar se, já que o poder ou as relações políticas definem território, o que é e como definir poder? Raffestin (1993), logo no início do seu capítulo sobre poder, demonstra a difícil tarefa de defini-lo. Castro (2011) também concorda e deixa clara a polissemia da noção, complexa e cheia de tensões. Para o geógrafo suíço, o poder tem definições ambíguas e na história houve estabelecimento de uma relação direta entre poder e Estado (Estado como única fonte de poder) – a forma unidimensional sobre a qual Becker (1998) também fala. Desse obscurecimento é feito o contraponto, que é a riqueza de considerar outras formas e fontes de poder. Assim, o autor logo diferencia o Poder do poder.² O primeiro é mais claro porque aparece através do território e das instituições, é maciço e

² “O poder, nome comum, se esconde atrás do Poder, nome próprio. Esconde-se tanto melhor quanto maior for a sua presença em todos os lugares. Presente em cada relação, na curva de cada ação: insidioso, ele se aproveita de todas as fissuras sociais para infiltrar-se até o coração do homem” (RAFFESTIN, 1993, p. 52).

visível, parece ter corporeidade e se identifica. O segundo espalha-se nas relações sociais, é peregrino e invisível, multidimensional e transcendente. Influenciado por Michel Foucault, considera-o intrínseco em toda relação e, mais, se mostra por conta da própria relação. A sua síntese de Foucault joga luz sobre a ideia de poder, definindo contornos mais nítidos e elencando características fundamentais.

1. O poder não se adquire; é exercido a partir de inumeráveis pontos; 2. As relações de poder não estão em posição de exterioridade no que diz respeito a outros tipos de relações (econômicas, sociais etc.), mas são imanentes a elas; 3. O poder vem de baixo; não há uma oposição binária e global entre dominadores dominados; 4. As relações de poder são, concomitantemente, intencionais e não subjetivas; 5. Onde há poder há resistência e no entanto, ou por isso mesmo, esta jamais está em posição de exterioridade em relação ao poder (RAFFESTIN, 1993, p. 53).

O autor reconhece que intencionalidade, resistência e dissimetria são componentes fundamentais das relações sociais, em processo conflituoso. Além disso, estabelece uma relação de poder com uma estrutura polarizada, onde se dá o confronto e se estabelece o campo de relação, utilizando para isso o magnetismo como metáfora. A conclusão a que chega é que se pode definir poder como termo único, no sentido de que, já que é correlato a todas as formas de relação, perde-se o sentido em discriminar poder político, econômico etc., afinal toda relação é uma relação de poder. Raffestin (1993) se apropria dessa base foucaultiana desenvolvendo-a. Usa a ideia de poder, relacionando energia e informação, na qual os movimentos e fluxos, e as formas de mobilização e combinação existentes, são componentes da diferenciação de sua conceituação de poder. Por fim, ao se perguntar sobre a fundamentação do poder, chega ao trabalho como raiz basilar do poder.

A posição de Castro (2011) irá se diferenciar na discordância com a tese de que toda relação contém relações de poder ou de que o poder contém todas as relações. Entretanto, também entende o conceito de um ponto de vista relacional, de forma que não entende poder como coisa em si (substantivo), algo que se tem ou possui, mas sim como uma relação que se exerce, relação que pressupõe assimetria de meios e posse, ao estilo de Foucault. O poder entendido como relação traz sempre a ideia de ação e também o campo das vontades, permanecendo dentro do contexto histórico-geográfico das sociedades. A autora também elabora, a partir da síntese de vários pensadores (Michel Foucault, Max Weber e Hannah Arendt), três formas de poder, que são entendidas em suas diferentes manifestações e em suas diversas formas de serem exercidas, deixando-se claro o caráter de modelo ideal das formas e sua impossibilidade de serem consideradas conceitos puros. Enfim, uma interessante

exposição dos limites do poder aparece como “impotência do poder”³, uma expressão estranha semanticamente à primeira vista, que é principalmente discutida dada a consideração do caráter assimétrico das relações de poder.

A primeira das três formas é o poder despótico, no qual o contrato ocorre devido ao medo, utilizando-se dos instrumentos de coerção e do uso de força e violência. Esse é o “poder com pouco poder”, porque se fundamenta na violência em relação à vontade do outro, com a imposição de sua própria, o que pode levar a formas de anulação radicais. Weber, por exemplo, irá denominá-lo como “dominação”. A segunda forma de poder é mais poderosa do que a primeira e se denomina “autoridade”. Diferente da anterior, o contrato se dá por concessão, o que confere certa legitimidade social, sendo aceito de alguma forma. Pode ser definida pela submissão e adesão a outras vontades, que por algum motivo colocam-se como superior, e cuja desobediência gera sanções, mas que já eram previamente conhecidas e aceitas socialmente. A última forma é denominada de poder político, que abarca tanto a dominação quanto a autoridade, ambas compondo a base desse poder. O que se estabelece é um jogo, ora de um ou de outro polo em exercício. Faz-se uso das duas bases para alcançar o bem comum, que funciona como justificativa para seu exercício, para o qual um mínimo de consentimento social é necessário em sua realização (CASTRO, 2011).

Do uso de diversos termos em relação à problemática política, Souza (1995) comenta a confusão entre poder, violência, dominação, autoridade, competência e o lamento de Hannah Arendt em relação a isso. O conceito de poder da autora alemã possibilita a ampliação do uso e, principalmente, a conjugação de sua ideia com projetos políticos alternativos. O poder aqui já não seria enxergado como algo mal em si, no sentido do seu uso heterônomo e de dominação, diferenciando-o radicalmente em relação à violência. É um conceito marcado por seu caráter relacional, e não como propriedade individual, sendo fruto das relações sociais entre os grupos.⁴ Nesse sentido, a violência seria a manifestação clara da perda de poder, ou seja, seriam ideias opostas. Já para Raffestin, com um entendimento mais tradicional, a

³ “Um exemplo extremo do problema é o do escravo que, não obedecendo ao senhor, escolhe a morte, uma vez que este tem poder de vida e morte sobre ele. Neste caso, o poder do senhor é totalmente impotente, pois mesmo que eventualmente ele mate o escravo, é posta em ação uma sanção que não garante o exercício ou uma resolução do seu poder sobre ele, pois não houve a obtenção dos *efeitos desejados*, mas ao contrário, a confissão definitiva da impotência do poder diante da vontade do outro” (CASTRO, 2011, p. 100).

⁴ “O poder corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está ‘no poder’ estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome. No momento em que o grupo, de onde originara-se o poder (*potestas in populo*, sem um povo ou um grupo não há poder), desaparece, ‘o seu poder’ também desaparece” (ARENDR, 1985, p. 24 *apud* SOUZA, 1991, p. 80).

violência seria uma forma de poder, obviamente o poder em sua forma exacerbada de violência. Para nós, é importante notar que a violência da desigualdade representada na assimetria de poder dos grupos sociais no território campista, bem como as formas de realização desse poder, serão características da realidade espacial campista e dos grupos dominantes que se formarão ao longo da história.

Independentemente das vertentes expostas, parece ficar claro que o poder tem uma relação estreita com o espaço e, no caso específico de nosso estudo, isso evidenciará o controle elitista do território. Castro (2011) traz John Agnew para afirmar que o poder é espacial e é exercido em relações sociais espacializadas. O próprio caráter e as diferenças desse poder, que não é uniforme, virão da diversidade da espacialidade, evidenciando que as escalas são fundamentais para o entendimento do poder. É interessante notar que Becker (1998), em seu texto “Resgate da geopolítica”, também discute essas questões, mas para ela a complexidade do poder e do próprio espaço, ao mesmo tempo em que mantém o “mistério” e a difícil empreitada de se entender o poder, também abre uma grande possibilidade que necessita ser resgatada:

No entanto, o poder está longe de ser explicado pela ciência; é ainda um enigma. Relação social difusa, teia presente na sociedade inteira e no espaço inteiro, o poder deriva de múltiplas fontes e o espaço tem, sem dúvida, uma potencialidade política e social que cumpre ser resgatada (BECKER, 1988, p.101).

O que fica é a relação espaço-poder na constituição do conceito de território, e é por esse prisma que olharemos a organização do território campista. A conceptualização é diversa e Haesbaert (2001) sintetiza três concepções de território. A primeira, “jurídico-política”, é a mais difundida entre as três e está relacionada ao Estado. Define-se como um espaço controlado e delimitado pelo poder exercido. A segunda, “culturalista”, tem relação com o simbólico-cultural, definindo-se a partir da apropriação simbólica de um espaço por um grupo. A terceira é pouco difundida, “econômica”, definindo-se pela espacialização das relações econômicas. O autor ainda fala em uma última, “naturalista”, que atualmente não está mais sendo muito desenvolvida e que tem a ver com território e as relações sociedade-natureza.

Haesbaert (2007) entende que território vai desde a explícita dominação político-econômica à implícita apropriação cultural-simbólica. Por isso, utilizará a distinção de Henri Lefebvre para diferenciar e definir a apropriação como relacionada ao campo do vivido e do valor de uso, e a dominação mais concreta e relacionada ao valor de troca. Compreende o

conceito como expressando um “espaço-tempo vivido” complexo e diferente do território hegemônico do capitalismo, “unifuncional” por definição e encarnado na figura do Estado. A própria lógica capitalista irá fazer com que o processo de dominação sobreponha a “(re) apropriação” por parte da sociedade. O território assim deve ser trabalhado na multiplicidade de suas manifestações, de quem domina aos dominados, da luta hegemônica à luta de resistência. Por esse ângulo, a ideia de Santos (2000) é o território como abrigo em relação aos “atores hegemonzados” ou como recurso aos “atores hegemônicos”, distinguindo-os a partir de quem o constrói e de seus objetivos políticos. Como o controle social do espaço, que Becker (1998) também salientou, principalmente na relação espaço e poder. E cada vez mais o controle do espaço se expressa como controle social, controle esse exercido de variadas formas pelas elites campistas, conforme verificaremos.

A territorialidade humana ligada diretamente ao poder seria expressa também em suas dimensões econômica e cultural, contendo dois tipos ideais de território, que Haesbaert (2007) conceitua como território funcional e simbólico, ligado fundamentalmente às ideias de apropriação e dominação. Assim, as relações de poder produzem tanto funções, quanto significados. Como são ideais, os dois tipos não podem ser considerados puros, mas sim, na realidade, encontram-se em um *continuum*. É importante também perceber a historicidade do território, porque a apropriação e a dominação vão variar ao longo do tempo, além de em si mesmas, como na relação entre elas nesse *continuum*. Aqui reside o valor da historicização do território campista. A organização construída a partir da dominação elitista se revelará diversa e modificada ao longo do tempo. O território seria então um instrumento de poder e valor, além de valor de uso ou troca, mas também como valor simbólico. No território caberia finalmente a espacialidade das relações de poder:

(...) o território se define mais estritamente a partir de uma abordagem sobre o espaço que prioriza ou que coloca seu foco no interior dessa dimensão espacial, n-a ‘dimensão’, ou melhor, n-as problemáticas de caráter político ou que envolvem a manifestação/realização das relações de poder, em suas múltiplas esferas (HAESBAERT, 2009, p. 105).

Uma importante síntese do território é a de Souza (1995). A primeira frase define muito bem e contém tudo de essencial em relação ao conceito; entende território como “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (p. 78). Mas ele avança para que a primeira definição se afaste por completo da tradicional concepção de território, para não limitar o entendimento e levá-lo a uma associação com uma coisificação do território. A

segunda frase é sutil e tenta se descolar por completo da naturalização do físico, entendendo que territórios são “antes relações sociais projetadas no espaço que espaços concretos” (p. 87). E finaliza, realizando a crítica da coincidência entre território e materialidade, mas não deixando margem para críticas que digam que essa teorização abdique ou não da importância do substrato material. Território seria então um “campo de força” ou “relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial” (p. 97).

Esse campo de força chamado território é uma dimensão do espaço social, assim como o poder é dimensão das relações sociais; o território seria então expressão dessas relações (SOUZA, 2009). Haesbaert (2001) vai lembrar que para David Harvey é a “prática humana em relação ao espaço” que responderá o que é o espaço. Usando essa mesma lógica, o autor vai considerar que é através das questões dentro de um processo de territorialização que poderemos chegar não a uma definição “acabada”, mas a uma aproximação do território. Mais importante do que responder “o que é território” é se questionar sobre as questões que nos levam a produzirmos as concepções de território.

No território como fruto das relações de poder projetadas no espaço, da materialidade e do simbólico, vemos a dinâmica da dominação político-econômica e da apropriação simbólica. Quem domina este território é uma “minoridade política” que representa uma classe, de onde, a partir da relação das posses dos meios de (re)produção, sai sua sustentação, que é política e econômica de forma dialética, mesmo que não diretamente em sua totalidade. Sendo assim, uma parte ou fração da elite se estabelece enquanto “elite política”.

No caso de Campos⁵, desde muito cedo veremos o estabelecimento de um grupo que exercerá domínio sobre os demais. Não por acaso, por muito tempo serão chamados de “senhores”, palavra que designa muito bem a relação de mando e subserviência, além de ser um termo político por excelência. Expressa um território marcado pela desigualdade e exploração, por relações de poder brutalmente assimétricas, pelo domínio político e exploração econômica, uma terra assim de senhores e de escravos e servos. É na origem desse território que encontramos a origem dessa elite, e vice-versa. Nesse caso, veremos a multiplicidade das manifestações do território. Como já nos lembrou Haesbaert, a historicidade do território é fundamental, porque os processos de apropriação e dominação serão variados ao longo da história, mudando e se rearranjando.

Nesse período inicial, ainda falamos de um território colonial, criado para atender as variadas funções demandadas pelos grupos políticos que controlam o território, desde

⁵ Utilizaremos ao longo da dissertação a denominação Campos para Campos dos Goytacazes.

inicialmente a presença portuguesa e de seu Estado, até os donatários e seu poder nas vilas. A cidade colonial é marcada como centro político da colônia e local de tributação, ainda estreitamente ligada ao campo, subordinando-se a ele (BECKER; EGLER, 2003; FARIA, 2003). A dimensão política da configuração da cidade colonial é marcante e é seu elemento definidor. Para Becker e Egler (2003), essas primeiras estruturas de poder local estabeleceram o controle sobre o território, dividindo os períodos iniciais da construção do território nacional em três (marinha, sertão, minas).

Os autores denominam uma configuração espacial e temporal que nos interessa particularmente no caso de Campos: a marinha espacialmente litorânea, que marca a configuração urbana brasileira, e temporalmente colonial, com uma economia que nasce extrativista e desenvolve-se sobre a produção açucareira. “A marinha foi o território do engenho” (BECKER; EGLER, 2003, p. 93), onde suas relações sociais de poder e produção desenvolveram-se. Segundo os autores, essa economia açucareira se utilizou das bases materiais já implantadas do extrativismo da madeira, o que é confirmado por Cruz (2003), onde encontramos que as primeiras atividades realizadas na região Norte Fluminense foram, em 1538, a extração de madeira e o cultivo de cana na foz do rio Itabapoana e do Paraíba do Sul, em São João da Barra.

Três eram as bases materiais que os primeiros colonos-invasores se utilizaram para o estabelecimento da economia açucareira. A primeira é a floresta que fartamente fornecia madeira para as construções e a lenha combustível para os engenhos, facilmente acessada através do litoral e da foz dos rios, o que a região de Campos atendia. A segunda é o que Becker e Egler (2003) chamam de várzeas úmidas litorâneas, com sua boa fertilidade e periódica cheia e seca, com a possibilidade de escoar a produção fluvialmente; Campos geomorfologicamente é uma grande planície alagável, construída com os sedimentos do rio Paraíba do Sul, onde se podia desenvolver o cultivo e por onde fluvialmente era escoada a produção. A terceira é o uso das populações indígenas em trabalho compulsório na abertura e manutenção de lavouras, o que, por sua vez, foi uma tentativa frustrada (BECKER; EGLER, 2003; CRUZ, 2003; FARIA, 2003).

Como não poderia ser diferente, foi essa lógica territorial colonial que se instalou em Campos. Segundo Moraes (2011), experimentou-se o plantio de cana de açúcar – planta e produto já conhecidos dos portugueses de outras experiências coloniais. Será essa planta e seu produto principal, o açúcar, que marcarão Campos desde os primeiros povoamentos e durante a maior parte de sua história. Antes disso, o grande lugar que abarcava uma vasta região

conhecida como os “campos” dos Goytacazes era domínio da tribo Goitacá, que se estendia do atual Espírito Santo ao rio Paraíba do Sul. Esse domínio era apertado pelos Papanaz e Tamoios e, no dizer de Soffiati (2012), era uma ilha no meio dos povos Tupis, com uma organização social, modo de vida e língua diferentes. Compreendia três grupos: os Goitacá-guaçu, os Goitacá-mopi e os Goitacá-jacoritó, os quais mantinham relações com alguns grupos afiliados – os Coroados, os Puris e os Coropós. Apesar da diversidade linguística e do certo insulamento cultural dos Goitacá, existia uma ligação entre eles, isto é, os povos da planície e os povos da parte mais alta, já na serra. De suas línguas e toponímia não sobrou nada, dado o caráter brutal da violência da colonização e da resistência indígena local. Fridman (2007) vai chamar a atenção para esse processo na região, principalmente na estratégia dos aldeamentos e das reduções, o que ela entende como gérmen de um projeto de povoamento e colonização regional sediado em Campos. Essa estratégia de violência, aprisionamento, exploração econômica e destruição cultural dos nativos⁶ é um traço original da acumulação e urbanização primitiva nas terras fluminenses, baseado nas ordens religiosas e localizando-se em pontos estratégicos, organizando os povoados com a igreja no centro e os arruamentos se espalhando ao seu entorno. A autora vai falar ainda de diversos aldeamentos marcos do povoamento regional, como em Macaé e São Fidelis, ou os povoados que se estendiam à fronteira com Minas Gerais.⁷

Para Soffiati (2012), os recortes das capitanias não tinham relação com a realidade natural-cultural anterior. A capitania de São Tomé foi doada pelo rei a Pero de Góis da Silveira em 1534, sendo efetivada em 1536 com 30 léguas, com fronteiras ao norte com a capitania do Espírito Santo e ao sul com a de São Vicente. Já nesse momento, houve conflitos em relação às fronteiras entre São Tomé e Espírito Santo, decididos com o estabelecimento da divisa no rio Tapemirim (Itapemirim), chamado pelos portugueses de Santa Catarina. O donatário não avançou muito e fixou as margens do rio Managé (atual Itabapoana). Lá fundou Santa Catarina, com uma capela e um engenho movido a água, plantando cana nas cercanias. O intento foi duas vezes fracassado devido a sabotadores do Espírito Santo, a poucos recursos e, principalmente, à resistência indígena, que queimava canaviais, engenhos e povoado. Em 1546, acaba o projeto que será posteriormente retomado por seu filho Gil de Góis, o qual será vencido novamente e, por isso, abandona a capitania em 1619. Em 1627, sete fidalgos do Rio,

⁶ Os Goitacá eram “chamados pelos jesuítas de ‘tigres humanos’, foram exterminados por guerra bacteriológica através de roupas infectadas por varíola ou gripe deixadas nas trilhas por onde passavam” (FRIDMAN, 2007, p. 17).

⁷ Sobre isso, ver o mapa feito pela autora dos aldeamentos, freguesias e vilas.

conhecidos como sete capitães,⁸ pediram as sesmarias que iam do rio Macaé até o Iguazu (atual Açú). Foi pela planície do rio Paraíba que se iniciou essa terceira tentativa, a que primeiramente estabeleceu de forma contínua e estável a ocupação, baseada primeiramente na criação de gado para venda para o Rio de Janeiro e, depois, na cana (SOFFIATI, 2012; FRIDMAN, 2007).

O vasto e rico lugar, cheio de possibilidades, passa a ser cobiçado por múltiplos interesses e se torna palco de diversos conflitos, que vão desde as ordens religiosas aos civis. Os jesuítas chegam, em 1619, tomando posse de muitas terras a ponto de, no século XVIII, a fazenda do colégio em Campos ser a maior fonte de renda de toda a ordem. E os Beneditinos plantam e levantam currais em Campos, o que lhes dá, no século XVII, a segunda maior renda do mosteiro. O governador do Rio de Janeiro, Salvador Correia de Sá e Benevides, constrói o primeiro engenho em 1652 e uma capela a São Salvador, que em 1674 se torna freguesia. Em 1674, as terras são dadas aos herdeiros do governador, Visconde de Asseca (Martim Corrêa de Sá), sob protesto dos então moradores. Aí se estabelece um grande período de conflitos e revoltas, chamado de “domínio asseca”, com diversas lutas intensas e com mortes dos dois lados – os campistas ou “heréus”, herdeiros dos sete capitães e antigos moradores, e os “assecas”, herdeiros do antigo governador que se apropriou das dantes áreas dos capitães. O conflito ocorre devido ao próprio domínio político-econômico estabelecido pelos assecas, em relação à posse da terra, já que sesmarias passaram a ser distribuídas em áreas já ocupadas e pesadas cargas de impostos foram infringidas aos campistas. Em 1677, as vilas de São Salvador e a atual São João da Barra são separadas e fundadas (SOFFIATI, 2012; FRIDMAN, 2007; SILVA; MOTA, 2004; PLUHAR, 2010a).

Fridman (2007) expõe alguns dos conflitos que se seguem, entre o então governador e os assecas, em 1733, com o domínio da capitania por Portugal, e, em 1748, com a tomada militar pelos assecas da vila de Campos, quando explode uma grande revolta.⁹ Gomes (2014) afirma que esse é um conflito de fronteira, para tentar resolver, diversos sequestros (1713, 1732 e 1752) da capitania foram feitos pela Coroa, o que revelava que ela mesma não conseguia resolver quem de fato detinha a posse das terras. O ano de 1748 foi caracterizado

⁸ Miguel Ayres de Maldonado, Antônio Pinto Pereira, João de Castilho, Miguel da Silva Riscado e os irmãos Gonçalo Corrêa de Sá, Manoel Corrêa e Duarte Corrêa.

⁹ Sobre essa revolta e os conflitos de terra em Campos, ver: PENNA, Patrícia Ladeira. Benta Pereira: mulher, rebelião, e família em Campos dos Goytacazes. Dissertação de mestrado em História, UFF, Niterói, 2014; GOMES, Luís Emílio. Entre déspotas e heróis: conflitos pela terra em Campos dos Goytacazes e suas visões na historiografia (1674-1752). Dissertação de mestrado em História, UFF, Niterói, 2014.

então pelo episódio mais grave do longo período de conflitos; houve um levante armado no qual os dois grupos se enfrentaram e os moradores da região também se engajaram na luta, com uma participação ampla. O levante começa em 21 de maio, quando um grupo de pessoas toma a Câmara, mas foi logo sufocado por tropas do governo. E, em 1753, a Coroa compra a capitania devido à pressão e os conflitos anteriores, dando fim ao conflito (PENNA, 2014; GOMES, 2014).

Segundo Faria (2003), o motivo fundamental para a fundação da vila em 1677 foi o estabelecimento de um centro de comercialização que, a partir da ligação através do rio Paraíba do Sul com o porto de São João da Barra, escoava a produção até o Rio de Janeiro. O comércio foi então desenvolvido de forma dinâmica na região, tendo Campos como centro, em uma área importante e estratégica em termos nacionais, ligando o sul de Minas Gerais e o Espírito Santo, com estreita ligação com a região cafeeira do Noroeste Fluminense e com a cidade do Rio de Janeiro (CRUZ, 2003; FARIA, 2003). Essa relação comercial entre Campos e o Rio de Janeiro, que data do século XVII, é fundamental e nasce originalmente na produção de gado pelos sete capitães, pensada desde o início para abastecer o mercado do Rio. Inicialmente, com as longas e ineficientes viagens de tropeiros substituídas pelo porto de São João da Barra, que passa a comandar as trocas, dinamizando-se até na produção, com a instalação de diversos estaleiros. Seu auge vai de 1740 a 1860, devido à ampliada produção do século XVIII e à movimentação intensificada pelo comércio marítimo Campos-Rio (PLUHAR, 2010b). Essa comercialização era baseada em relações de produção colonial, já naquele conhecido modelo de propriedade de terra e mão de obra escrava, fruto do lucrativo tráfico negreiro, em um contexto de poucos braços europeus e de resistência indígena (SILVA; MOTA, 2004). Principalmente pela produção de açúcar e por sua alta demanda de mão de obra, as terras do Norte passam então a ser “paraíso” para os grandes traficantes de escravos, que ali fazem morada, originando famílias ricas de fazendeiros e conhecidos homens públicos, de delegados a presidentes de Câmara (FRIDMAN, 2007).

1.2 - A origem das elites

*Desde a hora de nascer, alguns estão fadados
à sujeição e outros ao comando.*
Aristóteles, A Política

Quando nos deparamos com o território que ao longo do tempo foi sendo construído em Campos, fica claro que este se constituía a partir da dominação política, em relações de poder assimétricas, que um grupo desde o início exercia sobre os demais. Essa minoria, que domina política e economicamente, aparece muitas vezes designada pelos autores como elites, talvez dado o caráter histórico de brutal exclusão, desigualdade e elitismo que nas planícies Goitacá se fincou. Todavia essa recorrente e bem presente elite surge onde? E se constitui como? Perguntas são feitas para não ficarmos na constatação e naturalização feita por Aristóteles. Se é verdade que historicamente existem e existiram elites, não é verdade que seja por carma ou desígnio divino que elas exercem seu domínio. Por outro lado, também não é um dado e fardo a dominação de uma minoria, e junto com ela a sujeição da maioria, mas é na verdade histórico e socialmente datado o processo espacial de dominação das elites. Elas assim o são dada essa produção, que nesta pesquisa tentaremos esboçar.

Para isso, é necessário investigar a partir de então o conceito de “elite”, sua diversidade de concepções e como essas discussões nos auxiliam no estudo da organização do território em Campos. O termo elite em si nasce na França para designar, no século XVII, coisas e produtos de alta qualidade, produtos de qualidade superior, ou seja, a “nata” do consumo. No século XVIII, já começa a ser difundida a aceção de elite que se referia a distinção e diferenciação social, mas ainda de forma restrita. Essa aceção irá se difundir, no final do XIX, com a divulgação da obra de Pareto, tornando-se cada vez mais recorrente principalmente após as teorias sociológicas das elites nos anos de 1930. Do ponto de vista teórico, os italianos Vilfredo Pareto (1848-1923) e Gaetano Mosca (1858-1941)¹⁰ são os precursores dos debates acerca das elites (BARNABÉ, 1999; BOTTOMORE, 1974).

De acordo com Barnabé (1999), para Pareto haveria em diversas áreas da vida social alguns grupos de pessoas que se destacam por características próprias, qualidades que possibilitariam seu domínio sobre os demais. A estrutura social se dividiria simplesmente em

¹⁰ Sobre Pareto e Mosca, ver: GRYNSZPAN, Mário. Ciência política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

duas, uma “elite” e uma “não-elite”. A primeira teria por atributo a racionalidade e se dividiria em “elite não-governante” e “elite governante”. A segunda compreenderia as massas que seriam marcadas por sua atitude sentimental. A “circulação das elites” é dessa forma uma ideia fundamental para a teoria deste autor. Bottomore (1974) considera que a circulação entre elite e não-elite, com ascensão e emergência de novas elites, foi melhor desenvolvida por uma discípula do italiano, Marie Kolabinska. Para ele, a circulação se daria de diversas formas: dentro da própria elite, em disputa com categorias internas, ou entre a elite e o restante da população, que poderia ocorrer mediante a entrada de indivíduos da não-elite na elite ou na constituição de uma nova elite.

Mosca avança e refina ainda mais sua concepção de elite. Segundo Bottomore (1974), sua visão é mais abrangente e elástica, pois percebe a heterogeneidade das elites e dos diversos interesses em seu interior, já que a elite não se impõe tão somente pela força, mas por representar certos interesses. Para ele, a elite seria definida como “classe política” e a sociedade seria dividida entre uma classe que dirige, detém o monopólio do poder e acumula as funções políticas, e outra classe que seria dirigida, uma grande acumulação de pessoas que são controladas por uma minoria organizada e coordenada. Aqui residiria a diferença fundamental entre as classes para Mosca: a organização da minoria contra uma maioria desarticulada, acrescentando-se também que as características de destaque e a formulação do que chamou de “fórmula política” garantiriam seu domínio. Essa fórmula, que é um conjunto de valores, crenças e hábitos, seria tanto a chave para o sucesso da elite, quanto de seu declínio, já que a deterioração de sua fórmula política abriria caminhos para a sua substituição por outra elite (BARNABÉ, 1999).

Bottomore (1974), Barnabé (1999), Perissinotto e Codato (2009b) concordam que o elitismo, ou a teoria das elites clássicas, nasce como reação ao marxismo ou, mais especificamente, como uma crítica profunda à teoria das classes sociais marxistas, que vai desde o comprometimento ideológico dessas teorias com as classes dominantes ao considerar a necessidade das elites, até o rechaço à sociedade sem classes ou à luta de classes. Não há a possibilidade para esses autores de um governo popular ou uma sociedade igualitária. Com isso, Mosca e Pareto se aproximam em seus confrontos contra o marxismo e a democracia, com o estabelecimento da crença em uma minoria dominante. Concordamos com Bottomore (1974) em sua afirmação de que o elitismo é determinista, naturaliza a condição de uma sociedade com elites ao não historicizar sua formação, determinando que toda sociedade teve

e precisa ter elites. A mudança é vedada e impossibilitada devido à “eterna elite governante” que Barnabé (1999) faz referência.

Perissinotto e Codato (2009a) apontam três críticas ao elitismo: o institucionalismo de escolha racional, a sociologia relacional de Bourdieu e o estruturalismo marxista. Para a primeira crítica, isto é, para o institucionalismo de escolha racional, o contexto institucional explica a conduta dos atores. Nesse caso, as elites seriam condicionadas pelas “regras do jogo” político, o que levaria a um determinado comportamento regido pela instituição. O problema nesse sentido é a consideração da instituição como “variável independente” e não historicamente situada. A crítica de Bourdieu foca diretamente em duas questões: a primeira é que os elitistas não percebem as distintas propriedades dos grupos dominantes; a segunda, aliada a isso, é que eles não percebem o caráter relacional da realidade, já que as próprias propriedades antes referidas são também fruto dessas mesmas relações.

A crítica do marxismo estruturalista abre um leque de questões que vão da crítica ao elitismo até a diversidade das considerações marxistas, além da necessária crítica dessas considerações. Nos anos 1960, Nicos Poulantzas critica duramente a ideia de introdução do conceito de elites no marxismo. A base segundo a qual se erguia essa ideia era a de que não interessa de forma direta quem governa, já que a despeito disso qualquer grupo estará imerso dentro do contexto político vigente, ainda que seja o da “função objetiva” do Estado na reprodução da dominação capitalista.

Os próprios Perissinotto e Codato (2009a) apontam que, mesmo que se aceite em parte esta tese, isso não significa que não seja importante os agentes em si. Pelo contrário, eles buscam estabelecer a relação entre “elites” e “classe social dominante”, pensando classe enquanto ator político coletivo, já que o marxismo estruturalista se preocupa pouco com os agentes e atores políticos. Deve-se fugir dos extremos, evitando o “voluntarismo” das elites de caráter mais elitista, que afirma a independência e o poder de controlar, segundo suas vontades, a sociedade. Ou o que, evocando Miliband, os autores chamam de “superdeterminismo estrutural”, o inverso do anterior, quando se desconsideram os agentes em nome da estrutura.

Feita essa aproximação do conceito, entendemos a importância dos estudos das elites para aprofundar a compreensão da reprodução das relações de dominação, além de ser fundamental no estudo das sociedades, nas causas de suas modificações estruturais ou mesmo na própria mobilidade social nas elites (PERISSINOTTO; CODATO, 2009 a-b; BOTTOMORE, 1974). Tudo isso torna essencial à operacionalização desse conceito no nosso

trabalho. Seguimos Bottomore (1974), que considera que atualmente podem-se definir elites como grupos funcionais que possuem *status* elevado dentro da sociedade; uma minoria que dirige a sociedade, exerce o poder e disputa a liderança política, o que ele traduz como “classe política” – um grupo abrangente que congrega também a contraelite (intelectuais e líderes de classe) – e a “elite política” – um grupo menor de membros do governo, algumas famílias influentes, dirigentes de grandes empresas e líderes militares.

Se o nosso trabalho se debruce sobre a organização do território em Campos, enquanto território da dominação político-econômica das elites, é necessário então discutir suas origens e sua organização. Obviamente, o percurso até aqui feito já demonstrou como o território vai se organizando e mudando. Do original território colonial temos o esboço de uma minoria que domina o território e impõe sua lógica produtiva. O controle espacial vai se revelando cada vez mais dialeticamente como controle social. A multiplicidade das manifestações dos territórios será expressa no que nos lembrou Santos (2000), de que é importante, ao olhar esse território, perceber o par dialético de quem domina e dos dominados, desde o esforço hegemônico até a resistência, além de ver como o território pode ser “recurso” (ou o território funcional de Haesbaert) para os agentes hegemônicos ou “abrigo” para os atores hegemonzados. Já discutimos que o motivo das elites serem elites não vem do acaso, ou de suas qualidades, como entendia Pareto. Por isso avança mais Mosca quando enxerga a diversidade e os diversos interesses nestes grupos, baseados não apenas na força, afinal a elite também tira sua sustentação da representação de interesses que ela administra. Assim, longe da naturalização dos teóricos do elitismo, partimos para historicizar e tentar esboçar a origem e o caráter dessa elite, fugindo do determinismo da “eterna elite governante” (que lembra Barnabé), o que na realidade vai historicamente se organizando, utilizando recursos, domínio político e posse dos meios de reprodução social.

O território colonial em Campos era organizado socialmente a partir de uma sociedade que se dividia entre a aristocracia rural, os senhores de engenhos, de terras e escravos, a burguesia mercantil, ligada ao comércio e ao financeiro. O clero também era muito importante no período, já que era o grande proprietário de terras e produzia muito açúcar, além de sua importância na colonização e na cultura. Além disso, destaca-se a base trabalhadora de negros, índios e mestiços, população escrava ou os homens livres pobres. A elite residia nessa relação entre os senhores de engenhos e a burguesia comercial, na qual o senhor se responsabilizava pela produção, comprando insumos e escravos dos comerciantes, os quais por sua vez, além de abastecer as fazendas, vendiam o açúcar, notabilizando-se por dois

setores, o de exportação e o de subsistência em íntima relação. O contexto era de estrutura fundiária dispersa em uma grande quantidade de engenhos e engenhocas em pequenas e médias propriedades (obviamente que existia o grande latifúndio dos grandes senhores) com uma produção artesanal. A vila que nasce e se desenvolve ligada umbilicalmente com o rural vê em seu entorno surgir a miríade de engenhos que, em 1828, contava com 700 desses estabelecimentos (ALVES, 2007; SILVA; MOTA, 2004).

O desenvolvimento da economia escravista e a formação açucareira no território campista estão diretamente relacionados à consolidação do Rio como capital, principalmente pós-1808, e sua expansão, que impulsionava a produção e o comércio em Campos, já que grande parte dos produtos alimentícios e quase 90% do açúcar em 1855 no mercado da capital vinham da planície Goitacá. Essa situação impulsionou o desenvolvimento e expansão do final do século XVIII e início do século XIX. A importância para o Rio de Janeiro faz com que Campos se torne centro regional, devido à expansão da produção e do comércio, com uma vasta extensão de terras, muitos engenhos, muitos escravos e um amplo setor de subsistência. Um sistema que se organizava em torno do engenho, onde fazendas em terras próprias ou em fazendas do engenho produziam cana, a qual moída e processada virava açúcar, aguardente e outros derivados que seriam o pagamento dos produtores. Paralelo a isso, a subsistência criava gado, plantava milho, feijão, arroz, farinha de mandioca e algodão, que abasteciam internamente o setor exportador e o excedente era exportado para outros mercados, o que fundamenta a aliança dos dois setores (SILVA; MOTA, 2004; PEREIRA, 2012).

O sistema de dois setores funcionou e se expandiu durante esse período no território campista. Contudo, essa diversificação se viu ameaçada com o avanço da monocultura da cana no século XVIII e seu predomínio como principal atividade econômica de Campos, a ponto de, no século XIX, a cidade que até então abastecia seu mercado e o de outras cidades se ver na necessidade de importar bois e cereais. Esse momento é marcante, visto que Campos nasce com a atividade pecuária. O avanço da atividade açucareira é tanto e tão representativo, até em termos nacionais, que já no final do século XVIII Campos possuía, em números de estabelecimentos, mais engenhos do que Pernambuco, Sergipe e Bahia, tradicionais áreas de produção de Cana (CRUZ, 2003).

No final do século XVIII e início do XIX, a formação açucareira em Campos se distinguiu do Nordeste em dois pontos: primeiro, os muitos engenhos e engenhocas eram baseados em minifúndios e se mantiveram em operação assim por muito tempo; segundo, a produção era destinada para o mercado interno (Brasil). Isso explica por que as terras

fluminenses não sofreram a crise dos engenhos nordestinos, quando da crise com a Europa devido ao protecionismo e o açúcar de beterraba. Pelo contrário, a vinda da Corte para o Rio, o crescimento populacional e a independência impactam, conjugando com profundas transformações na estrutura de Campos – agora cada vez mais se expandindo como centro político-econômico (SILVA; MOTA, 2004).

Inicia-se um processo de reestruturação profunda. A grande quantidade de pequenos estabelecimentos, engenhos e engenhocas com sua produção artesanal de açúcar são substituídos pela modernização do século XIX. Se a economia se reestrutura profundamente, a elite também passa por uma profunda mutação, e é o fim dos pequenos senhores e o nascimento da “nobreza rural” (ALVES, 2007). Em meados do século XIX, a concentração fundiária é totalmente condizente com a centralização política: os barões do açúcar e do café, isto é, uma elite que exercia uma ampla gama de atividades. Essa elite concentrou terras, escravos e riqueza, a ponto de se constituir como maior núcleo da nobreza agrária do Brasil e uma importante força de apoio ao império (FRIDMAN, 2007), a saber:

Os senhores de engenho e fazendeiros de café da comarca de Campos dos Goytacazes - o conde de Lages, os viscondes de Araruama, de Macaé, de Quissamã, de Santa Rita, de Itabapoana e de Mauá, e os barões de Abadia, Ururá, de Monte do Cedro, de Muriaé, de Santa Rita, de Carapebus, de Vila Franca, de Itabapoana, de São Salvador dos Campos dos Goytacazes, de Pirapitinga, da Lagoa Dourada, de São João da Barra, de São Vicente de Paula, de Azeredo Coutinho, de São Fidelis, de Miracema de Vila Flor, de Duas Barras e da Póvoa de Varzim e os inúmeros comendadores (FRIDMAN, 2007, p. 15).

Esses barões¹¹ nasceram da modernização e se constituíram em uma aristocracia rural, uma oligarquia. Como vimos, seu poder está baseado em uma tríade: terra, escravos e engenhos. Ascenderam economicamente acumulando capital, devido à industrialização dos engenhos. Além de manterem uma intensa atividade política e participação na administração pública, influenciaram a organização social do território, principalmente na segunda metade do século XIX, a ponto de ambicionar criar uma cidade aos seus desígnios. Para isso, essa elite fez investimentos com capitais próprios na infraestrutura urbana e assim se desenhou e consolidou uma estrutura político-econômica baseada na cana e no predomínio político dos barões nas administrações públicas (SILVA; MOTA, 2004). Sendo assim, o século XIX é

¹¹ Em Campos, barão da lagoa dourada, José Martins Pinheiro; em Macaé, o 1º visconde de Araruama, José Carneiro da Silva, e diversos outros. Sobre o último, a família Carneiro comanda a prefeitura do município de Quissamã desde sua fundação, quando se desmembrou de Macaé. O atual prefeito é Octávio Carneiro da Silva, bisneto do visconde.

fundamental para entender a formação das elites campistas, porque é nele que elas se modificam e se consolidam, a dinâmica social se acelera e as mudanças passam a ser a ordem do dia.

A partir de 1820, passam a sobreviver apenas os engenhos com recursos e reservas necessários para a modernização, que vai desde máquinas a escravos. O que se percebe no período é que a grande quantidade de engenhocas em minifúndios vai desaparecendo, ao mesmo tempo em que os modernos engenhos a vapor nasciam. Os processos de mecanização são instalados e há uma rápida aceleração da divisão do trabalho, acompanhada de aumento de produtividade com a crescente industrialização do açúcar e seus derivados. Em torno dos grandes engenhos, pequenas e médias propriedades fornecem cana e escravos, e os primeiros engenhos centrais da América Latina são criados (1877 em Quissamã, 1878 em Barcelos e 1879 em Queimado). Essa reestruturação da metade do século XIX prossegue a todo vapor, literalmente, já que esse motor se populariza nos engenhos e transportes, graças a novas técnicas de produção, aliadas ao surgimento da energia elétrica nas atividades industriais e iluminação pública (SILVA; MOTA, 2004). Campos passa a ser um importante lugar para diversos empreendimentos, com intensidade de investimentos, inovação açucareira e ampliação do café (considerando áreas do atual Noroeste Fluminense). Essa conjuntura pode ter contribuído para o incremento da produção, consumo e poupança, formando assim uma gama de impulsos para a modernização. Acerca dos investimentos no urbano e da materialidade simbólica da modernidade, fato interessante é que grande parte dos edifícios urbanos eram alugados, o que gerava substancial renda aos proprietários, junto a um crescimento populacional rápido, concentrando-se nas regiões mais populosas e nos centros da economia local – as freguesias de São Salvador, São Gonçalo, São Sebastião e Guarulhos. Cada uma delas recebe os ramais que integravam a rede de corredores de estradas de ferro (PEREIRA, 2012).

Nesse contexto, começava se perceber uma mudança no perfil das fortunas da elite, para a qual os detentores de capitais rentistas passam a ser o grupo com renda maior do que os tradicionais fazendeiros. As fortunas se diversificam em investimentos financeiros e imóveis urbanos. Para Pereira (2012), novos padrões de acumulação surgem, não se sustentando mais apenas na atividade agrária escravista. Estabelece-se também a relação entre o decréscimo do trabalho escravo e a modernidade econômica. A dinamização da economia ampliava a possibilidade do trabalho livre, diminuindo o impacto da abolição. Nesse sentido, o autor concorda com a tese de mutação das fortunas de Campos. Primeiramente, o que existia era

uma “nobreza rural” do início e meados do XIX, aquela que se constituiu a partir da modernização desse período, principalmente com o motor a vapor nos engenhos. Mas essa foi “substituída” nas duas décadas finais do XIX, surgindo em seu lugar o moderno “capitalista”, que assume os engenhos centrais e as usinas. O fim da escravidão sepulta os “nobres”, corroendo sua forma de acumulação e modificando as relações sociais de produção. É um período de decadência de muitos tradicionais fazendeiros, que venderam suas posses e se associaram a outros grupos. Nesse momento, o controle da produção, comércio e investimentos passam para mão dos capitalistas e das sociedades agrícolas e comerciais. Todo esse contexto, para o autor, indica uma mudança social, uma “transição” de uma sociedade “rústica” agrário-escravista, para uma sociedade capitalista, com indústrias, ferrovias, e serviços urbanos modernos.

Pereira (2012) ainda reafirma sua tese de que não enxerga aí uma “crise” ou uma ruptura radical, mas sim uma transferência ou migração do “nobre” ao “capitalista”. A mudança não foi radical, mas decorreu muitas vezes durante a vida dessas pessoas, como no exemplo de Francisco Ferreira Saturnino Braga. Os deslocamentos das fortunas suportam recriação, e não apenas destruição, e a análise realizada a partir dos dados do autor confirma essa tese, visto que a composição patrimonial do período era em grande parte focalizada em imóveis urbanos, com uma grande parte alugada e em especulação, gerando substancial renda. Por isso que, nesse momento de mudança, os detentores de capitais rentistas tinham renda superior aos fazendeiros, com fortunas provindas dos investimentos financeiros. A participação dos imóveis urbanos na composição da fortuna de Saturnino Braga, por exemplo, era de 58%, aliado também a diversos outros investimentos financeiros e ações. Outro símbolo dessa mudança é o caso do Barão de São José, que em 1878 tinha sua fortuna basicamente concentrada em propriedades fundiárias e escravos, mas oito anos após tinha 81% da composição de sua fortuna em imóveis urbanos.

Da eliminação da pequena produção ao domínio do grande capital, ao entrelaçamento do capital comercial e agrário na relação entre comerciantes, refinadores e produtores, o crescimento do capital comercial vai ocorrendo e muitas das usinas em dificuldades passam para suas mãos, numa relação em que os grandes negociantes emprestam e dão créditos aos fazendeiros. Estabelece-se uma relação de endividamento que culminará na falência de diversos empreendimentos e na criação de grandes sociedades por ações, como origem das grandes usinas. Uma grande quantidade de escritórios de representação comercial e de comércio atacadista de compra e venda de açúcar chega ao ápice já no começo do século XX,

além das mais diversas representações de produtos, que iam de maquinaria moderna importada até muitos outros. O comércio varejista também prosperava com firmas de artigos de luxo e moda, já que, segundo Alves (2007), a população rica de Campos se acostumou com o luxo e com a ostentação dos produtos finos vindos da Europa. E não é apenas essa autora que percebe a grande participação da elite campista na vida social, econômica e cultural de Campos. Para ela, a elite política campista compreendia os comerciantes, fazendeiros e empresários locais. A participação é tão grande que não é difícil encontrar nomes conhecidos nas listas de deputados provinciais e estaduais, vereadores, chefes de partido, diretores dos serviços públicos e outros. Assim, o comércio também era muito importante para acumulação de capital em Campos e não apenas para isso, visto que a aliança entre fazendeiros e comerciantes também tinha como objetivo a obtenção do poder político. Essa elite caracterizava-se por uma intensa participação política em disputas dentro de Campos e no estado do Rio de Janeiro.

A autora analisará diversos casos de integrantes da elite e concluirá que a atividade comercial era um dos meios que certos indivíduos se utilizavam para ingressar na elite política e econômica de Campos. O caso de Bruno de Azevedo, por exemplo, é importante. Nascido em 1874, trabalhou por muito tempo na atividade agrícola e logo adquiriu uma fábrica de cigarros. Tornou-se também sócio de uma firma de comércio, em um dos estabelecimentos onde tinha loja e escritório, a qual “(...) veio a transformar-se em centro de debates políticos, pois aí se encontravam, para o bate-papo das tardes, as lideranças mais representativas do comércio e da política, pró-nilistas¹² e oposição, em debates acirrados, envolvendo as querelas políticas do momento” (ALVES, 2007, p. 48). Em 1907, torna-se presidente do órgão classista que congregava os interesses da elite, a Associação Comercial, além de possuir o jornal do comércio, aquele que iria publicizar seus interesses. Em pouco tempo, tornou-se líder político influente do grupo nilista, e, em 1920, elege-se vereador e, na sequência, prefeito de Campos, entre 1924/1927. Esse caso exemplifica bem a trajetória de indivíduos da elite campista, não ficando restrito apenas à história pessoal de uma trajetória, pois oferece indicativos claros de como se comportava e se organizava a elite de então. Outro exemplo de trajetória das elites, principalmente em relação ao período de mudança social do século XIX, é o de Saturnino Braga, personagem que foi objeto de estudo de Pereira (2012).

¹² Nilistas eram os indivíduos do grupo político de apoiadores de Nilo Peçanha (1827-1924), político campista que se tornou presidente do Brasil em 1909.

Saturnino Braga foi um português que enriqueceu como senhor de terras e escravos, mas, além disso, tornou-se usineiro, industrial, concessionário de obras públicas e banqueiro. Nesse sentido, ele é um empreendedor capitalista, um símbolo da diversidade de investimentos e da decomposição de capitais em diferentes áreas: indústria, ferrovia, imóveis urbanos e setor financeiro. Quando se tornou dono da Companhia de Tecidos e Fiação Industrial Campista, passou a defender a diversidade da produção agrícola, pois dizia que Campos não poderia ficar apenas produzindo cana. Obviamente, seus interesses pelo algodão, matéria-prima de sua indústria, também estava presente. Viu então na intensidade econômica regional uma oportunidade, já que estava produzindo cada vez mais sacos de pano que o café e o açúcar demandavam. Além disso, em 1888, vira banqueiro, presidente da Caixa Econômica de Campos, um banco muito importante para o capital local. Assim, o percurso das elites é complexo e denso, e o século XIX é o momento da eclosão de muitas mudanças:

Desta forma, o século XIX é o do aparecimento do “Senhor de Engenho”, dono de escravos; dos proprietários de engenho a vapor e donos de títulos nobiliárquicos; das companhias proprietárias dos Engenhos Centrais e do surgimento da figura do usineiro, não mais proprietário de escravos, mas de grandes extensões de terras e de fábricas capazes de alta produção comparadas com as anteriores (PINTO, 2006, p. 169-170).

O século XIX é um período fértil de mudanças, tendo em vista que seu final e o início do XX foram momentos de expansão e modernização, a qual será expressa e tornada exemplo pelas elites através principalmente das reformas urbanas, símbolos do progresso, da modernidade e da civilização pujante em Campos. As mudanças não se inscrevem apenas na modernização e criação de novos equipamentos e infraestrutura urbana, pois uma mudança na morfologia social também se expressa. A contradição entre as cidades do interior, de tradição agrícola e de forte presença do campo, e as cidades do litoral, preparadas para modernidade, como lembra Faria (2001), marca Campos, que se constitui nessa relação. A partir da modernização do campo e da cidade, transforma principalmente a vida urbana, impondo uma racionalidade e trazendo consigo mudanças nas estruturas sociais. O mundo urbano se mostra, o estilo de vida urbano se propaga, modificando o dia a dia da população que passa a se identificar com a cidade. Tudo isso estava inscrito num projeto elitista de criação de uma “consciência cidadina”. Lembremos que a própria elite passa por mutações nesse momento. O senhor de engenho do passado que vivia e tinha suas atividades no campo não existe mais, e a “moderna” elite, apesar de dona de usinas, vive e tem suas atividades na cidade. A própria usina em si, entendida como indústria, já é símbolo dessa mudança.

Todas essas mudanças e reestruturações fazem surgir uma nova burguesia tipicamente urbana em Campos, composta de comerciantes, profissionais liberais, intelectuais, investidores, industriais e funcionários públicos. Esses grupos sociais distinguem-se dos antigos exatamente em seu caráter urbano, abrindo caminho para uma maior heterogeneidade social. Por isso a autora afirma que a Campos de então era uma sociedade em transição.

Os profissionais liberais, médicos, engenheiros, advogados e suas profissões tipicamente urbanas vão adquirir importância entre as elites, tanto na política, quanto nos grupos de intelectuais. Médicos importantes na saúde e higiene públicas passam a ser fundamentais até nas reformas urbanas, que guiadas pelo higienismo e pela salubridade vão dar o tom das obras. Os engenheiros são os grandes idealizadores e construtores nesse período de grandes obras, revelando-se assim os agentes das reformas urbanas. Nas administrações públicas e no setor jurídico, o papel do advogado se reforça, sendo que o contexto urbano propicia isso, com seus marcos jurídicos e legais, regulações e usos. As mudanças nas estruturas sociais não se restringem a apenas essas funções e talvez o mais importante nesse momento seja a formação de uma camada de intelectuais urbanos, fundamentais para a construção de um novo ideário, de concepções e visões sobre o urbano e de novas representações do moderno, que carrega o signo das diversas mudanças no período. São os criadores dos novos espaços de diálogo e sociabilidade, onde as ideias se desenvolvem e se propagam. Os jornais e revistas, por exemplo, são os grandes porta-vozes da produção intelectual, política e literária, com diversas posições políticas, opiniões e críticas. Podemos lembrar, por exemplo, do papel do jornal *25 de março* e de seu líder, o jornalista Carlos de Lacerda, no processo abolicionista (FARIA, 2001).

1.3 - A modernização e o projeto Campos capital

Nesse período, o objetivo das elites era inserir Campos na dinâmica nacional do projeto modernizador, assim a modernização urbana expressou-se em diversos serviços urbanos e equipamentos urbanos: iluminação elétrica, água, esgoto, serviços como bancos, uma nova racionalidade se instala. Estas mudanças não são apenas materiais, não modificam apenas a paisagem; a paisagem expressa o “progresso” idealizado e vai além, pois também é uma mudança na organização social da cidade (ALVES, 2011; FARIA, 2001, 2008). Alves (2007) vai vincular esse projeto modernizador a um projeto de poder das elites. Essa modernização tem como objetivo construir a “cidade moderna” que evidencie o poder das

classes sociais dominantes e aumente sua capacidade política, exercendo sua dominação política. Isto vai ser expresso nos diversos “símbolos de modernidade” construídos, substituindo a antiga “cidade colonial”: as fachadas suntuosas, os prédios altos, as ruas largas, o ajardinamento, a luz elétrica e o Boulevard, uma das marcas da modernidade europeia.

O conceito de modernidade e ao que ele estava diretamente vinculado são fundamentais para o entendimento dessa cidade modernizada: a mimetização dos princípios europeus importados *in natura*, o mundo civilizado, o ideal do progresso, as ideias dos séculos XIX e XX, como também as próprias mudanças internas brasileiras marcadas pelos valores europeus modernos, a república em 1889 e abolição da escravatura em 1888 (ALVES, 2011; FARIA, 2001, 2008). Contudo, manteve-se a marca do conservadorismo das elites brasileiras entre a “modernidade” e a “tradição”, como Alves (2007) percebe nas elites campistas ou como Cruz (2003) vai constatar ao longo do século XX, vendo a “modernização conservadora” empreendida pelas elites açucareiras como um elemento marcante e constituinte da realidade social campista.

Um dos primados sobre os quais se erige esta modernidade urbana, e que é o elemento central dos planos criados, são as ideias sanitaristas e higienistas (ALVES, 2011; FARIA, 2000; POHLMANN; FARIA, 2013). Podem se explicar diversos elementos nesse discurso, mas um é fundamental para entender seu expediente classista, o que acaba por basilar os planos de intervenção urbana, como Alves (2011) sintetiza em sua leitura do plano de Saturnino de Brito para a Campos de 1902: “sanear a cidade, garantir a ordem material e moral, reformar o mercado de peixes e alimentos, controlar as classes populares, o poder público garantia os interesses da elite local” (ALVES, 2011, p. 7). Faria (2000) entende este plano como a materialização planejadora do ideal de “ordem e progresso”. O discurso higienista se repete constantemente no início do século XX, com a retomada por Benedito Pereira Nunes do projeto sanitarista em 1906, claramente com um discurso “moderno” baseado na crítica ao que se considera antigo ou ultrapassado. Era uma marca do discurso moderno que rechaçava tudo aquilo que não se considerava moderno, um ataque sistemático ao passado que foi extremamente característico nos discursos e nas práticas brasileiras nas cidades, como nos mostra Abreu (2011).

Diversas obras são realizadas em Campos baseadas nos pressupostos acima mencionados, modernizando a cidade e dando ares de progresso, transformando-a segundo os interesses elitistas, além de fazê-la atender as funções da nova elite urbana. As obras não mudam radicalmente a realidade de Campos e de sua população, principalmente a mais pobre,

visto que o local, que é objeto das transformações, é a área onde a elite e os mais ricos moram ou têm suas atividades, como o comércio. É na região central que os investimentos públicos são feitos, deixando de lado as periferias cada vez mais crescentes e precárias. Obras de urbanização em geral, alargamento, pavimentação, nivelamento, alongamento, prolongamento de ruas, ornamentação e ajardinamento, abertura de estradas, construções novas e praças foram realizadas (FARIA, 2000).

A partir de 1844, inicia-se uma série de obras: o canal Campos-Macaé, terminado em 1872; a criação de uma companhia de navegação Campos-Macaé em 1854 e outra em 1855; a união campista-fidelense (Campos, São Fidélis); e estradas de ferro (Campos-São Sebastião em 1872; Campos-Carangola em 1877; Campos-São Fidélis em 1885; criação da Leopoldina Railways em 1888, estabelecendo diversas conexões com outras estradas de ferro; construção da estação Leopoldina no bairro do saco em 1906; ligação ferroviária com São João da Barra em 1895; e em 1906 a ponte ferroviária sobre o rio Paraíba). Essas obras encerram a abrangente gama de infraestrutura ferroviária e fluvial que, tendo Campos como centro, se espraiava em direção às áreas circunvizinhas. Em relação à infraestrutura urbana interna, em 1872 as principais ruas são iluminadas com gás, o bonde de tração animal começa a circular em 1875, a primeira central elétrica na América do Sul é inaugurada em 1883, em 1887 é instalado sistema de esgoto e aprisionamento de água em mais de 2000 edifícios, e em 1893 há a instalação de linha telefônica e extensão das já existentes redes de iluminação pública e de gás (FARIA, 2001, 2003).

Nesse contexto de desenvolvimento econômico, os empresários da elite, que ia dos grandes fazendeiros aos comerciantes, criam em 1891 uma associação para defender seus interesses, a Associação Comercial. Tinha um papel político e econômico fundamental enquanto instituição classista e elitista, já que ansiava fortalecer o comércio e tornar-se o centro das decisões políticas, sendo o principal agente das reformas urbanas. E assim foi, de 1890 até 1930, enquanto possuía notável influência política, estendendo seu poder aos canais formais da política. Tinha também representantes na Câmara e na imprensa, pela qual divulgava e defendia seus projetos. A associação não se furtava de pautar discussões na Câmara, e enviava as propostas para fazer as reformas, por exemplo. Foi ela o agente da “febre de demolições” e das construções novas, das largas avenidas, que tirava o que era “feio” (leia-se pobre) e substituía-o pelo “bonito” e moderno. Não se tratavam de simples reformas, mas sim de disciplinarização da população pobre, com a imposição de normas e valores (ALVES, 2007). O projeto como um todo se tratava claramente de controle social

expresso em controle do território, impondo uma lógica de territorialização baseada em relações de poder assimétricas e de domínio: a cidade através das reformas urbanas e o campo através da modernização e domínio das usinas. Em suma, era um controle amplo que se expressava das mais diversas formas.

A Associação Comercial pressionava a prefeitura para impor o código de postura, exigindo sua aplicação, que nada mais era do que a disciplinarização da vida cotidiana e do uso do espaço urbano, sem contemplar o direito igualitário à cidade e ao seu uso, mas valorizando o controle pormenorizado das estâncias necessárias à reprodução social da elite enquanto elite. Como mostra Alves (2007), nessa “nova” cidade não cabem mais as classes subalternas, as quitadeiras, ambulantes e mascates proibidos de suas atividades e de usar o centro, pois foram expulsos. Comparam-se as formas de vidas das classes subalternas ao mau cheiro, à sujeira e ao barulho, todas essas incompatíveis com a cidade limpa e civilizada da modernidade. A dita vadiagem é reprimida e o trânsito de carroças fica proibido nas áreas reformadas. Os pequenos portos do Paraíba são destruídos juntos com seus trapiches. A algazarra das lavadeiras na beira-rio e a capoeira de seus filhos também são reprimidas duramente. Enfim, o espaço urbano se restringe a uma única e dominante lógica de reprodução social, sendo vedado e controlado de todas as demais.

O centro reformado e urbanizado excluiu os pobres e a mendicância tornou-se evidente no início do século XX. Essa expulsão para a periferia, segundo Alves (2007), está relacionada também a essa ação das elites e de seu braço institucional, a Associação Comercial, que é intérprete da elite e que não poupa sua atitude intervencionista de pressionar as companhias de serviços públicos, como de água e esgoto. Assim, a associação dotava Campos dos símbolos do progresso. Os planos de urbanização e os projetos políticos das elites estavam relacionados através da ideia de capitalidade, que significava o controle do Estado por essas elites. O expediente discursivo expressava a prática das elites na organização do território, falando-se em caos, impondo sua agenda e intervindo diretamente, o que se revela contraditório. Se o caos ocorria em Campos, isso era diretamente fruto do controle que as elites operavam ao controlar e construir materialidades, exercer a política e dominar a economia, disciplinar a população através de normas e valores e, materialmente, expulsá-la do centro, enchendo as periferias. Essas últimas, sem receber investimentos e obras, eram constantemente inundadas nas cheias ou eram áreas alagadiças de difícil acesso. A insalubridade e as doenças eram “resolvidas” no centro, enquanto que diversas epidemias afligiam as populações mais pobres.

A tese de Alves (2007) é que os projetos de modernização urbana empreendidos são projetos políticos das elites campistas manifestados no repetido projeto de Campos como capital, o que obviamente lança a elite campista em grande destaque no cenário político nacional. Primeiramente, Campos se afirma como centro das forças político-econômicas do Norte. A cada vez que sua expansão ocorria, as elites reivindicam papel maior na política nacional, enquanto discurso recorrente criado e recriado como simbolismo – a Campos moderna era o suporte e plataforma desse projeto. Daí se puderam extrair as teses sobre este projeto elitista, com reformas de caráter precoce e peculiar presentes já em 1837, dado que Campos era uma cidade agrária e do interior. Além de entender as reformas como mecanismo de controle, coerção e exclusão social, a organização do território a partir dessa elite funcionava com essa lógica. Para Cruz (2003), entender a projeção política das elites campistas é antes compreender o projeto regionalista, a ideia de uma grande região açucareira norte fluminense polarizada por Campos, o “município-região” que articula as manifestações regionalistas e alavanca a ideia de uma província unificada, por meio da qual se projeta e aumenta o poder de barganha política. Diversos foram os momentos em que o projeto Campos capital apareceu nos discursos e práticas.

Existiram ao longo da história diversas tentativas com objetivo de implementar o projeto Campos capital. Em 1855, o projeto de província é capitaneado por Campos, com uma área que iria além do Norte Fluminense, anexaria também partes do Espírito Santo e Minas Gerais. Com discurso que almejava os recursos do governo federal, criticavam também o descaso da província do Rio com o Norte, utilizando-se da mídia para criar esse espírito e identidade local. Os grupos elitistas com seu braço na Associação Comercial e jornais reacendem a ideia de Campos capital da província do Rio de Janeiro, tendo em vista a transferência da capital de Niterói em 1890. Aproveita-se uma conjuntura de crise e utiliza-se sua modernização como vitrine. Mesmo não possuindo um consenso em Campos, a ideia leva a um movimento forte, com a participação de figuras como Nilo Peçanha e o Barão de Miracema. O projeto chega a ALERJ (Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro), mas é vencido pela escolha de Petrópolis como capital em 1894. O projeto, mesmo fracassado, nunca saiu dos objetivos da elite campista, e a modernização ao longo do século XX continua. Nos anos de 1930 e 1940, a capitalidade reaparece, principalmente na constituinte de 1946. Nos anos 1930, a elite intelectual lança um manifesto em apoio, exaltando Campos e criticando Niterói. Surge também, em 1962, a ideia do Estado do Paraíba do Sul, e por fim, até a fusão do Estado da Guanabara e o Estado do Rio, Campos requereu

tornar-se capital. O projeto acaba por se tornar um mito político, muitas vezes repetido como solução aos problemas regionais, principalmente nas crises das elites. A população sempre alheia a essas disputas era mera expectadora dos interesses comerciais e dos produtores, da elite política que criava e dirigia o projeto. Ironicamente, Campos se torna capital por um breve período nos anos 2000, quando a governadora campista do Rio de Janeiro transfere a sede do estado para apoiar seu candidato no pleito municipal de Campos (ALVES, 2007; CRUZ, 2003; SOFFIATI, 2012; PLUHAR, 2010a).

02 – AS ELITES CAMPISTAS: ELITE POLÍTICA, USINEIRA E FRAÇÕES ELITISTAS

2.1 - A elite política campista

*A bem dizer, sou Ponciano de Azeredo Furtado, coronel de patente, do que tenho honra e faço alarde. Herdei do meu avô Simeão terras de muitas medidas, gado do mais gordo, pasto do mais fino. (...) Num inverno dos antigos, Simeão coçou a cabeça e estipulou que o neto devia ser doutor de lei:
- Esse menino tem todo o sintoma do povo da política.
É invencioneiro e linguarudo.*
José Cândido de Carvalho, O Coronel e o Lobisomem

O trecho acima é ficção, mas reflete bem o contexto de então e nos mostra diversas características das elites que em Campos se constituíram: o papel do mandão local em sua forma específica de “coronel” e sua sustentação social que se opera na posse dos meios de reprodução social, a saber, a economia e a política. O dono das muitas terras, das usinas e outros, é o mesmo que se torna político. Quando começamos a discutir o conceito de elites nos deparamos com uma questão em particular, que é a relação entre classe e elite. Alguns autores vão advogar pelo estabelecimento de uma integração conceitual, mas essa aliança entre classe social, classe dominante e elite, do ponto de vista teórico, é problemática. Primeiramente, porque a própria ideia de classe não tem consenso. Wright Mills critica a ideia de classe dominante, principalmente em termos políticos (BARNABÉ, 1999). Para ele, o conceito de classe dominante é ambíguo porque utiliza duas ideias de campos distintos – usa o termo “classe” de origem econômica e “dominante” de origem política. O conflito que se estabelece é a coincidência de a classe que domina economicamente ser a mesma que domina politicamente (PERISSINOTTO; CODATO, 2009a).

Segundo Bottomore (1974), para verificar a existência de classe dominante, é necessário analisar sua capacidade de perpetuar seu controle da propriedade. Ainda que diversos argumentos sejam usados para mostrar a diminuição do poder dominante, o autor argumenta que mesmo o sufrágio universal não criou as condições para o estabelecimento do domínio popular, nem a superação do poder das classes dominantes. Porém, entende-se que em diversos casos não há ligação direta entre classe dominante e estratos dominantes, e por isso cita uma ideia que traz luz à discussão da ligação das classes políticas e dominantes economicamente. Se por um lado a ideia marxista é de que a classe dominante o é por causa

de seu domínio dos meios de produção, por outro Max Weber considera que a posse dos meios de administração pode ser alternativa à posse dos meios de produção, para basear o poder político.

A aliança teórica dos conceitos de “elite política” e “classe dominante” já foi realizada por Bottomore, Anthony Giddens e Ralph Miliband. O próprio Bottomore entende que há tensão e oposição entre os conceitos, mas que também há complementaridade: sociedades com classe dominante e elites, sociedades sem classe dominante, mas com elites fundadas em administração pública, e sociedades com multiplicidades de elites. Para Giddens, os conceitos abrangem áreas diferentes. Miliband considera a “elite econômica” e “classe dominante” na complexidade do capitalismo, em um processo de competição entre elites, o que Raymond Aron também considera como o maior problema da classe como ator político, já que o uso pressupõe uma organização e interesses comuns, não possibilitados pela competição. Já para Miliband, apesar da fragmentação, pode-se falar em uma classe dominante, devido a dois pontos: primeiro, a desigualdade gritante na posse da propriedade; segundo, devido a uma pequena parcela que detém grande parcela das propriedades. Mesmo a pluralidade não impede a formação classista, já que o interesse fundamental delas, a continuação da ordem capitalista, transcende qualquer divergência (BARNABÉ, 1999, PERISSINOTTO; CODATO, 2009a).

Perissinotto e Codato (2009 a-b) entendem que no marxismo existem três formas de compreender a representação política das classes. A primeira seria a bem enfatizada “representação objetiva de classe”, que é a coincidência dos interesses de classe com a “função objetiva” do Estado. A segunda foi delineada por Marx no 18 Brumário, mas pouco desenvolvida pelos marxistas; é a “representação simbólica” da classe representada por atores que não são diretamente ligados a ela, mas que propagam a visão de mundo que interessa às classes dominantes. E, por fim, a “representação subjetiva”, que é a classe atuando por meio de instituições que pregam abertamente seus interesses. A proposição dos autores de pensar classe social como ator político coletivo vai à direção de analisar as estratégias de conquista de poder, as influências e os papéis nas relações de poder. O problema é do ponto de vista prático – o agente de classe que leva ao abandono da ideia de classe, agindo diretamente na política. Classe é representada por uma “minoridade politicamente ativa” que age em seu nome, não necessariamente a seu mando.

Então, diversas questões nos apareceram em Campos como: a classe dominante economicamente é a mesma que domina politicamente? Existe uma relação de representação? Em Campos, fica clara a relação de predominância do poder pelas elites, mas elas eram

representadas politicamente? Ou estavam diretamente nas instituições? Essa discussão teórica nos auxilia nas sutilezas dessa representação. Se considerarmos o conceito de elite de Bottomore (1974), definimo-la como grupos funcionais que possuem *status* elevado dentro da sociedade, uma minoria que dirige a sociedade, exerce o poder e disputa a liderança política. Ele traduz como “classe política” um grupo abrangente que congrega também a contraelite (intelectuais e líderes de classe), e como “elite política” um grupo menor de membros do governo, algumas famílias influentes, dirigentes de grandes empresas e líderes militares.

Barnabé (1999) irá manter em seu texto uma relação entre elite, classe social e poder local, o que é válido para nossa empreitada. Estabelece, por exemplo, a ideia de ser o local o lugar onde se dão as relações de poder, apesar de acertadamente não esquecer o processo de globalização. Ao fazer pesquisa sobre elite política local, elenca questões fundamentais, como “as classes dominantes se fazem presente no local?”, como se dá o nexo dessa elite com uma classe dominante “geral”, ou quando considera a “elite política” oficial (os que exercem os cargos políticos) e a não oficial (que controla e influencia as decisões políticas). Assim, usa um conceito de elite mais amplo, não se restringindo a prefeitos e vereadores, mas também a forças econômicas e político-ideológicas, que influenciam direta ou indiretamente, e que, apesar de suas diferenças, têm no mesmo objetivo sua semelhança com o “controle do poder local”. Perissinotto e Codato (2009a) lançam uma base teórico-metodológica para o estudo dessas questões, partindo da ideia de classe como coletividade politicamente representada por uma “elite de classe”. Para metodologicamente operacionalizar isso, tenta identificar a “representação subjetiva de classe” a partir de três elementos investigativos, que, apesar de pesos diferentes, concorrem de forma integrada para a comprovação da relação de representação de classe. Primeiro, o estudo do comportamento da elite, as ações. Segundo, o conteúdo do discurso. E terceiro, a origem social dos membros da elite.

Assim, neste momento, interessa-nos a relação entre a elite e uma minoria, ou fração dessa elite, que a representa através dos meios “oficiais” de poder, uma “elite política”. Essa coletividade politicamente representada deve ser investigada, para que alguns indícios nos forneçam a resposta da representação. As elites em Campos, como vimos até agora, operaram de diversas formas e se fizeram presentes, dominando a economia. Realizamos então uma pesquisa para tentar mapear as elites em Campos, mas principalmente a elite política. Realizamos um levantamento com as listas dos indivíduos que foram prefeitos e presidentes da Câmara de vereadores no século XX, levantando os dados de suas ocupações e um mínimo perfil, para entender se e como as elites se fazem representadas na política. Por

exemplo, os usineiros são também políticos? Ou representantes seus? No século XIX, vimos vários exemplos de barões que eram diretamente vereadores e presidentes da Câmara, mas também há a representação em uma rede complexa de indivíduos e interesses.

A pesquisa foi realizada na biblioteca da Câmara Municipal de Vereadores de Campos, em almanaques, anuários, memorialistas, livros e teses, buscando dados dos prefeitos e vereadores, bem como de suas ocupações, que possibilitassem um perfil desses integrantes. A intenção era com isso examinar a representação dos grupos elitistas na política formal. Assim, reunimos diversos dados de atividades, profissões e ocupações, vindas de várias fontes, e posteriormente reunidas às informações pertinentes ao objetivo em questão. Das fontes, a mais antiga foi acessada através da Biblioteca Nacional, o Almanak Industrial, Mercantil e Administrativo da Cidade de Campos da década de 1880. Da biblioteca da Câmara Municipal, consultamos o Anuario Campista de 1920 e o Almanaque de Campos.¹³ Também foi utilizada a edição de aniversário de 360 anos da Câmara de Campos, além de livros de memorialistas sobre Campos e uma dissertação de mestrado,¹⁴ entre outros textos. Todas essas são as fontes das informações que seguem e que serão expostas e analisadas. A partir de onde obtivemos os dados, cruzamo-los e conferimos as informações entre as fontes, montando um conjunto de dados que nos possibilitou fazer as análises. Primeiramente, identificamos a lista dos mandatários do executivo municipal, isto é, dos prefeitos. Depois, identificamos as atividades, profissões, ocupações, com o intuito de, a partir daí, fazer a correspondência com a atividade econômica a que estavam vinculados e com os indicativos que isso nos fornecia para compreender os grupos sociais a qual esses indivíduos pertenciam.

¹³ O volume organizado por Alvarenga para a década de 1880 é fonte de diversas informações sobre Campos no período e, no nosso caso, buscamos e identificamos alguns indivíduos: ALVARENGA, João de. Almanak Industrial, Mercantil e Administrativo da Cidade e Município de Campos para 1881 e 1882 e 1885. Campos: Typographia do Monitor Campista, 1884. No volume organizado por Barreto, há diversas informações sobre Campos no começo do século XX: BARRETO, João. Anuario Campista. Campos: Typographia do Monitor Campista, 1920. No volume organizado por Freitas, há algumas informações sobre a cidade e os prefeitos: FREITAS, Herbson da Rocha. Almanaque de Campos - 2014. Campos dos Goytacazes: s/Ed, 2013.

¹⁴ Um resumo histórico sobre a Câmara nos seus 360 anos traz informações sobre os mandatos: FERREIRA, Avelino. Câmara de Campos - 360 anos. Campos dos Goytacazes: Grafimar, 2012. Sobre as obras memorialistas, obtivemos informações sobre as biografias de Carvalho, em três volumes: CARVALHO, Waldir Pinto. Campos Depois do Centenário - Volumes I, II, III. Itaperuna: Damadá. 1991. E também em: CARVALHO, Waldir Pinto. Gente que é nome de rua – Volumes I, III. Campos dos Goytacazes: s/ed, 1985. De Belido, obtivemos informações sobre eleições e biografias de lideranças políticas na segunda metade do século XX: BELIDO, Vivaldo. Política, Políticos e Eleições. Rio de Janeiro, Alvorada, 1994. A dissertação de Souza, com seu objetivo de construir um banco de dados sobre lideranças e suas famílias, também foi consultada: SOUZA, Luiz Antonio Martins de Souza. Política e parentela em Campos dos Goytacazes. Dissertação de mestrado em Políticas Sociais, UENF, Campos, 2003. E, por último, os diversos textos sobre Campos: RODRIGUES, Hervé Salgado. Campos na taba dos Goytacazes. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1988; SOUSA, Horácio. Cyclo Áureo – História do 1º Centenário da Cidade de Campos: 1835-1935. Campos: Artes Gráficas, 1935; PINTO, Jorge Renato Pereira. Um pedaço de terra chamado Campos. Campos dos Goytacazes: Fundação Cultural jornalista Oswaldo Lima, 2006.

Junto a isso, tentamos reunir informações sobre os prefeitos, além de uma breve biografia considerando, por exemplo, os cargos ocupados, a trajetória política do indivíduo, suas alianças e outros. Com essas informações reunidas, partimos para analisar a composição da prefeitura no século XX, buscando compreender a representação das elites na forma de uma minoria politicamente ativa, ou seja, da elite política.

Quadro 01: Lista de prefeitos e respectivas profissões/ocupações (1901 a 1988)

PREFEITO	PROFISSÕES/OCUPAÇÕES
Dr. Manoel Rodrigues Peixoto – (1901-1905)	Advogado
Dr. Manoel Camilo Ferreira – (1905-1907)	Advogado
Coronel João Antônio Tavares – (1907-1908)	Proprietário de Terras
Júlio Feydit – (1908-1910)	Industrial
Dr. José Nunes Siqueira – (1910-1911)	Médico
Dr. João Maria da Costa – (1911-1915)	Advogado
Dr. Luiz Caetano Guimarães Sobral – (1915-1921)	Médico
Dr. César Nascente Tinoco – (1921-1923)	Advogado
Dr. Luiz Caetano Guimarães Sobral – (1923-1925)	Médico
José Bruno de Azevedo – (1925-1928)	Comerciante e Industrial
Dr. Benedito Gonçalves Pereira Nunes – (1928-1930)	Médico
Dr. Luiz Caetano Guimarães Sobral – (1930)	Médico
Cap. Asdrubal Gweyer de Azevedo – (1930)	Militar
Dr. Oswaldo Luiz Cardoso de Mello – (1931-1932)	Médico
Dr. Silvio Bastos Tavares – (1932-1933)	Médico
Dr. Francisco da Costa Nunes – (1933-1936)	Engenheiro
Dr. Silvio Bastos Tavares – (1936-1937)	Médico
Dr. Francisco da Costa Nunes – (1937-1939)	Engenheiro
Dr. Salo Brand – (1939-1940)	Engenheiro
Dr. Mario Pinheiro Mota – (1940-1942)	Engenheiro
Dr. Salo Brand – (1942-1945)	Engenheiro
Dr. Manuel Ferreira Paes – (1945)	Médico
Franklin H. Bittencourt – (1945)	Funcionário Público
Felipe Senes – (1945-1946)	Funcionário Público
Dr. Manuel Ferreira Paes – (1946)	Médico
Tenente Coronel José do Patrocínio Ferreira – (1946)	Militar
Achilles Salles Ferreira – (1946-1947)	Funcionário Público
Dr. Salo Brand – (1947)	Engenheiro
Dr. Amaro José de Almeida – (1947)	Advogado
Dr. Manuel Ferreira Paes – (1947-1951)	Médico
Dr. José Alves de Azevedo – (1951-1955)	Advogado
Dr. João Barcelos Martins – (1955-1959)	Médico
Dr. José Alves de Azevedo – (1959-1962)	Advogado
Dr. Edgardo Nunes Machado – (1962)	Médico
Dr. João Barcelos Martins – (1963-1964)	Médico
Dr. Rockefeller Felisberto de Lima – (1964-1966)	Advogado
Dr. Carlos Ferreira Pessanha – (1966)	Advogado
José Carlos Vieira Barbosa – (1967-1970)	Industrial
Dr. Rockefeller de Lima – (1971-1972)	Advogado
José Carlos Vieira Barbosa – (1973-1976)	Industrial
Dr. Raul David Linhares – (1977-1983)	Engenheiro
Dr. Wilson Paes – (1982-1983)	Médico
José Carlos Vieira Barbosa – (1983-1988)	Industrial

Fonte: Dados, várias fontes (ver nota de rodapé 13 e 14); Organização do autor.

A primeira constatação com o que nos deparamos ao observar o Quadro 01, referente às atividades dos mandatários da política local, é o número e a concentração dos prefeitos em duas atividades, que são as que mais aparecem na lista: médico e advogado. O perfil elitista dessas profissões nos períodos revela em sua composição uma maioria de indivíduos provenientes das camadas mais abastadas. No caso da medicina essa característica permanece até hoje, com uma clivagem e não representação da população brasileira, na qual 82% se declara branco e apenas 1,5% negro, segundo dados do IBGE.¹⁵ Se analisarmos os dados do MEC, vemos que 88% dos matriculados em universidades públicas de medicina estudaram anteriormente, no nível fundamental e médio, em escolas particulares.¹⁶ Um estudo realizado no curso de medicina da UFMG em 1997 mostra que a renda de 2/3 das famílias dos alunos ficava entre 10 e 50 salários mínimos, caracterizando um perfil de classe média alta, com apenas 12% ficando abaixo dos 10 salários.¹⁷ Outra pesquisa, para a medicina da UFES em 2007, mostra uma renda acima de R\$ 3.000,00 para 77,7%, e superior a R\$ 10.000,00 para 22,5%. Nas universidades públicas, 15,4% dos estudantes são das classes mais ricas, mas especificamente nesse curso 57,2% estão nessa situação.¹⁸ Como sabemos, o grande obstáculo da inserção da população pobre nas universidades é um problema fruto da gigantesca desigualdade social brasileira, que se arrasta até hoje. Pensando no século XIX e início do século XX, também chegamos à constatação de que essa inserção era muito mais difícil do que atualmente.

Uma referência fundamental para discutir o tema é Carvalho (2003), que estuda a elite imperial brasileira. É importante perceber o que nos fornece características das elites campistas em suas origens no século XIX e seu processo no século XX. Em relação à elite política imperial, um fato fundamental foi a educação, principalmente como fator homogeneizador ideológico, tendo em vista que a elite tinha ensino superior, enquanto a maioria da população não, originando uma “uma ilha de letrados num mar de analfabetos” (CARVALHO, p. 65, 2003). Essa situação demonstrava a desigualdade no acesso à educação, produto da desigualdade nos acessos à propriedade e à riqueza. Ser graduado em um lugar e tempo em que a maioria esmagadora era analfabeta foi um traço distintivo das elites e símbolo

¹⁵ Disponível em <<http://oglobo.globo.com/brasil/medicina-ainda-curso-de-perfil-elitista-no-brasil-9736779>> Acesso em 01 de agosto de 2015.

¹⁶ Disponível em <<http://www.brasildefato.com.br/node/14868>> Acesso em 01 de agosto de 2015.

¹⁷ FERREIRA, R.A; PERET FILHO, L.A; GOULART, E. M. A; VALADÃO, M. M. A. O estudante de medicina da Universidade Federal de Minas Gerais: perfil e tendências. **Revista Associação Médica Brasil**, p. 224-31, 2000.

¹⁸ FIOROTTI, K. P; ROSSONI, R. R; MIRANDA, A. E. Perfil do Estudante de Medicina da Universidade Federal do Espírito Santo, 2007. **Revista Brasileira de Educação Médica**, p. 355-362, 2010.

de seu poder. Os diversos dados que o autor apresenta mostram uma elite altamente educada, tendo a maioria cursado ensino superior e, mesmo os que não possuíam tal educação, tinham no mínimo educação secundária. A educação era o fundamento da distinção da elite política, mantendo uma relação extremamente desigual em relação à população geral, com um altíssimo grau de analfabetismo, que ainda em 1920 atingia 76%.

Para Carvalho (2003), um fato importante e característico da elite política era a homogeneidade das elites. Mesmo existindo a homogeneidade de origem social, o que é raro, ela é menos eficaz se comparada com a homogeneidade ideológica, isto é, a homogeneidade produto da educação, treinamento e carreira. A elite recrutada em setores não homogêneos da população tem sua coesão realizada a partir da ideologia. Essa homogeneidade funciona como mediadora dos conflitos intraclasses, criando governos característicos de modernização conservadora. A origem dessas características está vinculada à elite política portuguesa, que foi marcada pela homogeneidade ideológica e o treinamento, reproduzindo o mesmo em sua “filha” brasileira. Entretanto, as tarefas de construção do poder e da ordem aqui eram distintas das de Portugal. Primeiramente, porque em Portugal os proprietários de terras já tinham perdido poder nas elites e aqui, por outro lado, a terra voltou a ser fonte fundamental de poder. Em segundo lugar, a centralização portuguesa foi aqui enfraquecida frente a dispersão e tamanho do território e ao latifúndio. Esse contexto foi fundamental na formação e nas tarefas que deveriam ser realizadas pelas elites.

Em outro sentido, também as ambiguidades e complexidade da elite no Brasil levaram a apressadas interpretações da elite imperial. Essa elite foi vista como se fosse apenas uma representante dos proprietários rurais, enquanto outros a viam como um estamento sólido que através do Estado tinha o poder e as rédeas da soberania. Carvalho (2003) discorda e afirma que nenhuma das duas explicações expressa corretamente o caráter delas. A estrutura herdada da elite e sua formação deu maior poder à elite, mas não a ponto de constituir um estamento. O próprio Estado nesse sentido dependia das rendas provenientes da agroexportação.

Um dos pontos que o autor salienta é a importância da formação jurídica que fornecia um núcleo homogêneo de conhecimentos. Era uma herdeira ideológica de Coimbra e, posteriormente, localizada em poucas universidades em grandes capitais brasileiras. Essa homogeneidade da elite era marcada por uma distribuição desigual e concentração regional, contribuindo para uma educação extremamente elitista e muito cerceada das ideias consideradas perigosas.

Os filhos de famílias de recursos, que podiam aspirar a uma educação superior, iniciavam a formação com tutores particulares, passavam depois para algum liceu, seminário ou, preferencialmente, pelo Pedro II, e afinal iam para a Europa ou escolhiam entre as quatro escolas de direito e medicina (CARVALHO, p. 74, 2003).

Geralmente, os mais ricos faziam os cursos superiores de medicina e direito, enquanto as exceções de menor poder aquisitivo optavam pelas carreiras técnicas ou a Escola Militar. Esta última, por exemplo, foi um centro de oposição intelectual no século XIX, devido à própria origem dos integrantes e da própria formação que se distinguia da formação jurídica da elite; era uma formação técnica e positivista. No final do século XIX, a elite política perdia uma parte de sua homogeneidade, devido à diminuição dos funcionários públicos treinados e ao aumento dos advogados. A advocacia, por seu turno, segundo Carvalho (2003), era um típico produto da revolução burguesa e da política liberal. Os advogados são por excelência representantes de interesses e com o tempo incluíram a representação política como uma delas. Não por acaso, a advocacia é uma das profissões que marcaram as elites políticas progressivamente desde o século XIX até os dias recentes, mesmo que atualmente, diferente da medicina, tenha perdido seu perfil mais elitista e popularizado o ingresso.¹⁹

O objetivo aqui é situar as atividades e profissões da elite política, relacionando-a ao próprio caráter elitista, o que se confirma historicamente no Brasil para o ensino superior como um todo e, principalmente, para os cursos de medicina e direito. Esses foram as origens de uma grande parcela da elite política brasileira, desde o século XIX e permanecendo no século XX. Em Campos não foi diferente e a elite política, que simbolizamos no nosso caso através dos prefeitos do município, vincula-se ao contexto brasileiro, confirmando assim o caráter de vinculação dessas pessoas com as classes dominantes e as elites. Nesse caso, a educação como vimos é a grande distinção da elite política brasileira, produto e produtora das desigualdades sociais com sua reverberação na política e na representação. Sobre isso:

Um diploma de estudos superiores, sobretudo em direito, era condição quase *sine qua non* para os que pretendessem chegar até os postos mais altos. A partir daí vários caminhos podiam ser tomados, o mais importante e seguro sendo a magistratura, secundariamente a imprensa, a advocacia, a medicina, o sacerdócio. (CARVALHO, p. 125, 2003).

Obviamente, a vinculação desses prefeitos, que em si já são a elite política, com as elites não pode ser realizada apenas com a identificação de seus nomes e profissões. Partimos

¹⁹ Disponível em <<http://www.oab.org.br/noticia/20734/brasil-sozinho-tem-mais-faculdades-de-direito-que-todos-os-paises>> Acesso em 01 de agosto de 2015.

então das fontes já anteriormente referidas e citadas, cruzando, identificando e confirmando diversas informações. Pesquisamos, com o objetivo de traçar um perfil ou uma pequena biografia dos prefeitos, os dados possíveis de serem descobertos de cada um. Assim, com as informações que conseguimos recolher, vamos apresentá-las a partir de blocos nos quais não seguiremos diretamente a lista temporal de prefeitos, mas sim uma ordenança ligada a suas vinculações à elite, às suas atividades e à história política.²⁰

Uma primeira identificação com a elite seria um perfil “tradicional” desses grupos, em sua ligação, desde a colonização, com a propriedade da terra. O Coronel João Antônio Tavares foi um campista que viveu sua vida na zona rural, mantendo atividades agrícolas em sua fazenda Conceição em Iteréré. Era um rico proprietário de terras e foi coronel da antiga Guarda Nacional e assim sempre desempenhou intensa atividade política, sendo vinculado ao antigo governante do estado do Rio, Dr. Feliciano Sodré. Devido a essa relação, tornou-se funcionário público do Estado, até que foi levado a ser o terceiro prefeito campista. Aqui vemos um perfil ligado diretamente às relações políticas típicas da primeira república, relacionado à propriedade da terra com título de Coronel. É um bom exemplo para discutirmos o coronelismo em Campos, o que faremos quando discutirmos a Câmara Municipal e a participação dos coronéis. Por outro lado, temos exemplos de integrantes da indústria, como Júlio Feydit, campista de pai francês, que era um industrial dono de curtume que tinha na pesquisa sobre Campos uma de suas atividades. Foi considerado historiador e escreveu um livro referência sobre o município. Exerceu diversos cargos públicos, como de Delegado de Polícia, vereador pela Câmara Municipal e depois prefeito do município. Há ainda o caso de José Bruno de Azevedo, figura representativa das elites campistas e da cena política local. Teve inicialmente ligações com atividades agrícolas, posteriormente se tornando sócio em firmas comerciais e dono de indústrias. Politicamente, foi presidente do órgão que congregava a elite campista, a Associação Comercial, não tardando a entrar para a política formal. Foi vereador e finalmente prefeito de Campos.

Dentre os diversos ramos industriais, o que era o fundamental em Campos e que criou a figura que ficou conhecida por todo o século XX foi a usina. Os usineiros integrantes fundamentais da elite campista exerceram sua liderança de forma indireta e direta, atuando diretamente na política como prefeitos. Dr. José Nunes Siqueira foi um médico campista com ligações familiares antigas, afilhado do Barão de São João da Barra, proprietário de fazendas

²⁰ As informações aqui discutidas tiveram as fontes citadas e debatidas anteriormente. Ver notas de rodapé 13 e 14.

e também indústrias. Teve a política sempre presente, exercendo diversos cargos em diferentes governos, como os de juiz de paz, delegado de polícia e coletor federal. Foi eleito vereador e vice-presidente da Câmara Municipal e por fim tornou-se prefeito de Campos. Dr. Luiz Caetano Guimarães Sobral, carioca radicado em Campos, formou-se e exerceu a medicina. Foi dono de farmácia e também de usina. Eleito deputado estadual e diversas vezes prefeito em Campos, foi uma das pessoas que por mais tempo ficou na prefeitura. Dr. Silvio Bastos Tavares, pertencente a uma “tradicional” família campista, filho do Major Antônio Tavares, foi médico e ingressou no PSD apoiando o governo federal, tendo sido escolhido como prefeito de Campos. Após essa primeira experiência, elege-se deputado federal, assumindo posteriormente a prefeitura novamente. O marcante é que o último cargo que ocupa é o de presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA).

Se contarmos os mandatos apenas desses exemplos, teremos 14 anos de prefeitura, com pessoas ligadas a famílias ricas, industriais e donos de usinas, além de Silvio Bastos Tavares, que presidiu o órgão responsável pelo setor sucroalcooleiro nacional, uma instituição fundamental para a classe. Outro fato que confirma o exposto sobre o elitismo e os cursos superiores em medicina é que nesses exemplos todos eram médicos. Não por acaso discutimos a formação das elites e a importância disso na composição da elite política, através dos cursos superiores em medicina e direito. Os diversos exemplos confirmam a estreita relação entre formação superior e a elite. Dr. Manoel Camilo Ferreira foi um advogado pernambucano que trabalhou na Justiça como promotor público em Alagoas, até se mudar para Campos e servir como juiz em São João da Barra, e depois exercer a advocacia em Campos, tornando-se juiz federal e logo escolhido como prefeito. Dr. Benedito Gonçalves Pereira Nunes, campista e figura conhecida no município, médico e professor do Liceu de Humanidades, se elegeu deputado estadual e federal, além de prefeito em Niterói. Foi presidente da Câmara Municipal e prefeito em Campos. Teve importância em períodos de epidemia e foi responsável por algumas obras na cidade. Dr. César Nascente Tinoco, filho de ferroviário, seguiu a carreira do pai por um tempo, passou pela carreira jornalística, fundando vários jornais e revistas, mas formou-se advogado. Tornou-se vereador e presidente da Câmara Municipal, e logo depois prefeito de Campos. Permaneceu na política, quando ainda foi deputado estadual e federal, e conseguiu projeção estadual sendo vice-presidente do estado do Rio e presidente da assembleia legislativa estadual. Ocupou também cargos de secretário de interior e justiça, promotor público e curador de acidentes do trabalho.

Dr. Oswaldo Luiz Cardoso de Mello, médico campista, foi vereador em Campos destituído de seu mandato pela revolução de 1930 e seguidamente nomeado prefeito. Logo se tornou secretário do interior e justiça pelo interventor. Também foi deputado da assembleia nacional constituinte em 1933 e secretário estadual de saúde e assistência do estado do Rio. Dr. Edgardo Nunes Machado, herdeiro de “tradicional” família, formou-se médico e atendia trabalhadores em usinas. Eleito vereador e depois vice-prefeito da chapa do Dr. José Alves de Azevedo, assume como prefeito com a saída do titular. Segue na carreira política como secretário de transportes do estado do Rio e diretor das centrais elétricas fluminenses. Dr. João Barcelos Martins tornou-se médico e atuava na baixada campista e em usinas. Foi eleito prefeito de Campos e logo deputado estadual, voltando a ser prefeito mais uma vez. Era prefeito quando ocorreu o golpe civil-militar de 1964, e por isso teve sua casa cercada por militares que traziam ordem de prisão. Na mesma ocasião, os militares prenderam e suspenderam os direitos políticos de diversas pessoas em Campos. O então prefeito, que estava em viagem ao Rio, quando soube da ordem de prisão, enfarta,²¹ vindo a falecer depois. Na ocasião, fora acusado de abrigar em Campos um foco de resistência.²²

Se olharmos atentamente a lista de prefeitos, veremos que a hegemonia de médicos e advogados só será quebrada em um período, a partir de 1930, com diversos engenheiros se tornando prefeitos. Ora, sabemos que essa inflexão ocorre, não por acaso, no período do governo Getúlio Vargas. É um grupo que, em sua maioria, não são nascidos em Campos, tendo a engenharia como profissão, o que parece ter sido uma estratégia política pensada pelos interventores e pelo governo central. Alguns deles farão importantes obras na cidade. Dr. Francisco da Costa Nunes, engenheiro e prefeito interventor, não era de Campos, nem do meio político local, e por isso sofreu resistência através de processo movido para que não assumisse o cargo pela segunda vez. No período que esteve na cidade, casou-se com uma representante de família “tradicional” de Campos. Como engenheiro, realizou diversas obras viárias. Dr. Salo Brand também era engenheiro e não era de Campos, mas teve mais estabilidade no cargo e no meio político local. Assim, foi prefeito três vezes, realizando diversas obras importantes. Outro engenheiro que não era campista foi Dr. Mario Pinheiro Mota, que veio por determinação política da interventoria federal, e também realizou obras.²³

Teremos um período de turbulência política em 1945, com diversos prefeitos assumindo a posição por um tempo muito curto. Dr. Manuel Ferreira Paes era médico e

²¹ Segundo Carvalho (1991 e 1985).

²² Segundo Souza (2003), a ata de sessão da Câmara do dia em questão relata o motivo da ordem de prisão.

²³ Sobre as obras realizadas por esses engenheiros e principalmente por Salo Brand, ver Faria (2000 e 2005).

vereador em Campos e sua primeira passagem pela prefeitura foi curta; devido a problemas políticos chega a renunciar. Retorna com o voto popular e permanece mais tempo como prefeito a partir de 1947. Franklin H. Bittencourt substituiu em 1945 o antigo prefeito que renunciou. Era funcionário público e conhecido na sociedade campista e no meio político local. Felipe Senes, um funcionário público estadual aposentado, foi nomeado pelo interventor do Estado em novembro de 1945 como prefeito, escolhido por questões políticas referentes à conduta e à organização da prefeitura na eleição presidencial de dezembro de 1945. O próprio Felipe, em sua fala de posse, ressalta a necessária imparcialidade da prefeitura no pleito. Encontramos referência em Waldir Pinto de Carvalho,²⁴ quando em uma nota referente à vinda a Campos do candidato à presidência Brigadeiro Eduardo Gomes da UDN, fala do apoio massivo dos mais ricos campistas em eleger esse candidato da oposição. Devido a esse apoio, parecia certa a vitória da oposição, mas o situacionista General Dutra do PSD, apoiado por Getúlio Vargas, vence. Entendemos que a turbulência desse momento se deve à eleição presidencial e às disputas políticas das duas forças, devido à fala do prefeito Felipe colocado pelo interventor, que faz menção a seu objetivo de manter a “imparcialidade” no pleito. A outra informação nos dá também o fato de que a oposição tinha apoio da elite campista, e com isso se mostra fundamental no ano da eleição o controle da prefeitura. Daí a instabilidade.

Essa instabilidade permanece, em outubro de 1946, e o prefeito é exonerado, assumindo o Tenente Coronel José do Patrocínio Ferreira, que ao que parece não foi muito bem aceito em Campos. Assume então o antigo comerciante, e depois funcionário público, Achilles Salles Ferreira. Waldir Pinto de Carvalho faz menção a ideia do General Dutra de, dada a instabilidade política principalmente com pessoas que assumiram e não eram da política local, buscar nas lideranças locais a indicação de um nome, chegando ao nome de Achilles. Retorna por breve período também o Dr. Salo Brand, em 1947. No mesmo ano, assume também, por pouco tempo, o advogado Dr. Amaro José de Almeida, filho de “tradicional” família local. Ocupou diversos cargos na prefeitura até se tornar secretário de governo e procurador da prefeitura. A instabilidade acaba em outubro de 1947, quando o médico Dr. Manuel Ferreira Paes, eleito, retorna a prefeitura.

Um exemplo interessante dessa relação com a elite foi a do Dr. José Alves de Azevedo, advogado nascido na baixada campista, filho de operário de usina, que também trabalhou em usina. Manteve os estudos, formando-se posteriormente ao se casar com

²⁴ Ver Carvalho (1991).

integrante da “tradicional” família Tomás de Aquino.²⁵ Filiado ao PTB, tinha ligação com o trabalhismo e era a figura em Campos do *queremismo*.²⁶ Apoiado por Getúlio Vargas, obtém maioria na eleição para prefeito. Torna-se deputado federal e volta a ser prefeito. Vemos que um filho de operário de usina teve relações com a elite, não em sua origem social, mas sim através do casamento com uma integrante de família industrial. Dr. Rockefeller Felisberto de Lima é um advogado campista, que apoiado inicialmente por um usineiro e deputado federal, Heli Ribeiro Gomes, elegeu-se vereador e presidente da Câmara. É eleito, em 1962, como vice-prefeito, e, dada a morte de Barcelos Martins em 1964, assume. Para cuidar de sua campanha para deputado federal, deixa o mandato, assumindo o também advogado Dr. Carlos Ferreira Pessanha em 1966. Voltaria à prefeitura em 1970 para um curto mandato.

Dr. Raul David Linhares, engenheiro, arquiteto e funcionário público estadual, casado com uma herdeira de usineiros não tinha participação política prévia, mas apoiado por José Carlos Vieira Barbosa é eleito prefeito em Campos em 1977. Renuncia ao cargo para concorrer ao senado, deixando seu lugar a seu vice, o médico Dr. Wilson Paes, que era primo da mulher de José Carlos Vieira Barbosa. Dr. Wilson Paes era médico e funcionário público, pertencia à “tradicional” família de agropecuaristas, tendo participação política até então indireta. Sempre esteve ligado a José Carlos Vieira Barbosa, de quem era cabo eleitoral e liderado. Foram políticos de apenas um mandato, e este foi um mandato intermediário ao domínio de José Carlos Vieira Barbosa na prefeitura, que os apoiou, elegendo-os com grande votação. Essa estratégia deu certo e garantiu pela última vez expressiva votação a José Carlos Vieira Barbosa.

Principalmente no período da ditadura militar, um político em específico dominou a cena política em Campos, governando por 14 anos a prefeitura ou elegendo aliados seus entre os mandatos, como vimos acima. José Carlos Vieira Barbosa foi um industrial, filho de um industrial do ramo de melado, e foi subdelegado em Guarus. Ligado inicialmente ao deputado federal e usineiro Heli Ribeiro Gomes, perde a primeira eleição. Na primeira eleição vitoriosa, utilizou o nome e prestígio de seu vice, o médico Dr. Lourival Martins Beda. Ascendeu à política na ditadura militar e fazia parte do partido da ditadura ARENA. Em sua primeira vitória eleitoral como prefeito, obtém em números absolutos votação menor que o antigo prefeito José Alves do MDB, mas consegue vencer a eleição devido a uma “manobra”

²⁵ Essa família é proprietária da centenária, e ainda em operação, indústria de bebidas do Grupo Thoquino, que fabrica o tradicional “Conhaque de Alcatrão São João da Barra”, tendo plantas industriais de fabricação, destilarias e fazendas de produção de cana para produção de álcool. Disponível em < http://thoquino.com.br/pt/historia_thoquino > Acesso em 01 de agosto de 2015.

²⁶ Movimento político de apoio à permanência de Getúlio Vargas no poder.

eleitoral (soma dos votos de sublegenda instituído por ato complementar na apuração das eleições) da ditadura, para garantir as vitórias da ARENA e por temer a perda da maior parte das prefeituras para o MDB. Após essa vitória, dominou a política campista no período ditatorial, fazendo sucessores e tornando-se prefeito três vezes. Na última vez, permaneceu no cargo por seis anos. Tornou-se líder incontestado e com grande capacidade de arregimentar forças políticas, elegendo prefeitos e deputados, como o seu genro Sérgio Nogueira (deputado estadual).

O contexto social emerge nos anos 1980 com mudanças no Brasil e em Campos – as eleições de 1988 simbolizam a volta da democracia. Assim, devido às mudanças profundas que ocorrem no território campista, na economia e na política, mudanças essas que serão tratadas em momentos posteriores, optamos por retomar a discussão política do final dos anos de 1980 em capítulos a frente. Por outro lado, as conclusões a que chegamos a partir da exposição desses perfis é a confirmação do estabelecimento de uma elite política em Campos, que está diretamente ligada com as elites econômicas, sendo uma fração dela. Vemos, desde o início, a presença de setores-chaves na elite em diversas faces, de grandes proprietários rurais a diversos industriais dos mais variados ramos, mas muitos ligados diretamente à cana, aos usineiros ou aos comerciantes em geral. Outra questão constante é a presença de indivíduos com cursos superiores, de caráter histórico elitista. Ser médico ou advogado não limitava o indivíduo, que poderia ser ao mesmo tempo dono de uma usina, ou filho de um proprietário rural, ou até casado com integrantes de famílias usineiras ou industriais. Aqui se encontra outra característica importante, que são as relações de famílias e parentelas, um traço marcante da sociedade brasileira, que privilegia ligações e alianças para o estabelecimento político. É permanente a ligação dos prefeitos com famílias ditas “tradicionalistas”, leiam-se ricas e com poder político ou, no mínimo, com projeção social. Eles podiam ser desde herdeiros, filiados por casamento ou apoiados. Outra constante são as alianças políticas em diversos níveis, do estadual ao nacional, o que gerou uma situação em que a maioria deles teve, antes ou depois dos mandatos, algum cargo público como secretarias, órgãos, instituições ou ministérios. Essas alianças eram estabelecidas em diversas ligações, com políticos estaduais e nacionais. Muitos desses mandatários locais gozavam de projeção estadual ou nacional.

2.1.1 - Presidentes da Câmara Municipal

Ao partir para analisar a relação entre as elites e a elite política, como foi feito com os prefeitos, podemos trazer o caso do legislativo, na figura do presidente da Câmara Municipal. E, assim como com os prefeitos, trouxemos a lista de presidentes (Quadro 02) e suas respectivas profissões/ocupações. Em alguns casos, não tivemos êxito nessa informação e em outros vemos apenas o uso do termo de Doutor (Dr.), que historicamente designava advogados ou médicos, mas que poderia também estar relacionado apenas ao *status* social.

Quadro 02: Lista de presidentes da Câmara e respectivas profissões/ocupações (1901 a 2015)

PRESIDENTES DA CÂMARA	PROFISSÕES/OCUPAÇÕES
Benedicto Gonçalves Pereira Nunes – (1901-1903)	Médico
Manoel Leopoldino Almirante Porto – (1904-1905)	Proprietário de terras - Coronel
João Antonio Tavares – (1906-1907)	Proprietário de terras - Coronel
Benedicto Gonçalves Pereira Nunes – (1907-1909)	Médico
Affonso Peixoto de Abreu Lima - (1909-1911)	Proprietário de terras - Coronel
João Thomaz de Pache Faria – (1912-1923)	Proprietário de terras - Coronel
Manoel Ferreira Machado – (1924-1926)	Usineiro e Empresário
Jaime Ferreira Landim – (1927-1935)	Advogado
Renato Nunes Machado – (1936-1937)	Médico
Luiz Elisio Mazzini – (1937-1946)	-----
Enio Eliseo Mazzini – (1947-1948)	Doutor
Alcindor de Moraes Bessa – (1948-1949)	Jornalista (?)
Antônio Pinto – (1950)	-----
Maximínio Ferreira Ramalho – (1951-1952)	Doutor
Eudóxio Falcão – (1953-1954)	-----
Virgílio Faria – (1955)	-----
Manoel Pereira Gonçalves – (1956)	Proprietário de terras - Capitão
José Pereira de Abreu – (1957-1958)	-----
Bento Faria da Paz – (1959-1961)	Advogado
Rockfeller Felisberto de Lima – (1962)	Advogado
Severino Veloso de Carvalho Neto – (1963-1968)	Proprietário rural
Francisco Paes Filho – (1969-1970)	Proprietário rural
Padre Antônio Ribeiro do Rosário – (1971)	Padre
Severino Veloso de Carvalho Neto – (1972)	Proprietário rural
Francisco Paes Filho – (1973-1975)	Proprietário rural

Severino Veloso de Carvalho Neto – (1975-1976)	Proprietário rural
Hélio de Freitas Coelho – (1977-1978)	Professor
Edmundo Vaz – (1979-1980)	Tabelião
Severino Veloso de Carvalho Neto – (1981-1982)	Proprietário rural
Altamir Bárbara – (1983-1984)	Profissional Liberal
George Dias Farah – (1985-1986)	Advogado
Severino Veloso de Carvalho Neto – (1987-1988)	Proprietário rural
Carlos Alberto Tavares Campista – (1989-1990)	Advogado
Paulo César Freitas Martins – (1990)	Jornalista
Carlito Barbosa – (1991-1992)	Servidor Público
Paulo Feijó – (1992-1994)	Engenheiro Mecânico
Edson Coelho dos Santos – (1995-1996)	Médico
Paulo de Souza Albernaz – (1997-1998)	Advogado
Nelson Nahim Matheus de Oliveira – (1999-2002)	Advogado
Alexandre Marcos Mocaiber Cardoso – (2005)	Médico
Alciones Cordeiro Borges – (2005-2006)	Agricultor
Ederval Venâncio – (2006-2007)	-----
Marcos Bacellar – (2007-2008)	Eletricário
Nelson Nahim Matheus de Oliveira – (2009-2012)	Advogado
Edson Batista – (2013-2015)	Médico

Fonte: Dados, várias fontes (ver nota de rodapé 13 e 14); Organização do autor.

A partir da lista, verificamos algumas questões sobre as profissões que mais apareceram em relação aos prefeitos. Advocacia e medicina aparecem em quantidade menor, mas formam juntas o conjunto mais expressivo: cinco médicos e sete advogados. Vemos assim uma menor concentração de ocupações e uma maior pulverização: há tabelião, professor, padre, jornalista, servidores públicos e outros. Porém, uma ocupação se repete e chama atenção: a de proprietários de terras. No total são sete proprietários e um usineiro. As atividades ligadas a terra e agricultura estão muito presentes. No período ditatorial, por exemplo, dois proprietários de terras, Severino Veloso de Carvalho Neto e Francisco Paes Filho, dominam a Câmara de 1963 até 1976. Severino é a pessoa que por mais tempo foi presidente da Câmara em Campos, aproximadamente por 11 anos em diferentes momentos. Obviamente, foi vereador por diversos mandatos, e também presidente do Automóvel Club Fluminense, fazendeiro, empresário e criador de cavalos.

Dos usineiros, podemos citar os exemplos de Atilano Chrysostomo de Oliveira, proprietário da Usina Mineiros e vereador em 1916/19, do coronel Francisco Vasconcelos,

proprietário das usinas Abadia e São José e vereador em 1906, e Manoel Ferreira Machado, proprietário da usina Pureza e Santana e presidente da casa em 1924/26. Do grupo de advogados, o exemplo de Carlos Ferreira Peçanha, vereador, teve grande projeção política no município e era primo do ex-governador do estado, Theotônio Ferreira de Araújo Filho. Foi presidente da Câmara, o que o levou à prefeitura devido à saída do então prefeito para as eleições à Câmara Federal. Assumiu cargos em estatais e também se tornou deputado federal. Paulo Albernaz, também advogado, foi vereador e presidente da casa, além de deputado estadual. O fato de ser comerciante mostra a presença desse grupo, também exemplificado por José Carlos Maciel, comerciante e líder do Club dos Dirigentes Logistas. A partir disso, foi eleito vereador e passa a atuar a favor de seu setor.

Podemos citar outras lideranças, como Alair Ferreira. Nascido em Minas Gerais e filho de um comerciante, foi contador e dono de escritório de contabilidade. Foi presidente da Associação Comercial em Campos, entrando na vida política nos anos de 1950 como candidato do PSD a deputado federal, tendo Campos como sua base eleitoral. Foi um importante político, tornando-se liderança fundamental nos anos 1970 e sendo responsável por diversos recursos de importantes obras em Campos. Há ainda o exemplo do major do exército Oswaldo Barreto de Almeida, líder classista dos fornecedores de cana. Foi presidente da Coopercredi (Cooperativa de Crédito) e Cooperplan (Cooperativa dos Plantadores) e posteriormente da ASFLUCAN (Associação Fluminense dos Plantadores de Cana), entidades que congregam os fornecedores de cana, atuando para este setor quando deputado federal.

Outro fato marcante é a presença dos coronéis. No início do século XX, estes dominaram não só a presidência da casa, como todo seu conjunto. Até aproximadamente os anos 1920 e 1930, vemos suas presenças. Se pegarmos a primeira legislatura (1900-1905), teremos uma concentração extremamente grande. Dos 19 vereadores, excetuando o presidente da Câmara Benedito Gonçalves Pereira Nunes e outros quatro médicos, todos os restantes tinham patentes da guarda nacional, como coronéis, tenentes coronéis, capitães e majores. Na presidência da casa foram ao todo quatro coronéis e diversos outros vereadores. Ainda em 1952, aparecia o capitão Manoel Pereira Gonçalves, que não era militar, mas sim pecuarista. Assim, percebemos que Campos foi um importante reduto de coronéis.²⁷

Segundo Queiroz (1975), o termo coronel vem da antiga Guarda Nacional, permanecendo mesmo com o seu fim. Apesar de não serem “militares” ou parte do exército, as patentes eram dadas tendo como condição a propriedade da terra e a riqueza. A figura do

²⁷ Ver Souza (2003).

coronel polarizava e tornava-se referência para as pessoas no espaço social. As pessoas em todos os níveis sociais se referenciavam como “gente do coronel”, sua clientela e vasta parentela. A dimensão que mais chama atenção no coronel é a política, mas integrada aos seus fundamentos socioeconômicos. É “integrante de uma elite controladora do poder econômico, político e social no país – integrante, portanto, de uma oligarquia para utilizar o termo apropriado – tem sido o ‘coronel’ definido principalmente pelas suas características políticas” (QUEIROZ, 1975, p. 174).

Para Leal (1975), o coronelismo é “uma forma peculiar de manifestação do poder privado” (p. 23), produto da superposição de um regime representativo e uma estrutura econômica inadequada. A partir de resíduos do poder privado antigo, adapta-se ao regime representativo. Para além de apenas enxergar a figura do coronel, cabe, tal como pensa o autor não particularizar, afinal o coronel é parte de um sistema. Para Carvalho (1997), o coronelismo é um sistema político amplo, que vai desde o coronel até a presidência da República, e é datado historicamente. Leal (1975) está interessado nas relações de poder com base municipal na primeira república (1889-1930), na contraposição entre o antigo centralismo imperial e o federalismo da república, que dá poder e autonomia ao governador republicano. Este era eleito pelas máquinas estaduais e aglutinava em torno de si as oligarquias locais. Em termos econômicos, a conjuntura era de decadência dos fazendeiros e de seu poder de barganha. Por outro lado, o Estado aumentava o seu poder (CARVALHO, 1997).

Por mais incrível que pareça, o coronelismo é fruto da perda de poder que antes pertencia aos proprietários rurais, junto ao significativo fortalecimento do Estado. Assim se estabelece um sistema político nacional de barganha entre o governo e o coronel (CARVALHO, 1997). Segundo Leal (1975), se institui o “compromisso” coronelista, a troca e a barganha, enquanto o governo estadual mantém o poder do coronel para baixo, nas palavras de Carvalho (1997), dando-lhe cargos, de delegado a professor. Este oferece os votos ao governo, e para cima estão os governadores que dão apoio ao presidente. O coronel comanda “lotes” de votos e sua força eleitoral lhe dá força política. Assim, calcula-se a força de um coronel pela quantidade de votos que consegue arrecadar. Em nível local, estrutura-se a partir do coronel no topo e os cabos eleitorais intermediando os eleitores, que são a base.

É possível encontrar três estruturas coronelistas: a primeira, um mando pessoal, no qual as ordens são diretas do coronel; a segunda, em que o chefe domina indivíduos que também possuem poder e esses controlam o eleitorado, assim o chefe do topo tem menos

poder e exerce um domínio indireto; a terceira, uma dominação colegial, em que há a divisão por áreas entre indivíduos das famílias. Os subchefes têm maior poder, pois são “grandes eleitores”, e negociam com os maiores. Nesse sistema complexo, que estabelecia uma hierarquia de chefes em que nem todo líder era um coronel, a participação dos letrados é fundamental, como médicos e advogados. Entretanto, os “doutores” são parentes ou aliados dos coronéis (LEAL, 1975; QUEIROZ, 1975).

Para Leal (1975), a propriedade da terra era um dos fatores da liderança, e não é possível entender o poder coronelista sem a estrutura agrária brasileira. Esse poder se alastrava para as instituições sociais, na jurisdição sobre dependentes ou na função policial. Isso é resultado da propriedade da terra e da massa empobrecida, que vivia em suas terras. São eles que cobrem as despesas eleitorais e os melhoramentos locais no paupérrimo rural brasileiro. Há também uma gama de favores, dos mínimos aos mais complexos. Segundo Queiroz (1975), o prestígio dos coronéis vinha da capacidade de fazer favores: quanto maior a capacidade, maior o eleitorado e o poder. E para ter essa capacidade era necessário ter os bens de fortuna, como herança ou comércio. Não era raro que outros bens, além da terra, trouxessem poder. Pode-se falar em duas situações: com terra muito abundante, mas sendo necessário muito capital para operar; ou onde se reúne gente para redistribuir as partes da terra. No primeiro caso, havia uma superioridade, por isso as áreas de monocultura para exportação, que demandavam muito capital, eram as mais poderosas do Brasil. As grandes fortunas se assentaram também em atividades comerciais, afinal o comércio se revelava como principal fonte de riqueza. O comerciante era quem possuía um leque maior de capacidade de fazer favores.

É neste capítulo que se manifesta o paternalismo, com a sua recíproca: negar pão e água ao adversário. Para favorecer os amigos, o chefe local resvala muitas vezes para a zona confusa que medeia entre o legal e o ilícito, ou penetra em cheio no domínio da delinquência, mas a solidariedade partidária passa sobre todos os pecados uma esponja regeneradora (LEAL, 1975, p. 32).

As qualidades pessoais do chefe também ajudavam em seu domínio. O coronel se revestia como uma liderança econômica, de parentela e aspecto carismático, e suas qualidades pessoais levavam a uma adesão-obediência. No Brasil, a “dominação indireta” era a regra, sendo restritas as formas diretas (QUEIROZ, 1975). É consenso tanto para Leal, (1975) como para Carvalho (1997), que o coronelismo é datado e se constituiu enquanto sistema na primeira república, porém 1930 acaba com o coronelismo. Para Queiroz (1975), o

coronelismo tem aspectos específicos e datados dentro do conjunto dos chefes do mandonismo, sendo assim o coronelismo é a forma de mandonismo local na república velha.

O crescimento demográfico, a urbanização e a industrialização foram fatores fundamentais para a decadência da sociedade coronelista. A cidade populosa e complexa, o surgimento de instituições e novos grupos sociais, o aumento das camadas intermediárias, tudo isso solapa as bases do poder coronelista. Os coronéis estavam ligados a um tipo específico de sociedade; quando uma nova surge, ele perde o poder.

Outra questão interessante é a parentela. Queiroz (1975) a considera, por exemplo, a origem da estrutura coronelista. O coronel era o chefe de uma parentela, um grande grupo de laços de parentesco carnal (biológico), espiritual (compadrio) e alianças (casamentos). Parentela pode ser definida a partir da ultrapassagem da família nuclear, com estabelecimento de uma rede de reciprocidades, tanto a montante quanto a jusante. A parentela brasileira, formada a partir de um grupo de parentesco de várias famílias, vive em suas próprias moradias, sendo independente e podendo até estar longe. A característica principal é sua estrutura interna complexa. Existem dois tipos: a igualitária, na qual as diversas famílias possuem o mesmo nível econômico, principalmente em regiões de sitiantes, onde a solidariedade é horizontal; e as de tipo estratificado, em que dentro da parentela existem vários níveis econômicos e a solidariedade é vertical e horizontal, principalmente em áreas de monocultura, como Campos.

A parentela se constituía como grande grupo econômico de várias famílias com solidariedade interna, mas também político, devido à garantia à lealdade aos chefes. A solidariedade era bem frágil, porque estava ligada à interdependência. As parentelas também não se caracterizavam por uma harmonia interna forte. Um choque provocava reações e rupturas violentas e os rachas internos geravam grupos de extrema rivalidade. Assim, a manutenção das parentelas dependia do conflito externo, a criação do “inimigo externo”. Solidariedade e conflito eram duas faces da mesma moeda, muitas vezes operando um “ajuste violento” (QUEIROZ, 1975).

Souza (2003) irá estudar a política e a parentela em Campos no século XX. Para tanto, analisa a presença dos sobrenomes que designam as famílias e suas relações com a política. Na relação entre as estruturas familiares e as formas de representação, evidencia o valor do parentesco para manter o poder familiar. O autor utiliza por referência algumas famílias que permaneceram nos canais de poder até os anos 80, através da permanência ou recorrência dos nomes e seus interesses vinculados à sua atividade política, em um contexto no qual o tempo

de representação das famílias podia ser sucessivo ou intercalado. A “perfeita sintonia existente entre terra-capital, capital-tecnologia e poder político, proporcionada pelas redes familiares, permitiram, ao longo do período estudado, que elas mantivessem o controle do poder” (SOUZA, 2003, p. 32).

Alguns exemplos significativos podem ser dados. Os Ribeiro do Rosário, inicialmente presentes na política através do capitão Francisco Ribeiro do Rosário, que atuou de 1901-1904. O coronel Miguel Ribeiro do Rosário, de 1904-1908 cuja família, quatro irmãos filhos de portugueses, era proprietária de terras, como é possível identificar pelas patentes da Guarda Nacional. Dos irmãos, um tornou-se médico, Antonio Ribeiro do Rosário. Com o mesmo nome do pai, o padre Antonio Ribeiro do Rosário assume mandato de vereador em 1945, como vimos, seguindo a tradição de seus tios. Padre Rosário foi o vereador com a maior quantidade de mandatos consecutivos, em um total de 37 anos na Câmara, tendo ocupado a presidência da casa. Além da atividade religiosa e política, também administrou o Externato Eucarístico e o Colégio Santa Teresinha.²⁸

Também se verifica a complexidade das famílias, casamentos, alianças e surgimento de novos troncos familiares. Por exemplo, a família Albernaz aparece primeiramente na política com Bartholomeu Lyzandro de Albernaz, usineiro e político, em 1937. Já recentemente, Paulo de Souza Albernaz, vereador, presidente da Câmara e deputado federal e estadual, parente do primeiro, pertence a uma nova família. Entre eles, temporalmente aparece também Demerval de Albernaz Crespo, que foi vereador, incluindo assim o tronco Crespo. Encontra-se na Câmara o também parente e vereador José Madruga Crespo. Portanto, se estabeleceu uma ligação com os originais Albernaz e os Madruga Crespo, configurando um parentesco. Nesse caso, a relação estava inserida na atividade canavieira, envolvendo fornecedores de cana e a usina do “patriarca” na região de morro do coco. Assim sendo, essa família permanece no poder de 1937 até 2001.

Exemplo distinto das famílias tradicionais, Edgar, Hélio e Edson, os Coelho dos Santos, estiveram presentes na Câmara por um período longo, de 1952 a 1996, 44 anos de forma ininterrupta. Edgar foi o primeiro a exercer mandato como vereador pelo PCB em 1952, e sua família era proprietária de uma fazenda. Por 14 anos, exerceu mandatos, até que seu filho Hélio, em 1963, elegeu-se pela primeira vez, permanecendo na Câmara até 1982. Professor, Hélio manteve-se lecionando junto com as atividades políticas e foi também

²⁸ No fim da vida o padre passa a direção do Colégio Eucarístico para Bispo Diocesano Dom Roberto Gomes Guimarães que designou como administrador o Padre Gilson da Silva Motta. Disponível em < <http://www.colegioeucaristico.com.br/index.php/nossa-historia.html> > Acesso em 19 de fevereiro de 2015.

presidente da casa legislativa. O seu tio e médico Edson tornou-se vereador em 1983, permanecendo por 13 anos, e foi também presidente do parlamento municipal (SOUZA, 2003).

2.2 - Frações da elite campista e instituições representativas das elites

Dentro da elite campista, há uma fração que historicamente sempre teve importância fundamental na organização do território e no conjunto de toda elite: os comerciantes. Ao longo da história, suas funções e atividades foram se alterando, mas sua importância indistintamente do período sempre foi relevante como peça fundamental do funcionamento de um sistema político elitista. Dentre as instituições representativas das elites, já foi bastante referida e seu próprio nome já sinaliza sua posição classista e representativa da união das frações internas da elite. Frações comercial, industrial, financeira, sejam de qual ramo for, mas principalmente da mola propulsora de Campos, a cana. Também sinaliza em si a relação entre as elites e a elite política, como já vimos e veremos na correlação, e muitas vezes repetição, dos indivíduos que chefiaram esta instituição e tiveram participação política.

A Associação Comercial²⁹ foi criada em 1891, em Campos, por empresários como Associação Comercial de Campos (ACC), posteriormente incluindo o Industrial (ACIC). Instituição que congregava comerciantes, industriais, usineiros, proprietários de terra, teve como objetivo defender seus interesses. Teve participação em diversos momentos na vida política e econômica do município. Autodefine-se no primeiro artigo de seu estatuto como uma sociedade civil sem fins econômicos com caráter político partidário, mostrando claramente como objetivo congregar e defender os interesses dos referidos grupos, principalmente frente ao poder público. Além de visar debater as questões acerca do município, tem como missão apoiar projetos que visem ao desenvolvimento econômico e social em diversos setores (comércio, indústria, agricultura) em defesa da “classe empresarial”. Reconhece-se como a entidade mais atuante e com maior representatividade em Campos, possuindo “força e status”.

²⁹ Fonte: Estatuto da Associação. Disponível em < <http://www.aciccampos.org.br/> >. Acesso em 20 de dezembro de 2015. Disponível em < <http://blogaciccampos.blogspot.com.br/> >. Acesso em 20 de dezembro de 2015.

Quadro 03: Presidentes da Associação Comercial e Industrial de Campos (1909-2016)

Presidente da Associação	Período
José Bruno de Azevedo	1909
Olavo Cardoso	1925
Antônio Pereira Amares	1931 - 1932
Domingos Machado Vianna de Faria	1933 - 1937
Bartolomeu Lysandro de Albernaz	1937 - 1940
Ernesto Lima Ribeiro	1943 - 1956
Amaro Lobo Pessanha	1956
Alair Ferreira	1956 - 1964
Nilson Lobo de Azevedo	1964 - 1972
José Carlos da Silva Maciel	1972 - 1976
Jorge Renato Pereira Pinto	1978 - 1982
Amaro Pessanha Gimenes	1989 - 1990
Adailton Alves Rangel	1990 - 1994
Jamil Machado Queiroz	1994 - 1996
Dermeval Albernaz Crespo Filho	1996 - 2000
Adão Soares de Faria	2000 - 2004 / 2006 - 2008
Geraldo Ney M. Muylaert	2004 - 2006
Amaro Ribeiro Gomes	2008-2010 / 2010-2012 / 2014 - 2016
Getúlio Almeida Andrade Rodrigues	2012 - 2014

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da Associação Comercial.

Pelas informações mostradas, constatamos que a atividade política é o centro da ação da Associação Comercial de Campos. Já vimos que, desde o século XIX, ela teve forte participação nos rumos campistas e nas obras e intervenções na cidade. Congrega os principais grupos da elite, entre comerciantes, industriais, usineiros, e a defesa de seus interesses é seu maior objetivo. Se olharmos para a lista de presidentes da associação, observamos a representação dos líderes da elite campista. Podemos fazer um resumo dos mais representativos desses presidentes. O caso de José Bruno de Azevedo já foi elucidado no presente trabalho. Empresário, usineiro e político influente, foi prefeito do município de 1925/1928. Olavo Cardoso foi um importante usineiro neste período do início do século XX, e o veremos no conjunto da elite usineira campista. Outro caso semelhante é o de Bartolomeu Lysandro de Albernaz, que, além de importante usineiro, foi político, fazendo parte da “elite política usineira”. Também Jorge Renato Pereira Pinto, dono de usina, pertencia à família tradicional usineira e política, com diversos parentes políticos. Foi candidato duas vezes à prefeitura de Campos. Amaro Pessanha Gimenes teve fortes ligações com diversas usinas, tendo sido diretor em algumas. Alair Ferreira, deputado, foi por muito tempo uma das maiores lideranças políticas campistas. Dos comerciantes, temos o exemplo de Domingos Machado

Vianna de Faria,³⁰ português proprietário da loja e firma Machado Vianna e Cia., além de Cônsul Honorário de Portugal em Campos. Seu irmão e sócio Augusto Faria era proprietário da Metalúrgica Machado Vianna, posteriormente conhecida como Fundação Goytacaz. Dos mais recentes, estão o advogado e administrador de empresa Amaro Ribeiro Gomes e o empresário do ramo de confecção de roupas e lojista Getúlio Almeida Andrade Rodrigues. Dentro dessas instituições representativas e das frações elitistas, podemos analisar com maior detalhe os comerciantes.

Quadro 04: Presidentes da Câmara de Dirigentes Lojistas por período (1963-2015)

Presidente da CDL	Período
Renato Faria	1963-1964
José Evaldo C. da Silva	1964-1965
Hilton de Paula Rebel	1965-1966
Ayrton Miranda	1966-1967
Alberto Miguel Murad	1967-1968
Alceu Tardim Cordeiro	1968-1969
Izac Bezenover	1969-1970
Antonio Carlos M. Coutinho	1970-1971
Haroldo Orga	1971-1972
Odilon Martins	1972-1973
Irajá Carneiro	1973-1974
Bichara Chicri	1974-1975
Samir Mateus	1975-1976 / 1985-1986
Adolfo Svaiter	1976-1977
Edvar Freitas Chagas	1977-1978 / 1995-1996 / 2000-2002
José de Jesus A. Pessanha	1978-1979
Oswaldo Santos	1979-1980
José Amaro de Almeida	1980-1981
Fernando Otto Schultz	1981-1982
Moysés Grossman	1982-1983
Odilon Martins	1983-1985 / 1988-1990 / 1992-1993
Jorge Baptista Jacyntho	1986-1988
Genildo Tavares	1990-1991
Paulo Murilo Diegues	1991-1992
Fabiano Almeida Pereira	1993-1995
Fábio Nunes Paes	1996-1998
Marcelo Mérida Aguiar	1998-2000 / 2006-2008 / 2011-2013
Antonio Eraldo Riscado	2002-2003
Carlos Eduardo Carvalho	2003-2004
Fauze Cherene Jassus	2004-2005
Sirléa Gonçalves M. Pitta	2005-2006
Joilson Maciel Barcelos	2008-2010
Maria Luiza C.R. Schulz	2010-2011
Roberto Teixeira Escudine Júnior	2013-2014
Norival Manhães Lima Sobrinho	2014-2015

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da CDL

³⁰ Disponível em <<http://portugal-campos.blogspot.com.br/2008/07/centro-luso-brasileiro-augusto-machado.html>> Acesso em 20 de Dezembro de 2015.

A instituição que os representa, a Câmara de Dirigentes Lojistas³¹ (CDL), foi criada em 1963, visando à defesa da classe lojista e do comércio em Campos. Enxerga-se como importante entidade representativa da sociedade civil organizada, presente nas discussões e na vida política econômica do município, buscando o desenvolvimento da classe e de Campos. Dentre suas missões, está a aproximação entre a classe e os empresários entre si, com objetivo de colaboração, desenvolvimento e afirmação da classe, promovendo uma ação conjunta, além de cooperar com o poder público e outros órgãos em questões que sejam de interesse do comércio. Dos presidentes da CDL, todos são relacionados ao comércio e proprietários de lojas, sendo alguns de origem familiar. Um ponto importante também é a presença de sobrenomes de imigrantes, de famílias vindas do exterior, principalmente de sírios libaneses³² (Chicri, Mateus, Cherene Jassus) e judeus³³ (Grossman, Bezenover, Svaiter), o que é característico desses povos, não só em Campos, exercerem o comércio, com origens antigas nos mascates.

2.3 - A elite usineira

Podemos afirmar que o século XX é o século da afirmação e do domínio cada vez mais ampliado da cana e do usineiro. Ironicamente, é o mesmo século do seu fim. Talvez exista uma relação estreita e até causal entre os dois fenômenos: o sucesso do setor sucroalcooleiro e do usineiro é também sua derrocada. Isso devido à própria dinâmica de relações e estruturas criadas em cima de um modelo concentrador e excludente. Quanto mais ele se ampliava sobre bases tão frouxas, mais se aproximava de seu fim. A diversificação econômica ocorre no início do século XX, mas não demora muito sua redução. Há um surto de industrialização em Campos, com um setor têxtil, que em 1907 tinha a quarta maior produção nacional, e um setor metal-mecânico, ligado desde seu início às usinas, além de confecção, construção civil, ceramista, mobiliário e outros. Todos, de uma forma ou de outra, foram prejudicados em seu desenvolvimento pela hegemonia da cana e de suas relações de

³¹ Fonte: Estatuto da CDL. Disponível em < <http://www.cdldcampos.org.br/> > Acesso em 20 de Dezembro de 2015.

³² Sobre sírios libaneses em Campos: BARRETO, Nayara Felix. Heranças e contribuições culturais deixadas pela imigração sírio-libanesa na cidade de Campos dos Goytacazes. Disponível em <http://www.seer.perspectivasonline.com.br/index.php/humanas_sociais_e_aplicadas/article/download/126/514. > Acesso em 20 de dezembro de 2015.

³³ Sobre judeus em Campos: BENYOSEF, Luiz. As pequenas comunidades israelitas do estado do Rio de Janeiro, passado e presente. Disponível em < <http://books.scielo.org/id/ztp5/pdf/lewin-9788579820168-14.pdf> > Acesso em 20 de Dezembro de 2015.

produção e poder, que restringiram a diversificação da indústria. Diversos foram os fatores, desde elevada concentração de renda e pouca poupança até a baixa qualificação da mão de obra. Entretanto, em geral, o contexto até os anos 1920 era de euforia em Campos, com a conjuntura da 1ª Guerra Mundial levando ao crescimento das exportações e à elevação dos preços e auferindo lucros extraordinários às usinas e aos comerciantes (SILVA; MOTA, 2004; ALVES, 2007).

No início do século XX, em 1900-1905, Campos e a região de sua influência possuíam 27 usinas, as de Abadia, Barcelos, Colégio, Caconda, Cambaíba, Conceição, Cupim, Dores, Fazenda Velha, Limão, Mineiros, Outeiro, Partido, Poço Gordo, Queimado, Sant'Ana, São João, São José, Santa Maria, Santo Antônio, Sapucaia, Santa Cruz, Rio Preto, Tocos, Tocaia, Tahy e Visconde. Mesmo possuindo um número significativo de usinas, havia uma concentração produtiva e de capitais que aumentaria com o tempo. Dessas usinas, apenas as 7 maiores respondiam por 50% da produção de açúcar em Campos. Diversas instaladas próximas umas das outras. Por exemplo, na mesma região, estavam São José e Limão, mas esta última fecha ao ser incorporada por São José, que se torna a maior usina em Campos e a quarta no Brasil, mantendo o posto até os anos 1970 (PINTO, 1995, 2006).

Foi um processo contínuo de modernização, concentração e fechamento de engenhos e usinas menores, em detrimento das grandes usinas. Já em 1917, 9 usinas fecharam e outras 10 abriram, totalizando 28 usinas. Uma das características que vemos são as constantes mudanças de donos, vendas, falências, incorporações que marcam o setor, talvez devido à própria instabilidade recorrente do setor, que sempre vive em ciclos de crise e expansão. Em 1917, as usinas são N. Dores, Santo Antônio, Nossa Senhora do Desterro, Santa Cruz, Queimado, Mineiros, São João, São José, Limão, Saturnino Braga, Boa União, Poço Gordo, Tahy, Outeiro, Cambaíba, Cupim, Paraíso, Sapucaia, Abadia, São Pedro, São Vicente de Paula, Novo Horizonte, Santo Amaro, São Gonçalo, Santo Eduardo, Rio Preto, Sant'Ana, São Diogo. Mesmo mantendo o número, em 1922, ocorreram mudanças de donos e falências, como as de Santa Cruz, Barcelos e Limão. Deste contexto, emerge uma situação claramente excludente e concentradora. De um lado, a concentração produtiva em um setor e, de outro, a desarticulação da antiga produção de subsistência. Dessa progressiva concentração de renda temos a continuidade das oligarquias locais e a proletarização da mão de obra (SILVA; MOTA, 2004; PINTO, 1995, 2006).

A crise de 1929 atinge o setor. Campos, que na época era o maior produtor de açúcar nacional, sentiu uma crise aguda devido à grande baixa do preço do açúcar. O mercado

nacional foi inundado do açúcar nordestino que historicamente era exportado, diferente do açúcar campista que atendia o mercado nacional. O setor campista acumulou falências e concordatas, chegando ao quantitativo de 21 usinas em 1933 e sobrando as de Abadia, Cambaíba, Cupim, Mineiros, Novo Horizonte, Outeiro, Paraíso, Poço Gordo, Queimado, Rio Preto, Sapucaia, Sant' Ana, Santo Amaro, Santo Antônio, Santa Cruz, São João, São José, Santa Maria, São Pedro e Tahy. A crise é tão profunda que para regular o mercado e a produção é criado, em 1933, o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). Criaram-se diversas políticas para o setor, além da divisão estadual de cotas de produção. Inicia-se a busca das elites pelas benesses do IAA. Apesar de Campos continuar a crescer em produção e se manter por um tempo como maior produtor, a década de 1930 e 1940 vão delineando a superação de São Paulo no setor. Neste mesmo período, por exemplo, começa a aquisição de usinas campistas por capitais nordestinos (SILVA; MOTA, 2004; ALVES, 2007; PINTO, 1995, 2006; CRUZ, 2003).

O que nos interessa aqui não é fazer apenas um inventário das usinas ou do sistema produtivo que dominava o território campista, mas sim analisar a organização do território em relação à atuação das elites. Nesse caso, olhar para essa fração da elite campista, a que possui aquilo que é o coração do sistema produtivo do território, as terras, as canas e a indústria que produz o açúcar e o álcool. A “elite usineira”, nesse sentido, é o ponto fulcral da elite campista e de todas as suas frações internas, seja pela exploração econômica que exerce, seja pelo domínio político, e até pelo simbolismo que carrega sua designação.

A figura do usineiro é o símbolo da elite. Pinto (1995) vai fazer referência a importantes usineiros campistas nesse contexto de 1930 a 1950. É interessante notar que o autor situa a importância dos usineiros não apenas na grande produção que comandavam, mas sim em seu papel de liderança, nesse “posto” e no exercício dessas funções, isto é, em seu caráter de líderes e nas ações que exerciam. Julião Nogueira, Francisco Vasconcellos, Olavo Cardoso, Ferreira Machado, Bartholomeu Lizandro, os irmãos Sence, Atilano Crisóstomo de Oliveira, José Carlos Pereira Pinto, Tarcísio Miranda, Barros Barreto, Jorge Pereira Pinto, Edílberto Ribeiro Castro: o autor credita a esses indivíduos, sozinhos ou coletivamente, a iniciativa dos grandes empreendimentos que marcaram Campos. Abaixo, há uma citação importante para levantar algumas questões pertinentes:

Cada usina era uma ilha de vida dentro do município. Tinha suas regras, seus domínios, seus festejos do padroeiro e por consequência adquirira hábito e tradições próprias. A usina era o centro em torno do qual giram o trabalho, a família, o

progresso, o futuro. O usineiro era o grande “patrão”, respeitado por todos e de quem todos dependiam. Quase sempre delegado, juiz, avô das crianças, o casamenteiro dos desencontros. Era quem dava casa de graça para morar e quem escolhia os empregados. Enfim, era quem mandava. Nos tempos dos anos 30, se queixas existiram, não foram registradas. O usineiro se transformara no grande homem de seu tempo, e tornou-se por consequência no chefe político, admirado e respeitado (PINTO, 1995, p. 203).

O autor, como sabemos, foi professor, escritor e usineiro, sempre focado no estudo de Campos. Apesar disso, traz inúmeros elementos que descortinam tanto a figura do usineiro, bem como as relações exercidas. Propomos então uma reflexão em quatro pontos, que com certeza não esgotam a discussão.

O primeiro seria a questão da “usina ilha”: ao declarar que “cada usina era uma ilha”, o autor traz a organização espacial e social das usinas, obviamente que ao passo de que não eram ilhas isoladas e o domínio não era irrestrito. A organização se dava com a usina centralmente polarizando o lugar. As pessoas e os trabalhadores viviam lá, as casas de propriedade da usina eram construídas em volta e eram “dadas de graça” (na visão dos usineiros que entendiam como dádiva um direito claro e fruto do trabalho). A criação de símbolos e toponímias estava de certa forma vinculada à usina. Nota-se também a vinculação aos padroeiros locais que, se dermos uma olhada nos nomes das usinas, perceberemos que a maioria eram nomes de Santos. Ou a própria usina nomeava o lugar, como Barcelos, derivado da Usina Barcelos, criada pelo Barão de Barcelos. Os nomes dos usineiros foram espalhados por Campos. Tarcísio Miranda se tornou nome de bairro e avenida próxima à usina Santo Antônio; José Carlos Pereira Pinto, nome de importante avenida em Guarus e de escola; Ferreira Machado, nome do principal hospital campista; Bartholomeu Lizandro, nome do aeroporto do município, e tantos outros. O segundo seria a “usina domínio”, que estabelece a relação de poder assimétrica. A materialização espacial da usina fica no centro, enquanto é rodeada por casas de trabalhadores, escola, hospital, enfim, a “ilha” era um domínio. A reprodução das relações sociais de poder e a estrutura social são o desenrolar e a sombra da casa grande e senzala. A exploração e a dependência são as marcas desse território. O terceiro ponto é o “usineiro”: a “ilha”, isto é, o “domínio”, era liderada por uma figura em específico, a figura patriarcal, ao mesmo tempo paternal e juiz. Mandonismo, clientelismo, coronelismo, patriarcalismo, patrimonialismo: a figura de “que todos dependiam” e era o “avô das crianças”, “era quem (enfim) mandava”. A desigualdade explícita era mascarada pela pretensa “proximidade”. E o quarto ponto é o que fica escondido aí, o conflito que falta, desaparece, o tom do autor que esconde tudo o que percebemos, que subjaz ao discurso e à prática. “Se

queixas existiram, não foram registradas” mostra uma passividade e subserviência dos trabalhadores frente ao usineiro. O escamoteamento do conflito é intencional do discurso dominante, que silencia a voz do outro em detrimento da “história dos vencedores”.

Assim, cabe analisar o percurso da “elite usineira” campista e para isso os dados que aparecem na primeira edição do Anuário Açucareiro do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), em 1935, são extremamente úteis. Nele aparecem os proprietários de todas as usinas por estado no Brasil no período, dado esse que aparece apenas neste anuário, não se repetindo nos demais. As usinas em Campos eram as seguintes:

Quadro 05: Usinas em Campos e seus proprietários – 1934

Usinas	Proprietário
Abadia	Francisco Vasconcellos S/A.
Barcelos	Cia. Agric. Ind. Magalhães
Cambaíba	Luiz Guaraná e Cia.
Carapebús	Usina Carapebús S/a
Cupim	Societé Sucrieries Brésiliennes
Conceição	Victor Sence
Mineiros	Atilano C. de Oliveira
Novo Horizonte	U. Novo Horizonte
Outeiro	Cia. Usina do Outeiro
Paraíso	Societé Sucrieries Brésiliennes
Pureza	Ferreira Machado e Cia.
Poço Gordo	Francisco R. da Mota Vasconcellos
Queimado	Julião Nogueira & Irmão
Quissamã	Cia. Eng. Central Quissamã S/A
Rio Preto	João Pereira Paes
Sapucaia	Irmãos Sence
Sant'Ana	M. Ferreira Machado
Santo Amaro	Sindicato Anglo Brasileiro (Walter Preytman)
Santo Antonio	Cia. Ind. Agric. Us. St. Antonio
Santa Cruz	Sindicato Anglo Brasileiro (Walter Preytman)
Santa Isabel	João Ferreira Soares
São João	F. Lamego e Cia.
São José	Us. Francisco Vasconcellos S/A
Santa Maria	Cia. Agr. Ind. Us. St. Maria
São Pedro	Atilano C. de Oliveira
Dist. Central de Campos	Motta & Oliveira
Tahi	Saldanha e Irmão.
N. S. das Dores	Cia. Agric. Ind. Magalhães

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Anuário Açucareiro IAA (1935)

Assim temos um inventário dos proprietários de usinas no período, fornecendo a delimitação do restrito grupo de usineiros: uma fração da elite campista, a elite usineira. Dos que utilizam o epíteto de coronel, temos o Coronel Manoel Ferreira Machado, que foi sócio em várias usinas e mantinha diversas atividades comerciais. Era dono da firma Ferreira Machado e Cia. e proprietário das usinas Pureza e Sant'Ana. A Usina Pureza posteriormente tornou-se propriedade de Olavo Cardoso. A usina São José se tornou, a partir dos anos 1930, líder na produção em Campos, liderança essa que manteve com folga até o final dos anos de 1970, sendo a quarta em produção no Brasil. Era propriedade do grupo Vasconcellos, que em 1930 respondia por 15% da produção de açúcar em Campos. Exercia domínio na baixada campista a partir do centro de produção em São Gonçalo (atual Goytacazes). Incrementou sua produção com a incorporação das usinas de Limão, Abadia e Poço Gordo, além de absorver grandes extensões de terras. O grupo pertencia ao Coronel Francisco Vasconcellos, que possuía grande relevância política no período, com a usina estabelecida perto da antiga vila de São Gonçalo, que se tornou o mais importante distrito da baixada campista. Depois mudou de donos até se tornar propriedade de Severino Mariz e seu filho Silvio Mariz, em 1954. E em 1969 foi vendida para um ex-ministro da saúde, Leonel Miranda (PINTO, 1995).

Um dos indícios mais importantes para o nosso trabalho é a relação da elite e sua representação política, o que muitos casos da elite usineira campista irão retratar. Os usineiros que diretamente entraram na política constituem uma fração dominante dentro da própria fração, formando um híbrido entre a “elite política” e a “elite usineira”, que designamos como “elite usineira política”. Dos usineiros campistas antigos, temos o caso das usinas Mineiros e São Pedro, propriedade de Atilano Crisóstomo de Oliveira, engenheiro³⁴ que enriqueceu com uma oficina de fabricação de moenda de cana. Influente usineiro e um dos homens mais ricos da região, do ponto de vista político ocupou o cargo de vereador de 1916-1918. A usina Mineiros que não faliu foi depois assumida por sua esposa, Maria Queiroz D'Oliveira. Poderíamos falar também do dono da usina Cambaíba, Luiz Guaraná, um antigo usineiro e político de grande importância desde a República Velha. Foi deputado federal e importante chefe político. Tarcísio Miranda, pertencente à antiga aristocracia rural campista, foi fazendeiro, industrial e proprietário da usina Santo Antônio. De 1943 a 1945, integrou a comissão executiva do IAA. Em 1950, foi eleito vice-governador do estado do Rio e em 1955

³⁴ Disponível em < <http://uenf.br/reitoria/villamaria/historia-da-construcao/>>. Acesso em 28 de Dezembro de 2015.

assumiu cadeira no senado brasileiro, permanecendo no parlamento até o seu falecimento (ABREU, 2010; ALVES, 2013).

Da família Pereira Pinto, uma das mais significativas em termos da relação estreita entre pertencimento à elite usineira e ao mesmo tempo à elite política, falamos em termos de família, porque essa situação não se restringiu apenas a um integrante. José Carlos Pereira Pinto foi proprietário da Usina Santa Maria e depois da Santa Isabel, e também foi senador³⁵ de 1946-1955, exercendo no parlamento o cargo de presidente das comissões de agricultura, indústria e comércio de 1947-1952. Também tinha sido vereador e presidente da Câmara em Campos, deputado federal e presidente da Associação Comercial, além de fazer parte da comissão executiva do IAA como delegado das indústrias do álcool. Este último cargo, aliado às comissões de que fez parte enquanto senador, mostra que se manteve como representante dos interesses dos usineiros e do setor sucroalcooleiro dentro do parlamento e do IAA. Candidatou-se ao governo do estado do Rio em 1954, não obtendo êxito, além de em 1953 ser um dos fundadores do Clube da Lanterna, organização chefiada por Carlos de Lacerda que combatia o governo Vargas. Irmão do senador e também usineiro, proprietário de grandes extensões de terra em Santo Eduardo e Bom Jesus do Itabapoana, Jorge Pereira Pinto também foi político, sendo vereador em Campos. Dos três filhos de Jorge, Antônio Carlos Pereira Pinto foi deputado federal e três vezes deputado estadual.³⁶ Participou da Frente Ampla em 1966 e viu seu mandato ser caçado pela ditadura em 1969. Foi fundador do PDT e secretário de agricultura do estado do Rio de Janeiro no governo Brizola, em 1983. Com o nome do pai, Jorge Renato Pereira Pinto foi usineiro, engenheiro, professor, escritor. Assumiu a presidência da Associação Comercial, foi secretário de planejamento em Campos e candidato à prefeitura nos anos 1980. E Carlos Alberto Pereira Pinto também foi usineiro (ABREU, 2010; PINTO, 1995, 2006).

Outra integrante da “elite usineira política” foi a família Lyzandro de Albernaz. Bartolomeu Lyzandro de Albernaz foi comerciante de cereais e açúcar, além de fundar uma companhia de armazéns. Foi proprietário das usinas São João (1941), que comprou de Francisco Lamego, e de Poço Gordo (1949). Implantou em Campos o primeiro serviço de ônibus. Foi vereador de 1935 a 1937 e secretário da Câmara Municipal de Campos. Assumiu no parlamento pela primeira vez como suplente em 1953, eleito deputado federal em 1955. Presidiu ainda a Associação Comercial e o Sindicato dos Usineiros, além de ser membro da

³⁵Disponível em <http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1898&li=38&lcab=1937-1946&lf=38>. Acesso em 28 de Dezembro de 2015.

³⁶ Disponível em <<http://www.alerj.rj.gov.br/jornalalerj/jornalalerj56.pdf>>. Acesso em 29 de dezembro de 2015.

comissão executiva do IAA em 1948, representando os usineiros locais. Seu filho Cristóvão Lyzandro também assumiu as usinas e a presidência da COOPERFLU (Cooperativa Fluminense dos produtores de açúcar e álcool). Heli Ribeiro Gomes era o proprietário da usina Cambaíba e se casou com Leda Lyzandro de Albernaz Gomes, tornando-se herdeiro político de seu sogro. Em 1958, foi eleito deputado federal pelo PTB, mas fez parte da Ação Democrática Parlamentar de maioria udenista de oposição ao governo João Goulart. Posteriormente, foi reeleito, tornando-se líder do ARENA, além de se tornar importante liderança política local. Com participação nos pleitos para a Câmara e Prefeitura, apoiou e elegeu diversos candidatos. Tornou-se, em 1968, vice-governador biônico do estado do Rio, e concorreu ao senado em 1970 e à prefeitura campista em 1972, não obtendo êxito (ABREU, 2010; PINTO, 1995). Mesmo em menor influência, a antiga família usineira ainda tem alguma ligação política, sendo Cecília Ribeiro Gomes,³⁷ neta de Bartolomeu e filha de Heli, atualmente vereadora na Câmara Municipal campista.

Outros grupos e famílias também dominaram o cenário usineiro campista. Da família Moll, Norival Moll e Rubens Moll, proprietário da usina Novo Horizonte, também foi diretor da COOPERFLU e do sindicato usineiro. Julião Nogueira foi um importante empresário campista, com diversos negócios, como um jornal. Foi proprietário da usina Queimado e presidente do sindicato dos usineiros, colocado como representante dos usineiros e do setor sucroalcooleiro, além de ser uma importante liderança em diversos momentos, além de possuir grande trânsito na política local, Prefeitura e Câmara, com ligações amplas. Por exemplo, em uma ida a Campos, Getúlio Vargas visitou a usina Queimado, posteriormente assumida pelo filho Vitor Nogueira, que, como o pai, também se tornou presidente do sindicato dos usineiros. Após, assumem Álvaro Aguiar e José Linhares. Temos também Joaquim M. Henriques, que assume posteriormente a usina Pureza, além de tornar-se dirigente da COOPERFLU. Da tradicional família Lopes Martins,³⁸ de ricos proprietários de terras e políticos, o Desembargador Jacinto Lopes Martins teve participação na usina São João (ALVES, 2013; PINTO, 1995).

Além da presença de indivíduos de famílias campistas e nascidos no município, temos também a participação de estrangeiros como proprietários de usinas, além de vários que trabalharam em usinas em diversos setores. Por exemplo, a usina Santo Eduardo caracteriza

³⁷ Disponível em < <http://www.camaracampos.rj.gov.br/cecilia-ribeiro-gomes>>. Acesso em 1 de janeiro de 2016.

³⁸ Disponível em < http://www.genealogiabrasileira.com/cantagalo/cantagalo_Imartins.htm>. Acesso em 1 de Janeiro de 2016.

bem tanto as mudanças sucessivas de donos, como a presença de estrangeiros. Pertenceu a uma família de franceses, os Richer, tornando-se usina Santa Maria já na posse da família libanesa Farah, depois vendida a uma junta de sócios, até ser propriedade de José Carlos Pereira Pinto e permanecer até seu fechamento com a família. A companhia francesa *Société Sucreries Brésiliennes* investiu no Brasil comprando duas usinas em Campos e diversas outras em São Paulo. Essas usinas eram administradas e lideradas por franceses e alguns deles tiveram relevância em Campos, como o diretor da usina Cupim, Dr. Maurice Boyssou, e a usina Paraíso, que teve vários dirigentes, salientando o Dr. Desmond. Por diversas questões legais da época, os franceses saíram do Brasil em 1968, vendendo suas usinas. Outro francês foi Victor Sence, que era engenheiro mecânico e especialista em montagem de usinas. Foi proprietário de duas usinas, Sapucaia e Conceição. Transformou esta última em destilaria de álcool e depois em centro de produção de outros produtos químicos. Seus filhos também trabalharam no ramo Henri e Luiz Sence (PINTO, 1995).

Uma dupla de estrangeiros bem sucedida na cana foram o francês Dr. Dé Capol, químico da Santa Cruz, e o inglês Sir Walter Frederik Pretyman, proprietário da usina. Este chegou a Campos em 1925, comprou a usina fundada pelo Barão de Miranda e a Santa Cruz, em processo de falência e administrada pelo Banco do Brasil. Permaneceu dono da usina por 56 anos, até que fosse posteriormente assumida por seu filho, Wiliam. Walter também foi proprietário por um período da usina Santo Amaro, a qual foi depois vendida. Houve também Dom Fernando de La Riva, imigrante cubano, proprietário desde 1964 da usina Santo Amaro. Usineiro desde Cuba, deixou seu país após a revolução cubana, dirigindo-se inicialmente para Miami e depois para o Brasil. A usina Santo Amaro foi posteriormente assumida por seu filho Fernando.

Dentre esse caleidoscópio de origens dos usineiros “campistas”, não se pode furtar de lembrar um importante grupo brasileiro, de outra região, que foi fundamental na dinâmica tanto política, quanto econômica do território campista no século XX. Desde os anos 1950, tivemos a presença de diversos nordestinos nas usinas de Campos. Sant’Ana era do usineiro pernambucano João Pinto Lapa e Outeiro de José Maciel Filho, depois de Veloso Borges, até se tornar de Evaldo Inojosa. E houve também o tradicional usineiro pernambucano Dudley de Barros Barreto, que foi proprietário da usina Santo Amaro até que o cubano Fernando assumisse. Some-se aos também nordestinos, João Cleofas, a família Mariz e os Magalhães (PINTO, 1995).

Da família Mariz, de tradição usineira pernambucana, temos Severino Mariz. Engenheiro agrônomo, proprietário rural, comerciante e usineiro, foi também funcionário público federal. Elegeu-se deputado federal, posição que ocupou por muito tempo. Em Pernambuco, foi proprietário da antiga usina Ipojuca, que foi posteriormente vendida, e da usina São José em Campos. O filho Silvio Mariz, usineiro e um dos maiores plantadores de cana do Estado, foi proprietário das usinas São José e Mineiros, presidente da COOPERFLU e também secretário de segurança do estado do Rio no governo Togo de Barros (ABREU, 2010; PINTO, 1995; RODRIGUES, 1988).

Depois da saída dos franceses, o pernambucano Geraldo Coutinho comprou, em 1967, a usina Paraíso, tornando-se também presidente do sindicato. Esta usina permaneceu sob a direção dos Hayem Coutinho até seu fechamento. Seu filho Geraldo assumiu a usina e, acoplada a ela, criou a HC-Sucroquímica, uma usina de solventes à base de cana. Assumiu também a presidência do Sindicato Fluminense dos Produtores de Açúcar e Álcool (SINDAAF) e da seção Norte Fluminense da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN-NF). Carlos Magalhães foi um importante empresário e comerciante em Campos e proprietário da Cia. Agric. Ind. Magalhães. Possuiu a usina N. S. Dores, a Santa Maria e Santa Isabel, e também foi diretor da COOPERFLU. Em Martins Lage, na antiga usina Nossa Senhora das Dores, que funcionou até 1931, o IAA instalou em 1936 uma das maiores destilarias do país, a Destilaria Central. A Companhia Industrial Magalhães também comprou a usina Barcelos, que estava então sob intervenção do Banco do Brasil (FRANCISCO, 2009; PINTO, 1995).

O engenheiro agrônomo e usineiro pernambucano Evaldo Inojosa comprou em Campos a usina Outeiro, mas anteriormente já tinha sido presidente da Associação Rural e do Sindicato da Indústria do Açúcar em Alagoas. Logo após, torna-se presidente do IAA em 1967, e da COOPERFLU, de 1969 até a década de 1980, além de outras entidades. Estabeleceu-se como liderança do setor sucroalcooleiro em nível nacional e em Campos, onde fixa residência nos anos 1970. Assume inicialmente a usina Paraíso com Geraldo Coutinho, e depois apenas a usina Outeiro. O amplo trânsito nas burocracias e entidades lhe dá margem e poder no setor, alçando-o como líder dos usineiros em Campos (CRUZ, 2003).

João Cleofas de Oliveira nasceu em Pernambuco, filho de usineiro, e foi prefeito de seu município. Depois, foi deputado estadual, secretário de agricultura estadual, contribuindo bastante para o setor canavieiro. Foi ainda eleito como deputado federal. Participou da fundação da UDN, voltando ao parlamento, onde se torna relator de projeto sobre a produção

de álcool e açúcar. Teve uma candidatura sem sucesso ao governo de Pernambucano. Por apoiar Vargas na eleição de 1950, tornou-se ministro da agricultura do novo governo. Teve uma relevante participação no ministério com diversas ações, que foram desde a criação da Comissão Nacional de Política Agrária (CNPA) até o sistema de crédito rural do Banco do Brasil. Na ditadura, elegeu-se senador pelo ARENA e, em 1970, tornou-se presidente do senado. Afastado da política, fixou-se em Campos na condução de sua usina Sapucaia.

Outro caso é o do médico paraibano Leonel Miranda,³⁹ de família rica, neto de coronel e filho de um dono de engenho. Assumiu o ministério da saúde de 1967-1969, realizou reformas na área e criou o plano nacional de saúde. Teve diversos cargos em hospitais e instituições de saúde, além de ser diretor das Fazendas Reunidas Miranda e diretor-presidente do Banco Mercantil do Brasil. Foi proprietário em Campos da Usina São João (ABREU, 2010).

A “elite usineira política” é fundamental para o setor sucroalcooleiro em Campos, não apenas para estabelecer o poder dos usineiros, mas também para garantir o funcionamento de seu sistema produtivo e de poder. Essa elite é o elo da corrente que faz girar o sistema sucroalcooleiro, fato que fica claro nessa análise e ficará ainda mais claro nas crises sucessivas e da tutela cada vez mais recorrente dessa elite. Pinto (1995) enxerga claramente a ajuda política e a importância dos políticos campistas em conseguir recursos e financiamentos mediante o Estado para o setor, ou na política de preços da cana e álcool, por exemplo. Não é coincidência que houve diversos casos relatados acima de usineiros campistas em postos importantes do IAA. Também houve influência nas tradicionais obras públicas, como estradas e pontes. Temos o caso de João Cleofas, ministro e dono da usina Sapucaia, que conseguiu a construção da ponte sobre o rio Muriaé, que fez a ligação até sua usina, ajudando sua expansão.

Como vimos, há um ritmo constante de mudança nos donos das usinas. Ao longo da história e das crises as usinas, elas sempre mudavam de mãos. O quadro de usinas, em 1940, era: Barcelos, Cambaíba, Carapebus, Conceição de Macabu, Cupim, Mineiros, Novo Horizonte, Outeiro, Paraíso, Poço Gordo, Pureza, Queimado, Quissamã, Santana, Santa Cruz, Santa Isabel, Santa Maria, Santo Amaro, Santo Antônio, São João, São Pedro, Sapucaia. Segundo Francisco (2009), inicialmente a política do IAA favoreceu, até os anos 1940, o Nordeste e Campos, mas a partir daí São Paulo passar a ser favorecido. Para Cruz (2003), o

³⁹ Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/hotsites/ai5/personas/leonelMiranda.html>>. Acesso em 1 de janeiro de 2016.

pós 2º Guerra Mundial é o marco para o avanço de São Paulo. O IAA garante o mercado nacional para esse estado, enquanto o mercado exterior fica com o Nordeste e Rio, porém num contexto de crises constantes de excedente e de substituição do açúcar de cana no exterior. O capital nordestino avança sobre Campos e também o de São Paulo, que comprou diversas usinas e as mantinha fechadas apenas para incorporar sua cota. O declínio de Campos de um lado e o avanço de São Paulo de outro evidenciava a fraqueza e os problemas do setor campista. A partir de 1955, São Paulo assume a liderança do setor e a mantém até hoje. A década de 1950 assiste ao crescimento da produção paulista baseada em uma racionalização técnica, de melhoria das terras, de aumento de rendimento agrícola e de modernização das indústrias. Por outro lado, os usineiros campistas continuavam estagnados a receber a tutela governamental. Criava-se uma periferia do setor sucroalcooleiro, tendo São Paulo como centro. A elite paulista domina o setor, por exemplo, e entre 1965-1966 os paulistas duplicam sua produção (FRANCISCO, 2009; CRUZ, 2003; PINTO, 1995).

Pinto (1995) percebe uma diminuição do poder do usineiro em Campos pós-1945. Nos anos 1960, aumenta a pressão dos sindicatos, principalmente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Açucareira. O autor fala em anos de luta entre usineiros e sindicatos, ações por pressão salarial e greves no início da safra, além de diversos processos judiciais contra as usinas e reclamações trabalhistas. O autor narra o “susto” dos usineiros:

Os empregados que viviam nas usinas, onde tinham, escola, ambulatório, remédios, assistência social e casa pra morar com água, luz e terreno farto para plantações de subsistência, tornavam-se inimigos dos usineiros, de uma hora para outra. A partir das reclamações trabalhistas, não existiu mais confiança na relação capital-trabalho (PINTO, 1995, p. 236).

A nostálgica “confiança” entre capital-trabalho que o autor pensa inexistente neste período é lembrada no passado. Também surgem em vários momentos as recorrentes disputas, principalmente entre lavradores e usineiros. Mesmo não assumido no texto, o conflito é permanente e bem claro, seja “fora” da usina com plantadores e lavradores, ou “dentro”, com os trabalhadores da usina, no chão de fábrica ou na roça, além das greves e pressões salariais que encontramos relatadas neste texto e em outros autores memorialistas e na imprensa. Neves (1981) mostra, por exemplo, as formas de subordinação ao capital dos lavradores e pequenos produtores de cana em Campos. A frase “o minifúndio era uma realidade no espaço canavieiro campista e se conflitava com os anseios latifundiários dos usineiros” (PINTO, 1995, p. 206) exemplifica tanto a diferença em termos de estrutura e

relações, quanto um conflito claro. O ano de 1964 é marcado pelo apoio dos usineiros à ditadura e o claro anseio de muitos proprietários e usineiros para conseguir poder após a ditadura. As lutas trabalhistas foram reprimidas e muitos trabalhadores e líderes foram presos. Foram diversos os casos de usineiros assumindo cargos na ditadura, e muitos usineiros políticos filiados ao partido da situação, o ARENA. Para exemplificar a estreita relação entre o regime e os usineiros, podemos citar o caso emblemático de Heli Ribeiro Gomes, deputado filiado à ditadura. Em livro, um ex-delegado⁴⁰ do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) relata a incineração de corpos de militantes de esquerda na Usina Cambaíba de propriedade de Heli.

Em termos das propriedades das usinas, mudanças ocorreram, e as crises sucessivas e as próprias características do setor sucroalcooleiro em Campos são a base disto. Dos usineiros dos anos 70, uma parte vinha de outros lugares, outra por adquirir patrimônio ou entrar em grupos familiares. Também houve falências e mudanças, pois depois da grave crise tivemos um contexto em que muitos perderam suas terras e fortunas. Da antiga geração dos anos 1920-30, poucos ainda restavam. Os mais idosos eram Jorge Pereira Pinto, proprietário das usinas Santa Maria e Santa Isabel, Sir Walter Pretzman, proprietário da usina Santa Cruz, Norival Moll, proprietário da usina Novo Horizonte, Severino Mariz, proprietário da usina São José, Luiz Sence, proprietário da usina Conceição, João Cleofas, proprietário da usina Sapucaia, Renée Ribeiro, proprietário da usina São Pedro.

Surge então uma nova geração, nesse momento dos anos 1960-1970, que assumiu: do grupo familiar de Bartholomeu Lyzandro, as usinas São João, Poço Gordo e Cambaíba ficaram na liderança do filho Cristovão Lyzandro e os genros, Aílton Damas Santos, Heli Ribeiro Gomes e Jacintho Martins; das usinas Santa Maria e Santa Isabel da família Pereira Pinto, foram os filhos Carlos Alberto, Antonio Carlos, Maria Lucia e Marcelo Ferreira Paes, Jorge Renato e Carlos Magalhães; da usina Queimado da família Julião Nogueira, Vítor Nogueira, irmãs e cunhados, José Linhares e Tereza, Álvaro Aguiar e Marília. Na usina São José, o filho de Severino, Silvio Mariz. Da Usina Outeiro, Evaldo Inojosa. Da Usina Paraíso, Geraldo Coutinho e o filho Geraldo. Da Usina Santa Cruz, Wiliam Pretzman. Da Usina Sapucaia, Francisco Gaioso. Da Usina Santo Antônio, Osvaldo Miranda, substituindo o pai Tarcísio Miranda. Na usina Conceição, Renato Moreira. Da Usina Novo Horizonte, Rubens

⁴⁰ Disponível em < <http://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/2014/08/ex-delegado-conta-em-detalhes-como-os-corpos-eram-incinerados-em-usina.html>> Acesso em 1 de janeiro de 2016. Disponível em < <http://www.cartacapital.com.br/politica/em-entrevista-ex-delegado-dops-reefirma-crimes-da-ditadura>> Acesso em 1 de janeiro de 2016.

Moll e Roberto Moll. Em Santo Amaro, os cubanos: o pai D. Fernando de La Riva e o filho Fernando. E Paulo Rodrigues na Usina Barcelos (PINTO, 1995).

Antes da profunda crise da década de 1980, os usineiros e o setor sucroalcooleiro passam por um último suspiro de bonança. No final dos anos 1960 e início de 1970 existiam recursos do governo federal em abundância. O crédito, o financiamento e a alta dos preços do mercado internacional foram favoráveis à atividade. Um importante canal de recursos foi direcionado para Campos. Foi criado, em 1972, uma Cooperativa de Crédito dos Lavradores de cana-de-açúcar (COOPERCREDI). O fluxo que passou por ela até 1976 teve um aumento de 2200%, e de 1979 até 1983, 1000%. O resultado foi a expansão da lavoura, a modernização das plantas industriais e a pesquisa. A crise do petróleo e a extrema dependência do Brasil em relação às importações, além da necessidade de regular o setor sucroalcooleiro do fantasma da superprodução, foram determinantes para a criação, em 1975, do PROÁLCOOL, que foi um programa de incentivo ao uso do álcool combustível e à produção dessa fonte energética pela expansão da produção de álcool anidro para misturar na gasolina e pela expansão na constituição de um combustível alternativo, o álcool hidratado (CRUZ, 2003; FRANCISCO, 2009).

O programa teve um grande impacto no campo: modernização, expansão da cana sobre as áreas de outras culturas e da pecuária, e, na indústria, expansão e modernização das plantas industriais. O aumento da produtividade era o tom do período e foi identificado pelo governo que o parque industrial brasileiro estava obsoleto, então se tornou necessário a substituição das indústrias improdutivas pelas modernas instalações. Isso foi realizado através do incentivo estatal de fusão, incorporação e realocação dessas indústrias, para o desenvolvimento dessas modernas usinas, as centrais açucareiras, um processo de modernização e também a fusão de usinas. Essa política governamental de criação de grandes usinas gerou diversas compras e vendas de usinas pelo Brasil. Além disso, diversos problemas ocorreram. Por exemplo, muitas vezes usava-se financiamento e autorização do IAA para construir uma nova usina maior do lado da antiga, sem haver qualquer tipo de fusão. Diversas usinas no estado do Rio foram fechadas nesse processo, antes de 1978: Porto Real, Laranjeiras, Santo Antônio, Tanguá e Santa Luzia. Em Campos, apenas Santa Maria e Santa Isabel se fundiram em uma única usina, no mesmo lugar da antiga Santa Maria. Cambaíba comprou Santo Antônio e Laranjeiras, construindo uma nova usina ao lado da antiga. E São José comprou Mineiros (PINTO, 1995; FRANCISCO, 2009).

Em 1976, existiam 12 usinas no município de Campos: Cambaíba, Cupim, Novo Horizonte, Outeiro, Paraíso, Queimado, Santa Cruz, Santo Amaro, Santo Antônio (fecha neste ano), São João, São José, Sapucaia. Existiam também as próximas e vinculadas, na região de Campos: Barcelos em São João da Barra, Pureza e Grumarim em São Fidelis, Santa Maria em Bom Jesus, Conceição em Conceição de Macabu, e em Macaé Quissamã e Carapebus. No final desta década, ocorre uma mudança de diretoria em São José, e Sapucaia é comprada por José Thomaz de Carvalho Brito. Já como propriedade da família de usineiros do Espírito Santo, em 1980, Sapucaia se torna a maior usina campista. Na década de 1980, praticamente todas as usinas em Campos aumentaram sua capacidade de moer cana e produzir álcool. Essas centrais aumentaram muito a capacidade de produção de Campos, devido aos investimentos feitos a partir dos recursos do PROÁLCOOL, que iam dos investimentos à garantia de mercado para o produto, prazo e juros subsidiados e ampliação da política de créditos para implantação e ampliação de lavouras (PINTO, 1995; SMIDERLE, 2010).

2.4 - A crise da elite usineira e do setor sucroalcooleiro

Depois do auge, em 1970, com a abundância de recursos que irrigaram o setor sucroalcooleiro campista, 1980 é marcado por uma crise profunda, e o sistema territorial organizado entra em colapso. A modernização de 1970 foi realizada em um parque de mais de 100 anos, em uma estrutura e um contexto de relações extremamente antigo. Para Bernardes (2014), apenas uma reforma foi feita. A base permanece em uma região que não era nem arcaica, nem moderna.

Entender então como é a dinâmica dessa modernização e sua ambiguidade é fundamental:

Modernizar, para tal padrão, implicava em preservar estruturas tradicionais, autoritárias, concentradas e excludentes, de relações de poder e de produção, de concorrência e de financiamento, altamente dependente da reprodução do endividamento e do padrão restrito, produtivo, social, econômica e territorialmente, de desenvolvimento regional, às expensas dos benefícios, privilégios e subsídios do Governo federal. Tratava-se de um padrão patrimonialista mantido e tutelado pelo poder público, acostumado com investimentos públicos a fundo perdido, o que significava modernizar conservando formas antigas, no sentido da lógica competitiva empresarial, comparado aos setores modernos por excelência (CRUZ, 2003, p. 176).

A racionalidade da elite campista levava a uma ineficiência, mesmo com certa modernização, com pouco investimento em pesquisa e em técnicas da agricultura. Com usineiros possuindo um alto nível de endividamento, reproduzia-se como um sistema, uma estratégia de endividamento permanente para manter a tutela e a dependência. Isso dentro de um contexto onde Campos já tinha perdido a competição para São Paulo, em uma cena de competitividade forte. Campos perdeu o mercado devido às características que o setor tinha localmente e do perfil de sua elite. Além disso, a defasagem tecnológica e a baixa produtividade eram as marcas. As indústrias modernizadas tinham 70% de capacidade ociosa e faltava matéria-prima para a grande capacidade de moagem instalada, devido à falta de investimentos dos usineiros nas lavouras, que utilizaram a maior parte dos recursos nas indústrias, o que resultou em lavouras estagnadas tecnologicamente. Enquanto São Paulo tinha um rendimento agrícola em torno de 85 ton/ha em 1980, Campos perdia cada vez mais sua produtividade, em torno de 40 ton/ha (SILVA; MOTA, 2004; CRUZ, 2003; BERNARDES, 2014; SMIDERLE, 2010).

Em São Paulo, havia um contexto de um parque sucroalcooleiro relativamente novo e que já surgia com um nível maior de modernização e mais capital para investimento. Possuía também setores “mais modernos”, com uma lógica empresarial de competitividade e necessária alta produtividade baseada em investimentos, pesquisa e inovação. Diferente de Campos, havia uma elite usineira mais “moderna”, com produtores e usineiros com grande acúmulo de capitais e endividamento bem menor. A diferença de perfil, mentalidade e gerência entre Campos e São Paulo foram fundamentais. O último, com uma formação mais sóbria e aberta à inovação, investiu nas inovações gerenciais e tecnológicas; o primeiro, com uma formação “tradicional” ainda cheia dos resquícios dos séculos passados da cana, dos senhores de engenho e dos barões do açúcar, mais conservador e com mais apego à tradição, investiu pouco no campo, negligenciando as inovações gerenciais e tecnológicas (CRUZ, 2003; BERNARDES, 2014; SMIDERLE, 2010).

Quando a crise brasileira se instala e os recursos diminuem ou param de chegar, a estrutura sucroalcooleira desmorona. O contexto foi se desenhando desde o segundo choque do petróleo, em 1979, e a reformulação do PROÁLCOOL, com diversos problemas do programa persistindo. A agudeza da questão se sentiu por volta de 1980. Em 1985, 80% da frota de automóveis brasileiros eram movidos a álcool, os quais tinham problemas em relação aos motores e ao abastecimento. A grave crise econômica brasileira, que culmina com o fim da ditadura, a hiperinflação e a crise da dívida, atinge o programa. O Estado perde a

capacidade de investimento devido às dívidas (interna e externa), a economia para de crescer e a arrecadação diminui. Também subsídios, crédito e financiamento ficam comprometidos. O neoliberalismo, a desvalorização dos veículos a álcool e a completa desativação do PROÁLCOOL, em 1990, completam ainda o cenário de desmonte do Estado (SILVA; MOTA, 2004; CRUZ, 2003; BERNARDES, 2014; SMIDERLE, 2010).

Então, se pensarmos em alguns aspectos, vemos um quadro que iria se desenrolar exatamente para o colapso. De um lado, uma elite e uma estrutura produtiva, com relações extremamente antigas, que passam por uma “modernização conservadora”, mantendo intacto o “poder do atraso”. Uma elite patrimonialista, dependente e tutelada, acostumada às benesses do Estado e que, historicamente, sempre se utilizou desse expediente, desse discurso reiterado de crise para pressionar e requerer do Estado os recursos necessários. E, de outro, o Estado brasileiro que sempre foi à boia de salvação da elite campista, exaurido pela crise, imerso em grandes dívidas, sem capacidade de investimento e paralisado por uma crise política que poria fim ao regime ditatorial que tanto ajudou a mesma elite.

O saldo disso é o desmantelamento progressivo do setor sucroalcooleiro em Campos. Usinas descapitalizadas e sem recursos de alavancagem trazem sérios problemas para a elite usineira campista e também para toda região, já que a cadeia produtiva da cana gerava 70% da renda regional. Falência e fechamento de usinas, compra por parte de capital externo, crise e fechamento do setor de máquinas, metalúrgica e de ferramentas, o setor metal-mecânico ligado às usinas: dadas a preponderância e a hegemonia produtiva completa da cana no território de Campos, a crise se agravará socialmente, dentro de um contexto no qual as relações de trabalho já eram precárias, com a lógica de sazonalidade do trabalho, emprego precário e subemprego. Forma-se uma periferia crescente na cidade, com grandes bolsões de pobreza e com uma grande massa de mão de obra não qualificada. As alternativas e a diversificação produtiva não eram uma realidade, partindo de uma concentração histórica em Campos e na cana. Desagregaram-se, por exemplo, as diversas outras culturas preexistentes em toda região. Somam-se, pois, a falta de diversificação, a dependência de Campos em relação à cana e às usinas e a crise desse setor. Olhar para o quadro abaixo nos dá a dimensão da desestruturação do setor ao longo do século XX e XXI (SILVA; MOTA, 2004; CRUZ, 2003; BERNARDES, 2014).

Quadro 06: Quantidade de usinas nos séculos XX-XXI

Período	Quantidade de usinas
1900-1905	27
1922	28
1933	21
1940	22
1970	21
1976	19
1980	18
1985	16
1995	11
2005	7
2009	4
2013	3
2015	2

Fonte: Elaborado pelo autor com dados de IAA (1935), Smiderle (2010), Pinto (1995), SISERJ.

Em 1900, Campos tinha 27 usinas, e em 2015 apenas 2, com um máximo de 28 e mínimo de 2 usinas, o que dá um fechamento de 26 usinas ao longo do século XX e XXI. Apenas entre o período da crise terminal, de 1980 a 2015, 16 usinas fecharam. Segundo Pinto (1995), em 1995 os proprietários e famílias tradicionais campistas que permaneceram desde 1970 foram apenas os das usinas São João, Paraíso, Cambaíba e Santo Amaro. As outras usinas eram propriedades de grupos “estrangeiros”. Posteriormente, grupos econômicos compraram as usinas que restavam: Santa Cruz do Grupo José Pessoa de Queiroz, Barcelos e Cupim do Grupo Othon, e Sapucaia do Grupo Costa Brito. A usina Paraíso continuou sendo, até seu fechamento em 2013, dos Hayem Coutinho, e foi a última usina de famílias campistas, isto é, a última de modelo tradicional. Das usinas que sobraram, atualmente temos a antiga São José, que faliu em 2002 e foi arrendada por 15 anos por um grupo de 54 fornecedores que criaram a Cooperativa Agroindustrial do Estado do Rio de Janeiro (COAGRO), em 2003. O projeto, liderado pela Associação Fluminense dos Plantadores de Cana (ASFLUCAN), recebeu financiamento da prefeitura campista com recursos do Fundo de Desenvolvimento de Campos (FUNDECAM) e foi denominado COAGRO/ FUNDECAM/USINA SÃO JOSÉ.

Produz açúcar e álcool hidratado e tornou-se a maior usina do estado do Rio. Após o prazo de arrendamento, a COAGRO saiu da antiga São José e alugou por 30 anos a antiga usina Sapucaia, funcionando atualmente nela⁴¹ (BERNARDES, 2014; FRANCISCO, 2009).

É importante notar que, assim como diversas outras usinas faliram em Campos, as massas falidas continuaram a ter diversas pendências judiciais, principalmente com seus antigos trabalhadores, o que não é diferente com Sapucaia. Desde que fechou, seus 5 mil antigos funcionários passam por uma longa disputa judicial com a usina para receber indenizações, salários e direitos trabalhistas.⁴² Outra usina restante é a Canabrava, criada em 2009, com um projeto iniciado em 2003 e retomado em 2008. Diferente da COAGRO, que estava na antiga e tradicional área produtora da baixada campista, a Canabrava está localizada no extremo norte de Campos, próxima a São Francisco de Itabapoana. Propriedade do empresário Ludovico Giannattasio, produz álcool combustível, álcool neutro e refinado, além de possuir um sistema de geração de energia elétrica a partir do bagaço da cana. Também foi financiada com recursos públicos do FUNDECAM (BERNARDES, 2014; FRANCISCO, 2009), além de diversas outras fontes de recursos, com diversos problemas, e sem gerar lucros até 2015. Foi fundada também a partir da reunião de diversos fundos de pensão que investiram no projeto de Ludovico Giannattasio, engenheiro civil e dono de construtora, de família proprietária de destilaria, fechada em 1980. O projeto audacioso que captou recursos de 700 milhões de reais, além da já instalada usina, e que comprou e previa modernizar outras duas usinas, vive hoje uma disputa entre o empresário e os fundos de pensão.⁴³

Campos, que já foi por um longo período no início do século XX, a maior produtora de cana, hoje possui índices extremamente baixos, que evidenciam a crise profunda e o colapso do setor sucroalcooleiro. Segundo Bernardes (2014), atualmente 85% do açúcar que o estado do Rio consome vem de fora. São Paulo é responsável por 55,1% da cana brasileira produzida,⁴⁴ e Campos, em 2012,⁴⁵ está na 30ª posição brasileira de produção de cana, com um rendimento médio de 48 ton/ha. O maior produtor, o município paulista de Morro Agudo,

⁴¹ Disponível em: < <http://www.coagro.coop.br/> > Acesso em 5 de janeiro de 2016.

⁴² Disponível em: < <http://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/2014/10/usina-sapucaia-volta-funcionar-apos-4-com-nova-direcao-em-campos.html> > Acesso em 5 de janeiro de 2016.

⁴³ Disponível em: < <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/1095/noticias/canabrava-levou-r-700-milhoes-mas-virou-usina-de-problemas> > Acesso em 5 de janeiro de 2016.

⁴⁴ Disponível em:

<[ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Agricola/Levantamento_Sistematico_da_Producao_Agricola_\[mensal\]/Comentarios/lspa_201512coment](ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Agricola/Levantamento_Sistematico_da_Producao_Agricola_[mensal]/Comentarios/lspa_201512coment)> Acesso em 5 de janeiro de 2016.

⁴⁵ IBGE. Periódico da Produção Agrícola Municipal do Ano de 2012. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pam/2012/default_temp_xls.shtm> Acesso em 5 de Janeiro de 2016.

tem um rendimento médio de 82 ton/ha. Na lista de municípios de maior produção, o próximo com nível tão baixo de rendimento próximo ao de Campos será Sapé/PB, na 249ª posição, produzindo 45 ton/ha. Em área colhida, Campos tem 60.000/ha, isto é, a mesma área de Uberaba/MG, a terceira colocada em produção, mas que possui um rendimento médio de 95 ton/ha e 5.700.000/ton de quantidade produzida, contra 2.880.000/ton de Campos.

2.5 - Projeto de poder das elites e o discurso regionalista

Esta crise final do setor, mas também todas as outras já passadas, sempre traziam consigo elementos discursivos específicos, que evocavam a liderança e a importância do setor para gerar um projeto regional de poder. Nos momentos de crise, ele ficava mais forte, tendo como objetivo a obtenção dos recursos necessários para sua superação. Obviamente, não era apenas na crise em que eles apareciam, como vimos no seu oposto. Em momentos de expansão e bonança, a elite campista também elaborava o discurso regionalista com fins de expansão de seu poder para além de sua área de influência. A região açucareira do Norte Fluminense, seu território de dominação, era a base pela qual alçava a expansão territorial. O mais representativo disso foram as sucessivas tentativas de se tornar capital do estado, que ocorreram ao longo da história. Isso claramente se tratava de expansão territorial para além da área de influência da antiga região açucareira, que já estava sobre seu domínio há séculos. A elite regional campista (Campos-centro) almejava sua própria superação, sua expansão para o comando de todo o estado.

Entretanto, antes de discutir diretamente essas questões, a discussão do conceito de região nos auxilia a compreender essas dinâmicas, trazendo os elementos fundamentais para a pesquisa neste momento. Segundo Haesbaert (2010), região é um conceito claramente polissêmico, mas sua raiz semântica “regere” comando ou domínio de uma dada área, evidenciando as cargas de relações de poder na região. Essa acepção acabou por ser esquecida, o que explica a não utilização do conceito quando se realizam análises políticas, tendo o território se difundido em relação a essa questão. Contudo, os regionalismos, entende o autor, são eminentemente políticos. Regionalizar é um ato de poder, de “recortar, de classificar e, muitas vezes, também de nomear” (p. 23). Assim, um debate se impõe em relação à dinâmica do espaço, do poder e dos conceitos de território e região. O autor desenvolverá o estabelecimento de uma relação entre os conceitos de território e região, em

que agrupa essa relação em duas tendências: a dissociativa, de separação – quando um conceito aparece, o outro fica suprimido – e as integradoras – sejam as que incluem um no outro, ou as “focais”, que consideram a definição do conceito a partir de seu foco. A distinção focal existe e seu grau de distinção e relação vai depender da “perspectiva teórica” em que se insere (p. 178), naquilo que ele entende como uma constelação coerente de conceitos, cabendo ao pesquisador as escolhas diante das problemáticas que se pretendem estudar; associação ou dissociação dependem da abordagem dos conceitos de região e território.⁴⁶

Haesbaert (2010) cita Gramsci, um marxista inovador e o que mais contribuiu para a discussão de região ao pensar em fusão do econômico, do político e do ideológico, e na importante noção de bloco (hegemônico) regional. Ao estudar a formação dos regionalismos e a identidade regional na Campanha Gaúcha, percebeu a formação de um bloco regional de uma fração hegemônica das classes dominantes, denominando de bloco regional ou bloco histórico regional ao se referir ao que Gramsci analisou no *Mezzogiorno* italiano: “É no jogo de hegemonias, definido a partir de bases geográficas e históricas ‘regionais’ específicas, que se desenha o quadro regional (...)” (HAESBAERT, 2010, p. 55). Para ele, Gramsci amplia tanto a noção de hegemonia, como a noção marxista de poder. Na introdução de Carlos Nelson Coutinho aos Escritos Políticos, este considera o conhecido “A questão Meridional” como um dos mais importantes escritos de Gramsci: “este ensaio tem como eixo teórico o problema da hegemonia como direção intelectual-moral” (p. 20). A questão fundamental reside na conhecida formação tardia do Estado e unificação italiana; nesse processo, o principal problema é a questão meridional (GRAMSCI, 2004).

Para Gramsci (2004), existem duas questões na Itália: a questão meridional e a questão vaticana. A situação encerrava um contexto, no qual o Norte desenvolvido e mais rico e o Sul pobre ensejaram um claro conflito regional, ligado a esse “desequilíbrio regional”. A propaganda burguesa do Norte inculcou nas massas que o Sul atrapalhava o desenvolvimento italiano, que o Sul era um peso que arrastava o país, além de pregar diversos “preconceitos” e “estereótipos” contra os camponeses meridionais. Isso não se restringia à direita, já que o

⁴⁶ O que define cada conceito, em primeiro lugar, é a problemática à qual ele está ligado: a região, respondendo também a uma questão de ordem teórico-metodológica, a análise da organização e diferenciação do espaço geográfico (e seu “recortamento”), mas que inclui, obviamente, a própria natureza da prática dessa articulação/diferenciação, esteja ela ligada a fenômenos como a divisão espacial (inter-regional) do trabalho, os regionalismos ou as identidades regionais; o território, por sua vez, aparece dirigido à questão das relações entre espaço e poder (se quisermos, um dos elementos centrais para aquela “diferenciação e articulação” regional), em suas diversas manifestações (desde o poder em seus efeitos mais concretos, até suas manifestações mais simbólicas) (HAESBAERT, 2010, p. 178).

próprio partido socialista propagava essa ideologia. A oposição não era assim apenas burguesa, mas havia também um conflito entre os camponeses meridionalistas e os operários do Norte. Segundo Gramsci (2004), foram os comunistas de Turim que analisaram corretamente o problema e lutaram contra ele. O problema era claro: para conquistar a hegemonia, o proletariado deveria tomar o poder e tornar-se classe dominante. Para isso, era necessária a união de toda classe trabalhadora, e isso, em termos italianos, significava unir os operários do Norte e os camponeses do Sul. A aliança entre o proletariado e as massas camponesas do Sul era fundamental, logo o proletariado teria que organizar as massas camponesas pobres e desagregar o bloco intelectual meridional, que era a “armadura” do bloco agrário.

Antes disso, podemos retornar aos antecedentes que Gramsci (2004) nos mostra. A situação italiana no final do XIX evidenciava que o domínio burguês era ameaçado por diversas insurreições sociais e, devido a todo o contexto desfavorável, esta foi obrigada a deixar de lado uma ditadura mais “exclusiva” e direta. No século XX, a classe dominante estabeleceu uma estratégia de alianças que pudesse garantir seu poder. Assim, construiu-se um conjunto de alianças de classes e blocos políticos de classe. A burguesia teve que escolher entre uma democracia rural em aliança com os camponeses meridionais, com suas diversas implicações econômicas e políticas, ou um bloco industrial capitalista operário. Escolheu a última, e uma aliança política reformista foi instalada entre 1900 e 1910, o que gerou dialeticamente uma década de crise social. É desse contexto que nasce o sindicalismo como reação ao bloco constituído com a burguesia, tendo como objetivo a construção do bloco com os camponeses. Todavia, a situação dos blocos no contexto italiano, tanto no Norte quanto no Sul, era complexa. Gramsci (2004) considera então que há uma forte desagregação social no Sul, pois entende que a maioria da população que é camponesa, com algumas exceções, não possui coesão interna. A região meridional se constituía como um grande bloco agrário composto por quatro grupos: os camponeses desagregados, os intelectuais de pequena e média burguesia, os latifundiários e os grandes intelectuais. São os últimos que comandam o conjunto de manifestações políticas. O autor salienta bastante a importância dos intelectuais meridionais, suas características típicas de regiões rurais têm origem no chamado burguês rural. Com eles, compartilham aversão ao camponês trabalhador e sua sina de exploração. O intelectual é o elo de ligação entre o camponês e o latifundiário. E assim se construiu o bloco agrário, que tem como objetivo manter a ordem vigente, sendo reacionário e não possuindo elementos progressistas.

Segundo Gruppi (1978), a hegemonia em Gramsci é “concebida como direção e domínio e, portanto, como conquista, através da persuasão, do consenso, mas também como força para reprimir as classes adversárias” (GRUPPI, 1978, p. 58). Para Gramsci (2011), a supremacia de um grupo social ocorre a partir de dois pontos: “domínio” e “direção intelectual e moral”. O grupo tem que se colocar como dirigente, antes até de chegar ao poder, e mantê-lo. Força e consenso são elementos fundamentais para o exercício hegemônico. O bloco de poder dominante italiano estava baseado na oposição entre operários do Norte e camponeses do Sul. Então, para a esquerda na Itália, hegemonia significava conquistar a maioria da população trabalhadora, incluindo os camponeses. A questão meridional deveria se tornar uma questão nacional. A hegemonia cria um bloco histórico de unidade de forças sociais distintas. Ela é composta pela capacidade de unificar a partir da ideologia e manter o bloco coeso, mesmo sendo heterogêneo e de diversos interesses. A classe é hegemônica até o momento em que consegue realizar essa tarefa. No caso dominante, as visões de mundo das classes dominantes são impostas às classes dominadas (GRUPPI, 1978). As classes têm como tarefa de hegemonia “determinar os traços específicos de uma condição histórica, de um processo, tornar-se protagonista de reivindicações que são de outros estratos sociais, da solução das mesmas, de modo a unir em torno de si esses estratos, realizando com eles uma aliança [no caso da esquerda] na luta contra o capitalismo” (GRUPPI, 1978, p. 59).

Para Haesbaert (2010), as noções de Gramsci possibilitam o uso do bloco histórico como bloco regional ou “região”. A definição acima corresponde bem à de região que Haesbaert (2010) usa inspirada também em Gramsci. O bloco e as frações de classe dirigente são os líderes de reivindicações de uma gama de grupos sociais. Sua força reside exatamente aí, em conseguir unir grupos distintos, mas mantê-los sobre seu domínio, direção, persuasão, força e consenso. A região seria então “um espaço (não institucionalizado como Estado-nação) de identidade cultural e representatividade política, articulado em função de interesses específicos, geralmente econômicos, por uma fração ou bloco ‘regional’ de classe que nele reconhece sua base territorial de reprodução” (HAESBAERT, 1988, p. 26). Em primeiro lugar, o autor articula todas as dimensões sociais (cultura, economia, política) e identidade cultural; nesse sentido, é usada como identidade regional, criada e formulada em relação ao domínio político que as classes dominantes exercem regionalmente, querendo mantê-la em função principalmente de seus interesses econômicos, que são, juntos com os demais, o sustentáculo de seu poder e de sua hegemonia. Assim se estabelece o domínio do bloco regional.

Um elemento sempre presente na construção regionalista é o poder simbólico, que, segundo Bourdieu (1989), é o poder invisível e estruturado de construção da realidade, uma forma transformada e legitimada das outras formas de poder. O símbolo tem uma função social e um sentido social criado que contribui para a reprodução da ordem social. A função política se revela nas produções simbólicas como instrumentos de dominação e legitimação da ordem através da criação e naturalização das hierarquias. A ideologia que em si expressa interesses particulares se apresenta, por outro lado, como interesses universais. São instrumentos que garantem a dominação das classes dominantes sobre as dominadas. Uma luta social simbólica ocorre para que as classes e suas frações consigam impor sua definição de mundo e ordem.

(...) lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e de desfazer os grupos. Com efeito, o que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de *di-visão* que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo (...) (BOURDIEU, 1989, p. 113).

Para Bourdieu (1989), a força dos sistemas simbólicos está na ocultação das relações de poder que estão presentes neles e que aparecem como relações de sentido. O poder das palavras de ordem reside na legitimidade das palavras de quem as anuncia. O autor trará a ideia de “mistério do ministério”, no qual o porta-voz do grupo se torna o grupo que ele representa: “o representante faz o grupo que o faz a ele” (p. 157), com poderes de agir e falar em nome do grupo, sendo seu substituto. É a transubstanciação de uma coisa ou pessoa, que agora é um conjunto de pessoas, como uma instituição, a ponto de um grupo só existir enquanto existe o procurador – o porta-voz acaba por ser a existência do grupo. No caso das classes, é um conjunto de agentes semelhantes com atitudes e interesses semelhantes.

É o substituto do grupo que somente por esta procuração existe; personificação de uma pessoa fictícia, de uma ficção social, ele faz sair do estado de indivíduos separados os que ele pretende representar, permitindo-lhes agir e falar, através como um só homem. Em contrapartida, ele recebe o direito de se assumir pelo grupo, de falar e de agir como se fosse o grupo feito homem (...) (BOURDIEU, 1989, p. 158).

O grupo regional, isto é, as frações de classe dirigente utilizam esses expedientes para se constituir enquanto grupo, falar por eles e por eles existir. A região é o objetivo desse grupo. A própria etimologia da palavra região leva ao princípio de *di-visão*. A região e suas

fronteiras são embasadas nos fundamentos do ato de autoridade que desenha a região. O discurso regionalista visa impor uma legitimidade de fronteiras e de reconhecimento da região tal como concebida. Há um esforço para que ocorra uma “objetivação do discurso”; os discursos regionalistas contribuem para criar aquilo por eles falado. A força de um discurso depende da força mobilizadora dele, muito mais do que de suas propriedades internas, pela representação feita pelo grupo que se autorreconhece, que enxerga nele a expressão de seus interesses. As identidades regionais por sua vez são representações que são definidas a partir de lutas sociais, a luta pelos símbolos e propriedades. O regionalismo é um caso particular das lutas simbólicas. Isso claramente traz os conflitos que ocorrem para efetivação dos discursos regionais e de sua efetivação – há uma luta em jogo. Aos dominados das relações de forças simbólicas restam a aceitação ou a assimilação, essas utilizando a identidade dominante. Ou a luta pela subversão destas, que é um esforço de autonomia. É o poder de se apropriar, a “revolução simbólica contra a dominação simbólica” (p. 125). Trata-se de reapropriação coletiva do poder de construir sua própria identidade (BOURDIEU, 1989).

Todos os argumentos utilizados nos auxiliam na percepção dos discursos e práticas do bloco regional campista, de sua luta de hegemonia e construção da região, do consenso e da representação dos diversos interesses em jogo. O discurso regionalista da elite campista permeia a história da organização do território campista, em sua afirmação enquanto elite, que depende da construção da região canavieira. Foi construído então a região da “grande Campos açucareira”, utilizando o elemento discursivo da “vocação regional” pela monocultura da cana. A elite campista sediada em Campos transcende em aspecto regional, abrigo do Norte do estado do Rio. Usa todos os artifícios regionais e de lutas simbólicas para manter seu domínio político e sua exploração econômica, que garantem a ela o predomínio da organização do território. Para Cruz (2003), a prática regionalista das elites estabeleceu o padrão de desenvolvimento regional, um projeto de região autoritário e elitista. As elites são as representantes da região; construíram um aparato institucional para estruturar o discurso regionalista. Para conseguir a legitimidade como porta-voz, estabeleceram “alianças com a imprensa, jornalistas, técnicos, burocratas de governo e políticos” (p. 114). O discurso era reafirmado e propagado por esses agentes. As elites estabeleceram o discurso de que o desenvolvimento, geração de emprego, riqueza etc. estavam ligados à monocultura. Um discurso ufanista que, por exemplo na crise, deslocou o foco das responsabilidades das elites para a falta de recursos, para pressionar o governo federal. Com um discurso de inimigo

externo para esconder os problemas internos e uma ambiguidade do discurso, era um para fora e outro para dentro, a depender da necessidade.

Será interessante comparar a região campista com outra região. Campos e o Nordeste, apesar de suas enormes diferenças, têm na formação de sua sociedade e na base econômica de produção seu ponto comum: a monocultura da cana. Francisco de Oliveira (1977) analisa a “região Nordeste”. Primeiramente, devemos compreender que ele usa região na especificidade da reprodução do capital, “(...) o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital, e por consequência uma forma especial da luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição” (OLIVEIRA, 1977, p. 29). É importante perceber também que as regiões específicas têm trajetórias históricas, por isso carece também entender o percurso da região campista, ou do Norte Fluminense, e seu desenvolvimento. Oliveira (1977) considera que o conceito da região Nordeste no Brasil tem sofrido mudanças ao longo do tempo. O Nordeste surge politicamente na literatura e na opinião pública, na metade do século XIX. Antes no período colonial, a região se restringia aos locais de produção açucareira. A Bahia, mesmo sendo produtora de cana, não entrava na região porque sua classe dominante mantinha relações diversas e distintas das de Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte. As classes nesses estados eram praticamente as mesmas – uma única classe, porque sua manutenção como elite dependia da hegemonia sobre esses espaços. O autor cita os exemplos das famílias tradicionais que eram reconhecidas na região: Cavalcanti, Albuquerque etc. Já na Bahia, eles não eram reconhecidos; era uma localidade fechada em si mesma, como outra região. Poderíamos pensar, dadas as características expostas e a especificidade local, que Campos e sua área açucareira podem ser consideradas região desde a formação de sua elite e sua reprodução enquanto tal. A nosso ver, desde a formação do que chamamos das origens das elites, principalmente no século XIX, e de sua oligarquia “nobre”, podemos reconhecer a região campista. O território vai se organizando e se estabilizando ao mesmo momento em que a cana se expande e suas elites vão consolidando seu poder. Não por acaso é esse núcleo já estável no final do século XIX, que empreende o processo de modernização campista, reflexo de seu projeto de poder regional em seu território. A região açucareira campista já surge e desponta como o “grande” Norte do Rio. É por esse período também que projetos de capitalidade aparecem. Campos requereu, por exemplo, a formação de uma nova província, obviamente tendo Campos como sede e suas elites como dirigentes. Para isso, anteriormente foi necessária a formação da região e a elevação das elites como

representantes dela; as duas são faces da mesma moeda. Sua hegemonia no seio social regional construiu a manutenção de seu poder e de suas bases econômicas. O “espírito” regional, sua vinculação quase como “destino manifesto” e sua “vocação” secular pela cana são as materializações disso.

Oliveira (1977) vai então situar o novo Nordeste, que surge devido a novas formas de produção e conflitos de interesses nacionais com a região do café. Há a formação do Nordeste algodoeiro e pecuário. O controle interno da região começa a passar para esses latifundiários. Os barões do a ugar dão lugar aos coronéis do sertão, e   aí que surge o Nordeste da seca, permanecendo assim até os anos 1950. O Nordeste açucareiro se submete ao Nordeste algodoeiro-pecuário, o que gerou descapitalização da cana, abortamento da forçá de trabalho assalariada e desagregação do semicampesinato do agreste.

A industrialização brasileira cria uma nova fase do Nordeste, agora em termos nacionais, como reserva de mão de obra. Começa a aparecer no Brasil duas regiões: a que cresce, o centro-sul, e a estagnada, o Nordeste. É nesse contexto de desequil rios regionais que surge o planejamento regional e sua forma institucional, a SUDENE. Os conflitos e interesses v o ampliar a região, agora se tornando a “região da SUDENE” e, paradoxalmente, essa região é criada pela ideologia das classes dominantes do Sudeste. Em Campos, não houve o estabelecimento de uma nova região, nem de um grupo de poder e produção alternativo   cana, diferente do Nordeste. A elite campista se fortalece na virada do XIX para o XX, e internamente muda de feições. O barão d  lugar ao usineiro, mas as bases canavieiras permanecem as mesmas, apenas se modernizando. O século XX, como vimos, é o século da cana e de suas elites, e isso só mudar  no final do XX.

Em relação a essa questão, outra comparação é o fato de que Oliveira (1977) entende que as relações políticas da região se referem a como o controle das classes dominantes “fecham” a região, ligando-se diretamente   dimensão econômica. Se no caso do Nordeste houve, em alguns períodos, o fechamento, lembremos que Cruz (2003) também percebe isso em Campos e, para ele, as elites locais fecharam a região. Em Oliveira (1977), esse fechamento só ocorre enquanto essas classes conseguem manter a reprodução da dominação social. Eles bloqueiam a penetração de novas formas de relações de poder e produção. A “abertura”, por outro lado, é o símbolo da perda de hegemonia. Em Cruz (2003), o fechamento elitista campista mantém a mesma estrutura social, as mesmas relações de poder e a mesma dominação política, evitando novas formas de produção que alterassem a lógica da monocultura da cana. Por isso, ao longo da história, a “diversidade produtiva” foi preterida

em função da cana. A diversidade da subsistência até na agricultura sofreu um processo de desagregação com o avanço irrestrito da monocultura. A abertura nos anos 1980-90 foi o símbolo claro da perda de hegemonia das elites que descrevemos. Esse período marca não só a crise e a desagregação do sistema sucroalcooleiro, mas a emergência de novas formas de relações econômicas com a chegada da Petrobrás na Região Norte Fluminense e do petróleo como renda. Na política, com a erosão das antigas lideranças, a elite política é substituída por um novo grupo social que emerge neste mesmo período. É neste momento de abertura que surge uma nova região; não mais a região açucareira, mas a *região do petróleo*, e uma nova elite correspondente e desenvolvedora dessa região.

03 – ECONOMIA DOS *ROYALTIES* E A NOVA ELITE POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

3.1 - A crise social e a emergência do petróleo

A década de 1980 é marcada, como já vimos, por uma profunda crise no Brasil e em Campos. O setor sucroalcooleiro e o território organizado pelas elites também entrava em crise. A percepção de que aquela dinâmica territorial, aquela lógica econômica e aquelas relações de poder eram as responsáveis pela grave crise social foi se estabelecendo. Era, enfim, um território que por definição se assentava sobre bases autoritárias, excludentes e exploradoras, apesar da ideia de fugir da concentração, que era símbolo desse território, com o discurso da diversificação e da alternativa a tal sistema. Os interesses da elite vão sendo contrastados e um acúmulo de contradição e de conflito explode nesta década. A exploração econômica e a dominação política das elites geram uma reação que se explicitou em Campos a partir de diversos movimentos organizados, que iam de movimentos sociais tradicionais, como o sindicalista, a movimentos de bairro e até ecologistas. A crítica deles entendia que os problemas sociais de então tinham sido gerados especificamente pela monocultura da cana e tudo o que ela representava em termos de exploração econômica, concentração produtiva, falta de alternativa, dependência, exploração do trabalho e até poluição e problemas socioambientais (CRUZ, 2003).

O contexto de emergência dos movimentos sociais urbanos no Brasil, e em Campos, está vinculado a um problema histórico: a construção da cidade desigual. Em Campos, os planos e obras baseados no higienismo dos anos 1920-1930, em sua busca pela “limpeza” do insalubre e desordenado, são em si o embrião da desigualdade sócio-espacial em Campos, causando o sobrevalor do centro, acrescido sucessivamente pelas obras e investimentos e pela desvalorização e pouco investimento nas periferias. Em 1940, os bairros longínquos e periféricos eram a via da expansão urbana. Este padrão centro-periferia se aprofunda em 1950-1960, aliado à vinda de trabalhadores rurais, principalmente após o declínio do café. Em 1979, é criado o Plano de Desenvolvimento Urbanístico e territorial de Campos, baseado no plano de 1944 de Coimbra Bueno, com legislação, normatização, zoneamento etc.

Porém, tais planos não resolvem os problemas urbanos e os anos 1980 são marcados pela expansão da favelização. O processo de favelização está inserido em um contexto de crise profunda no campo, com a crise da cana e das usinas e um conseqüente aumento da população urbana. Em 1940, 70% da população campista viviam na zona rural, com quatro

favelas na zona urbana. Já em 1980, 58% da população eram urbanas. O êxodo rural da população pobre, pouco qualificada, vai se inserir periféricamente no espaço urbano e, informalmente, na economia urbana, como contingente de trabalhadores rurais precários da cana (FARIA, 2005).

Os conflitos e os movimentos sociais se encontravam exatamente no mesmo lugar de exploração e dominação territorial, seja no espaço urbano, nas questões de moradia e direito à cidade, seja em relação ao trabalho. É a exploração do trabalho que simboliza historicamente a cana em Campos, desde sua base escravista até a exploração e precariedade do “trabalho livre”, seja na roça, no cultivo, no corte ou na agroindústria. O monopólio do mercado de trabalho que o setor sucroalcooleiro exerceu ficou evidenciado no símbolo da precarização do trabalho no campo. O problema da região se expressava de forma aguda nos boias-frias, itinerantes e precários (CRUZ, 2003), os chamados “errantes do fim do século” por Moraes Silva (1999). A autora analisa o surgimento dessa massa de trabalhadores expropriada e expulsa dos sertões em direção aos canaviais paulistas, em um mecanismo de exploração-dominação que se reproduziria em função do processo de modernização dos anos 60, gerando dois fenômenos vinculados: o êxodo rural e a proletarização. Em Campos não foi diferente; poderíamos situar as diferentes formas de subordinação dos pequenos produtores e lavradores agrícolas ao capital (industrial e financeiro) que Neves (1981) estudou nos anos 70, que é também o percurso que culminará nesta situação crítica dos anos 80. Para Cruz (2004), a modernização campista gerou, por um lado, a diminuição ou quase desaparecimento em nível regional das lavouras de subsistência e de cultivos tradicionais, como a mandioca; por outro, generalizou o boia-fria como trabalhador temporário e itinerante, que morava agora nas crescentes favelas, expulso das terras e com condições de trabalho precárias.

O problema da fome e da pobreza era fragante em Campos. Em 1970, o índice de indigência⁴⁷ era de 30,8%; em 1980, de 38,13%; e pós- crise, em 1991, disparou para 52,34%. Isso mostra o desastre social causado pela crise da monocultura da cana e da dinâmica excludente que caracterizava seu mercado de trabalho. O trabalho no período era caracterizado pela precariedade e sazonalidade. Em função das necessidades das usinas, o contingente de trabalhadores alternava o trabalho na agroindústria com outros serviços, como serviços domésticos, biscates, comércio, construção civil, ou seja, basicamente informalidades de baixa remuneração. Em 1970, 63,2% da população de baixa renda das favelas alternavam o trabalho na cana e nos biscates. E, em 1991, 46% da população campista de baixa renda ainda

⁴⁷ Segundo Cruz (2004), população com renda *per capita* inferior a 80 reais no período.

alternavam estes trabalhos temporários. O monopólio do trabalho e a concentração na monocultura da cana, ligado à dominação territorial dos usineiros, forçaram um excedente de força de trabalho desqualificado e disponível, com pouco poder de barganha, que se vinculava às relações precárias de trabalho (CRUZ, 2004).

A reação veio a partir da organização dos trabalhadores através dos sindicatos⁴⁸ e também de diversos processos judiciais trabalhistas. No início dos anos 1980, uma grande greve ocorre, seguida por diversas outras grandes greves, culminando na obtenção de algumas conquistas, direitos trabalhistas, regime de trabalho e ganho salarial. Outra frente foi à luta pela terra no campo e pela reforma agrária em Campos.⁴⁹ A luta ocorreu a partir dos antigos trabalhadores rurais nas terras das usinas falidas. As ocupações eram compostas pelo contingente de ex-trabalhadores rurais das usinas e trabalhadores itinerantes da cana, com uma grande parte deles vindo das favelas e periferias campistas. A primeira leva, ainda nos anos 80, foi liderada por trabalhadores do Movimento Sindical Rural e teve a falida usina Novo Horizonte como área de disputa em 1987, além de outra área de fazendas em conflito trabalhista, em 1991. A ação do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) se intensificou nos anos 90, com ocupações nas terras das usinas falidas, dando origem à maior parte dos assentamentos. A primeira atuação foi nas terras da usina São João e em uma de suas maiores fazendas, a São Jerônimo, que se tornou o maior assentamento campista, o Zumbi dos Palmares de 1997. Atualmente, Campos possui 10 assentamentos,⁵⁰ não contando ainda os assentamentos próximos ao município e também frutos da mesma dinâmica de luta (CRUZ, 2003; LEWIN ET.AL; 2005).

Este é o contexto da crise social da década. E junto com a crise profunda das elites usineiras e das usinas, o território campista sofre o início de outro processo concomitante, que mudará em diversos sentidos Campos. Em 1974, a Petrobrás anuncia a descoberta de petróleo em Campos, o que rapidamente virou destaque na imprensa nacional, além da campista, e aguçou o “imaginário campista”, que começou a pensar e discutir as diversas possibilidades e a fazer especulações – sem dúvida, por um tempo este foi o assunto mais falado. O anúncio ressuscita a ideia da “grande Campos” e do retorno da “idade de ouro”.

⁴⁸ MSTR, FETG, CONTAG.

⁴⁹ A luta pela terra em Campos é mais antiga e ficou nacionalmente conhecida pela ocupação do Imbé, feita por diversos trabalhadores, e da FALERJ, liderada por José Pureza em 1963. Ver mais em: CORRÊA, Elisa F.; MACEDO, Marcelo Hernandez. Zé Pureza e a reforma agrária no Rio de Janeiro do pré-64. Estudos Sociedade e Agricultura, outubro 2007, vol. 15 no. 2, p. 368-392.

⁵⁰ Disponível em: < http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/relacao-de-projetos-de-reforma-agraria/relacao_de_projetos_de_reforma_agraria.pdf > Acesso em 5 de janeiro de 2016.

O início da produção ocorre em agosto de 1977. A primeira fase do projeto é pioneira, com o objetivo de conhecer o reservatório e testar as tecnologias. Era inicialmente um projeto provisório e inovador, no poço chamado de enchova, enquanto as plataformas definitivas eram construídas. Em 1982, a segunda fase se inicia e as plataformas definitivas já estão funcionando. A partir daí, inicia-se a exploração comercial de petróleo no que foi chamado de bacia de Campos, a qual se tornará a maior jazida brasileira. Em 1988, começa o pagamento dos *royalties* às prefeituras; inicialmente, não era um volume tão grande, porém houve significativos acréscimos com o tempo (CRUZ, 2003; CRESPO, 2003).

A primeira questão que se colocou foi o problema da localização da instalação da Petrobrás e das atividades de E-P (exploração e produção) do petróleo. Esta foi a primeira perda: Campos, enquanto centro regional, maior município e historicamente polarizadora, viu o pequeno município de Macaé receber a Petrobrás em 1979. A mídia e uma parte da população campista expressaram a indignação com reclamação, pessimismo e decepção com o fato; o prefeito de então ameaçou até renunciar. Na época do anúncio, o comércio fechou as portas e um protesto com 5.000 pessoas foi realizado. Dois argumentos foram levantados para compreender esta escolha: argumentos técnicos, como a localização mais próxima do Rio e do porto de Imbetiba, e o argumento político, relacionado à recusa da elite usineira de Campos de receber a Petrobrás, por temer a perda do controle da mão de obra local que, sem alternativa, sujeitava-se às condições da monocultura da cana. A explicação do fato a partir da exclusividade de um argumento ou de outro, ou dos dois juntos, ficou em aberto. Mesmo assim, Campos não perde o vínculo com a Petrobrás e se criou o imaginário na sociedade do campista trabalhador na empresa. O “petroleiro” passou a ser o emprego perseguido por muitos campistas e uma maior presença da indústria do petróleo em Campos nunca saiu da agenda política local, como historicamente podemos lembrar os casos da refinaria, do heliporto etc. O que fica é que o setor petrolífero passou a ser importante para Campos e região, primeiramente com os investimentos, estatais e privados, de instalação do complexo e, em segundo lugar, em função dos recursos dos *royalties* e participações especiais que incrementarão a arrecadação e os orçamentos municipais. Além disso, algumas mudanças que vão surgindo com a extração do petróleo são o acréscimo de postos de trabalho, a ampliação dos cargos técnicos e superiores, incidindo na qualificação da mão de obra, o aumento da construção civil, comércio e serviços, entre outros (CRESPO, 2003; SERRA; TERRA, 2006; CRUZ, 2003; SILVA; MOTA, 2004).

3.2 - A erosão política das antigas elites: redemocratização e eleições em 1988

O cenário que se desenha neste período é o seguinte: uma elite em decadência devido ao colapso da organização territorial que ela mesma engendrou; uma erosão política; e o desmoronamento do edifício econômico sucroalcooleiro. Soma-se ao fadigamento da sociedade campista a crise aguda que leva a perdas por grande parte da sociedade campista. Os sinais vão se tornando cada vez mais claros e havia, segundo Cruz (2003), um contexto de receptividade social à luta dos trabalhadores. Nos anos 80, já na conjuntura de redemocratização brasileira, aparecem candidaturas com bandeiras sociais, de certa forma ligadas ao caldo sociopolítico de então e dos movimentos sociais atuantes (bairro, sindical, ecologista), claramente contrapondo-se e colocando-se como alternativa ao “poder dos usineiros”. Os recursos do petróleo e a sua dinâmica alimentam a ideia de alternativa à cana, funcionando como um fator de esperança. Por outro lado, as “antigas” elites, notadamente conservadoras, recusam as mudanças e parecem não conseguir se readaptarem ao novo contexto e enfrentar sua crise.

A elite usineira, entendida como parasitária dos recursos públicos usados para torná-la rica, constrói um edifício social caracterizado por uma economia dependente e subordinada. Simbolicamente, seu conservadorismo aparece mais claramente e o discurso de modernidade não pode ser mais utilizado; ela é identificada com uma força do atraso. Ao passo que perde sua sustentação econômica, perde-a também na política, no poder de influência dos atores, nas instituições. Sua primazia em Campos entra finalmente em cheque.

A região passa por uma “abertura”, ao contrário de seu “fechamento” promovido pela elite. Em termos regionais, a erosão da elite campista é notável. Uma mostra disso é que a fração de lideranças do Noroeste Fluminense, historicamente subordinadas aos campistas, busca maior protagonismo e independência, tanto que em termos formais a antiga região do Norte Fluminense se desmembra com a criação do Noroeste Fluminense. Contudo, internamente, há também os sinais mais claros da perda de poder.

Em termos políticos, a última liderança política da ditadura que permaneceu com um domínio longo na política local foi Zezé Barbosa, que em 1982 ganhou seu último pleito eleitoral. Com um mandato de seis anos e uma eleição diferente, já que a abertura do regime começara, novos partidos surgiram, as sublegendas desaparecem, e temos eleições para governadores. Podemos considerá-lo como a última liderança das antigas elites, como mostra

sua trajetória, que começa com o apoio do usineiro político Heli Ribeiro Gomes, decisivo para sua primeira vitória eleitoral (BELIDO, 1994). É um símbolo político do território organizado pelas elites; não só as representa, como também encarna o perfil da elite política e suas características. Segundo Belido (1994), adepto do “varejo administrativo”, este autor traça um panorama importante:

Amante do tapinha nas costas e do sussurro nos ouvidos de amigos, conhecidos e correligionários, desenvolve uma política superficial, mas bastante abrangente, procurando compensar na dimensão horizontal o que talvez falte em profundidade. Foi por intermédio dessa original filosofia que chegou aos dias de hoje, quando desfruta de bom e invejável prestígio político-eleitoral, encontrando-se neste final de 1988 e neste encerramento do seu terceiro mandato como prefeito numa encruzilhada que poderá conduzi-lo a novas glórias ou fazê-lo amargar dissabores (BELIDO, 1994, p. 63).

O processo de redemocratização de 1988 é um elemento fundamental da crise que se instala, porque, ao mesmo tempo em que significou o fim do regime ditatorial brasileiro, significou uma mudança política em Campos. “Os resultados das eleições de 15 de novembro de 1988 estão causando o desmoronamento de lideranças vigentes no município há mais de um quarto de século (...)”, diz (BELIDO, 1994, p. 221). Esta eleição simboliza uma ruptura das antigas lideranças, especificamente da última, com Zezé Barbosa, e das novas, sob o domínio de Anthony Garotinho Matheus, eleito em 1988. Os próprios discursos da campanha e um trecho de seu programa de governo revelam o teor utilizado:

Campos vive um momento singular de sua história política. Na próxima eleição municipal, sua população terá a oportunidade de escolher entre o arcaico – ligado ao grupo que detêm o poder nas últimas décadas de forma autoritária e centralizadora, mantendo o município estagnado – e um grupo não comprometido com a estrutura do poder predominante, que se inicia na política e aposta na modernidade, ou seja, acredita ser possível romper com a forma ultrapassada de administrar a coisa pública, e entende a necessidade de estimular a comunidade a se organizar e influir no cotidiano da gestão municipal (Programa de governo *apud* SOUZA, 2003, p. 107-108).

Antes dessa eleição, Garotinho já havia começado a trilhar seu caminho político. Na eleição de 82, a Câmara Municipal foi dominada por dois partidos egressos da ditadura, o PMDB (Partido Movimento Democrático Brasileiro) e o PDS (Partido Democrático Social), sobrando apenas uma cadeira para o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e uma para o PDT (Partido Democrático Trabalhista). Nesta eleição, o jovem Garotinho foi o candidato mais votado, mas não consegue assumir devido às regras eleitorais e porque pertencia a um

pequeno partido, o PT (Partido dos Trabalhadores). Com um discurso sintonizado com os graves problemas sociais do período e ligado aos setores mais carentes, era claramente oposicionista. Um candidato popular e conhecido, radialista que apresentava um programa diário: assim foi construindo a imagem de representante dos pobres e da mudança. A imprensa conservadora o caracterizava como um radical do PT (CASTRO; SALES, 2005).

Mesmo em 1982, com as prefeituras sendo dominadas em termos estaduais pelo PMDB e pelo PDS, Leonel Brizola do PDT assume o governo estadual, o que levará ao crescimento de sua sigla no estado com o passar do tempo. Devido à necessidade do PDT em crescer nos municípios para garantir o governo Brizola, foi necessária a construção de forças locais. Dentro desse contexto, e oferecendo maiores possibilidades e estrutura, em 1984, Garotinho muda de partido; sai do PT e vai para o PDT.⁵¹ Em 1986, é eleito deputado estadual com expressiva votação. Campos já começara a se dividir entre as antigas e as novas lideranças políticas. Posteriormente, é criada a frente política Muda Campos, composta por 9 partidos. Apresenta-se como sendo de esquerda e como porta-voz da diversificação, da superação da monocultura e de suas elites; usa ainda o discurso da democracia e das questões sociais. Em 1988, com uma alta popularidade, com o apoio de Brizola e com a adesão do crescente grupo de evangélicos, Garotinho vence o pleito e se torna prefeito de Campos (CASTRO; SALES, 2005; CRUZ, 2003). Para Franco (2006), 1988 é um marco de ruptura da política oligárquica. O autor elenca alguns fatores para a eleição de Garotinho: a dimensão nacional e o contexto da redemocratização; a crise econômico-política em Campos, atingindo de forma grave os mais pobres; e o fortalecimento, em nível estadual, do PDT e o apoio de Brizola.

Apesar de não ser possível identificar de forma estrita uma representação em um grupo social específico, suas maiores vitórias são marcadas pela predominância do voto urbano, na periferia, e da votação em massa das áreas urbanas pobres. Teve boa votação em todas as zonas, mas nas zonas rurais só ganhou em uma, com uma pequena margem. Suas vitórias expressivas ocorrem em bairros populares urbanos, zonas 75 e 76. A única derrota urbana, também por pouco, foi na zona 98, área de maior renda, mas na zona 99, a segunda maior em renda, vence por poucos votos. Segundo Franco (2006), sua votação nas classes médias se deu pelo vice, Adilson Sarmet, um médico de prestígio e desvinculado dos

⁵¹ Esta é a primeira mudança partidária desta liderança, não fugindo da característica brasileira de personalismo e pragmatismo de um lado, e da fragilidade ideológica e programática dos partidos, de outro. Mudou de partido diversas vezes, saindo do ponto de vista ideológico do campo da esquerda (PT), chegando atualmente ao campo da direita (PR). Passou ainda por PDT, PSB e PMDB.

usineiros. Também relata a presença de uma militância mais à esquerda, que ajudou na vitória, diferentemente dos outros candidatos e de seus tradicionais cabos eleitorais. Além disso, destacam-se sua presença já conhecida e sua habilidade de usar os meios de comunicação de massa, principalmente rádio, na primeira eleição pós-ditadura sem as restrições de propaganda de rádio e televisão (FRANCO, 2006).

Os outros candidatos eram tidos como típicos representantes das elites. Pode-se começar com Jorge Renato Pereira Pinto, usineiro de tradicional família política. Foi o candidato da situação apoiado pelo então prefeito. Com métodos políticos oligárquicos, típicos do controle das áreas rurais, foi reforçado pela vitória em áreas rurais, especialmente em Santo Eduardo onde tinha sua usina. Rockefeller de Lima, antigo e tradicional político campista, tinha ligação com a UDR (União Democrática Ruralista) e caracterizou-se por ser um candidato da classe média alta; vence Garotinho apenas na cidade em áreas de alta renda. Amaro Gimenes, também intimamente ligado ao setor sucroalcooleiro, possuiu cargos em diversas usinas; na época do pleito, era diretor administrativo da usina Paraíso (FRANCO, 2006).

Já foi mencionada a recusa à mudança das elites e a sua incapacidade de readaptação. Talvez a resposta dessa incapacidade resida em duas questões: uma é o próprio perfil histórico dessas elites, dadas suas características; fica clara ainda sua incapacidade de dar uma resposta à crise, em um contexto novo, em diversos sentidos, o que é a segunda questão. Assim, acabamos por lembrar os teóricos do elitismo clássico.⁵² Pareto, ao dividir a “elite” e uma “não-elite”, a partir dos critérios pessoais e psicológicos dos indivíduos, vai chegar ao momento em que a superação da elite será caracterizada por uma “circulação das elites”, na qual a não-elite poderia se tornar elite. Mosca avança mais porque vai considerar que a “classe política” assim se torna devido a um conjunto de características e habilidades de organização e representação que geram a “fórmula política”. A deterioração da fórmula política é o começo da ruína da elite de então. A circulação das elites ocorrerá quando a fórmula política antiga for substituída pela nova fórmula, iniciando o domínio da nova elite. Os mais diversos autores e observadores vão considerar que 1988 é um período de mudanças; alguns chegam a falar em ruptura. A depender do que se considera ruptura, se entendermos em um sentido mais forte como de quebra, rompimento, interrupção, corte, talvez não seja adequado usá-lo. Porém, é certo que houve algum tipo de mudança. Talvez, ao nosso

⁵² A discussão do conceito de elite é realizada ao longo do trabalho. Especificamente no que se refere ao elitismo clássico, ver item “A origem das elites”.

entendimento, seja possível utilizar a ideia de ruptura numa acepção contraditória, no sentido de considerá-la uma mudança importante, mas que em si guarda alguns elementos de continuidade.

O problema que nos colocamos é se, ao findar o domínio político-econômico das “antigas” elites, uma “nova” elite surge. Para Castro e Sales (2005), o ano de 1988 trata de um reordenamento político e um processo de circulação das elites em Campos. Todavia, ela realmente é uma “nova” elite? Uma “nova” classe política? O certo é que, como analisamos e caracterizamos as elites campistas, sua fração dominante economicamente; a “elite usineira” e sua fração dominante politicamente; a “elite política”, ou seu híbrido “elite usineira política”, não será possível enquadrar dessa forma aquilo que surge da crise dessas antigas elites.

Assim, consideramos que a crise e a desagregação do setor sucroalcooleiro e da monocultura da cana, que baseou a organização territorial campista a partir da égide do domínio político e da exploração econômica das elites, serão comprometidas na década de 1980. Ali emergem dois elementos que dão sinais de mudança. O primeiro, do ponto de vista econômico, começa a produção de petróleo na bacia de Campos e o recebimento de recursos petrolíferos pelas prefeituras. O segundo, diretamente ligado a este, é a perda da elite política e a consequente vitória de um novo grupo político em 1988, selando a perda de poder elitista. O que liga os dois pontos é o fato de que ambos são frutos da dinâmica, da contradição e da crise geradas pelas elites em seu território. Por outro lado, em termos de resultado, a nova configuração econômica das rendas petrolíferas vai irrigar e se tornar o sustentáculo econômico da prefeitura, sendo agora dominada por outro bloco de poder. A hegemonia político-administrativa que esse grupo conseguiu só foi possível porque, em termos econômicos, a monocultura não se reergueu e as rendas petrolíferas encheram a prefeitura de recursos, que possibilitaram a máquina pública se manter funcionando de forma independente da cana, possibilitando as políticas, o orçamento e os investimentos.

3.3 - Campos e a economia dos *royalties*

Segundo Piquet e Terra (2011), há uma dúvida se atividades mineradoras podem gerar desenvolvimento a depender de como se desenrolará o processo. A indústria do petróleo pode levar a um processo de mudança estrutural ou se estabelecer enquanto enclave (PIQUET, 2003). É certo que existem os mais diversos tipos de impactos da atividade petrolífera.

Segundo Piquet (2007), esses grandes projetos levam a mudanças na estrutura populacional e nos empregos; há ainda mudanças na organização do território, no quadro político e na cultura. O processo na bacia de Campos foi caracterizado pela reprodução da desigualdade, pelo enriquecimento de uma parcela da população e pela geração de grandes bolsões de pobreza. As expectativas geradas pelo “eldorado” ocasionaram movimentos populacionais que, reproduzindo desigualdade, geraram e acentuaram problemas sociais, como favelização, violência etc., com um imenso fluxo de trabalhadores pobres.

A desigualdade de emprego ampliou o fosso entre uma mão de obra qualificada, que atende os setores mais complexos do petróleo, e um contingente abundante de mão de obra não qualificada. A organização do território mudou ao aumentar os desníveis entre campo e cidade, modificando também a hierarquia urbana regional, além de localmente reproduzir a segregação em áreas de alto padrão de residência e consumo e bolsões periféricos de pobreza. As mudanças culturais ocorreram com a entrada de novos agentes, levando ao rompimento das práticas antigas e, no caso regional, alterando os valores tradicionais das antigas oligarquias agrárias e ampliando a diferença entre o velho e o novo. Pode-se referir também a uma classe média maior e mais abastada, com novos hábitos de consumo (PIQUET, 2007; MONIÉ, 2003).

Se olharmos para as rendas petrolíferas que inundaram as prefeituras, o primeiro elemento com que deparamos é a desigualdade entre os entes federativos brasileiros. Há uma grande concentração nos municípios confrontantes à bacia de Campos. O critério de rateio escolhido foi o determinismo físico. Os municípios que mais recebem estão próximos ou de frente para os poços, escolhidos a partir de “projeções ortogonais e paralelas dos limites municipais na plataforma continental” (SERRA, 2004, p. 174). Por isso, municípios “sortudos”, que adquiriram as maiores receitas orçamentárias *per capita* do Brasil, viram suas receitas aumentarem muito, com o crescimento vertiginoso a partir de 1998 com a Lei 9478/97, chamada Lei do Petróleo, que elevou os *royalties* e criou participações especiais. A repartição dos *royalties* foi o espelho da estrutura e dos problemas do pacto federativo brasileiro, concentrando-se em poucos estados e municípios. Mesmo dentro dos 815 municípios que recebem as rendas, 77,7% ficam com apenas 30 deles, sendo Campos o maior recebedor (SERRA, 2004, 2007).

A construção do regime de cobrança, divisão e aplicação foi atravessado por interesses políticos regionais. Os interesses que definiram os rateios são “localistas”, e não se importaram com a justiça intergeracional. Os *royalties* não foram entendidos e discutidos a

partir de interesses da própria lógica do conceito, mas sim apresentados como “salvação” para desequilíbrios fiscais regionais. Os argumentos em prol da descentralização naturalizaram os recebimentos das receitas a partir de uma visão compensatória, o que autor entende como um princípio ruim, defendendo a lógica da justiça intergeracional com a preocupação com a finitude. Deveria se pensar uma justiça intergeracional em termos de planos nacionais que se preocupassem com fontes alternativas de energia, já que falamos de um recurso não renovável. E, em um plano subnacional, utilizar os recursos para a diversificação produtiva, que se preocuparia em diminuir a dependência do petróleo, substituindo-o também devido à sua finitude (SERRA, 2004, 2007).

A lógica descentralizadora aplicada também contraria a Constituição Federal, que determina que as jazidas pertencem à união. O sistema foi construído a partir de uma lei (7525/86) pré-Constituição, que consagrou os *royalties* como recurso compensatório e de merecimento. Com o discurso de corrigir problemas no pacto federativo, mas que se mostrou evitado dos interesses nas repartições fiscais, salienta-se a importância das bancadas regionais. A disputa pelos *royalties* levou em conta diversas questões alheias ao que realmente deveria interessar como princípio de distribuição e aplicação dos recursos. E mesmo as razões elencadas para esta distribuição não foram totalmente implementadas. Os critérios de definição, que não poderiam se basear no determinismo físico, escondiam a política de base clientelística que os promoveu. A barganha política aparece como o elemento fundamental na divisão dos recursos e as bancadas regionais traduziram os interesses de seus redutos eleitorais (SERRA, 2004, 2007). Podemos exemplificar também citando a Organização dos Municípios Produtores de Petróleo (OMPETRO). Sua criação se deu a partir de objetivos políticos ligados aos recursos, à representação e até à constituição de fundos de desenvolvimento. Lança-se como entidade representativa das forças locais e ambiciona se colocar como líder, além de canal das ambições das lideranças regionais, mesmo existindo um fosso entre sua ambição e as estruturas econômicas regionais (PIQUET, 2003).

Quando se dá a escolha do pequeno município de Macaé para sediar a Petrobrás, já se demonstra a característica de enclave que o complexo adquirirá. Não foi levado em consideração o aproveitamento das economias urbanas, como a de Campos, e colocou-se quase a totalidade dos investimentos em Macaé. As regras de rateio dos recursos petrolíferos criaram uma categoria de municípios com elevadas receitas públicas, mas sem o setor produtivo do complexo, que se concentrou em um único lugar. Na realidade, a semântica discursiva que considera o Norte Fluminense como região produtora de petróleo não condiz

com a realidade, pois o correto seria considerá-la como uma região recebedora de *royalties* ou municípios petro-rentistas, que podem ser descritos com a seguinte estrutura: Macaé, enquanto centro produtor, cercado pelos demais municípios não produtores, mas recebedores de rendas petrolíferas. Diante dessa distorção inicial, é perceptível que o impacto da atividade petroleira seria diferenciado, devido à formação histórica dos municípios e a pouca influência na divisão territorial do trabalho. O impacto de desenvolvimento da indústria é baixo nos municípios, com a exceção de Macaé. A mudança então se concentrou nas rendas que as administrações públicas passaram a receber, especialmente Campos, a maior recebedora delas (SERRA; TERRA, 2006).

A situação que se desenvolve é a necessária diferenciação entre uma economia dos *royalties* e uma economia do petróleo. Campos funciona a partir de uma economia dos *royalties*, que se afirma e desenvolve com suas contradições inerentes. A economia de enclave trava o desenvolvimento de pólos produtivos alternativos, que multiplicariam e espalhariam seus efeitos, mas, longe disso, a produção se concentra e centraliza. E estes recursos são destinados à administração pública, criando um município rentista, com especificidades orçamentárias bem peculiares em termos brasileiros, caracterizadas por grandes orçamentos e uma grande capacidade de investimento, mas fadadas à finitude. Deveria ser a partir desses recursos que o padrão de desenvolvimento conseguiria ser superado. A dependência dos recursos petrolíferos pode ter efeitos danosos e contrários à possibilidade de desenvolvimento aventada (CRUZ, 2003).

Há um “sequestro dos *royalties* pelo poder local” (SERRA, 2007), do ponto de vista político. Os prefeitos e políticos locais se tornam porta-vozes das mais diversas reivindicações do setor. A prefeitura se fortalece, hegemonizando o orçamento, enquanto os diversos grupos sociais e econômicos são “posicionados no balcão de clientes desses recursos” (CRUZ, 2003, p. 283). Isso fortalece politicamente a “elite administrativa”, que aumenta seu poder de barganha e sua influência, o que pode reforçar ainda mais os problemas nas relações da sociedade com o Estado, ampliando o paternalismo estatal, patrimonialismo e as relações clientelísticas. Fica claro “(...) que a apropriação dos *royalties* pelas esferas municipais se constitui em um episódio de captura de um fundo público por interesses privados” (SERRA, 2007, p. 4), além de ditar o padrão de funcionamento do Estado e da dependência da dinâmica econômica campista. Para Serra e Terra (2006), as administrações públicas ganham um peso na vida dos municípios regionais. Por exemplo, em Quissamã e Carapebus quase a totalidade

dos empregos estão ligados às prefeituras. Em Campos, em termos individuais, quem mais emprega é a prefeitura: 12,09% dos empregos em 2004 e aproximadamente 14% em 2014.⁵³

Diversos problemas são gerados pela essência do funcionamento do sistema, baseado no enclave produtivo e na dependência dos municípios não produtores, mas recebedores, isto é, dos petro-rentistas. Em termos dos critérios de rateio e aplicação, o sistema não tem, por exemplo, um teto de distribuição dos *royalties*. Há também uma desvinculação nas prefeituras e os recursos caem em um caixa único. Já em nível federal, há uma vinculação à marinha e à ciência e tecnologia. Sem vinculação, os recursos se misturam e pulverizam sua aplicação, sendo vedados apenas ao pagamento de dívidas e quadro permanente. Além disso, é inexistente uma legislação que fale sobre o controle social do recurso, que poderia ser na forma dos conselhos gestores e fiscalizadores existentes, por exemplo, na saúde. Poderiam ser criados também mecanismos de rateio vinculados a avaliações sobre a efetiva aplicação social dos recursos (SERRA, 2004). Segundo Serra e Terra (2006), é uma tarefa difícil mensurar como os municípios usam e aplicam os grandes recursos petrolíferos. As perguntas necessárias são qual é a finalidade e a destinação dos recursos e quem se beneficia desse dinheiro. Para os autores, a resposta precisa não pode ser dada porque as rendas petrolíferas não são separadas no conjunto orçamentário das contabilidades. Entretanto, existem outras formas para mensurar: contratação de serviços, execução de políticas, análise de equipamentos públicos etc. A legislação deixa à escolha do gestor o uso dos recursos, só limitando-a em casos de dívidas e de pagamento dos quadros de funcionários permanentes.

Essa “liberdade” aumenta o poder da elite administrativa e sua hegemonia. Braga, Serra e Terra (2007) afirmam que o sobrefinanciamento e o aumento de arrecadação dos municípios rentistas fortalece o poder público local. Para isso, usaram metodologia específica e diversos índices, com a intenção de criar indicadores de capacidade institucional. O resultado dos indicadores mostrou que os recursos petrolíferos se traduziram em aumento da capacidade institucional, comparando-se com outros municípios equivalentes e de mesmo tamanho. Isso revela que a captura dos recursos pelo poder público local aumentou de fato sua margem de manobra e organização.

Esses elementos podem indicar a confirmação de nossa hipótese de trabalho inicial, que seria o surgimento de uma nova elite sustentada pelos elevados recursos gerados pelo petróleo; ou seja, no lugar das “elites tradicionais”, uma nova “elite político-administrativa”

⁵³ Fonte: RAIS/MTE.

surgiu. Ela se configura na emergência de um grupo político alternativo, mas que se tornou hegemônico com o tempo, baseado em uma economia dos *royalties*.

Campos é um município rentista, dependente do petróleo e da administração pública, agora fortalecida pelas rendas petrolíferas. O que garantiu a hegemonia do grupo político e sua transformação em elite política administrativa foram exatamente estes recursos, que possibilitaram o uso da máquina pública de forma mais independente da antiga monocultura ou de qualquer outra atividade econômica. A administração pública passou a ser o motor dos investimentos, dos empregos e da economia. O balcão de recursos e empregos se aprofunda com a reprodução política e clientelística que se instalou. O petróleo não significou a diminuição ou fim das antigas práticas de dominação política e exploração econômica, agora transmutadas em “novas” formas cheias das “antigas”.

3.4 - A “nova elite” político-administrativa pós 1988

Quando utilizamos o termo “elite administrativa”, traduzimos exatamente a característica do grupo que assumiu a prefeitura e construiu em torno dela uma “elite” dominante politicamente, que sustenta sua força na política acrescida da preponderância que a administração pública ganhou com seus ricos orçamentos, inundados das rendas do petróleo. Ela é elite porque se afirmou em um pequeno grupo dominante, e que se reproduziu de forma hegemônica por um longo período. É elite política porque foi através das eleições que se constituiu e é através do domínio dos aparelhos estatais que se mantém. É a administração pública que lhe confere poder. Melhor seria lhe designar de “elite político-administrativa”, ao mesmo tempo em que outra característica lhe confere o sentido elitista, sejam seus discursos ou suas práticas. Ela não pode ser caracterizada exatamente da mesma forma que as antigas elites; está dentro de outro contexto, não tem a mesma origem e não se baseia nos mesmos sustentáculos. É assim uma “nova elite”, mas não radicalmente nova: é um novo dialeticamente velho. O caráter administrativo é válido, porque é contraditoriamente a partir de sua administração dos aparelhos estatais e de recursos públicos, da coisa pública, que ela se construiu elite. O uso da coisa pública (*Res publica*) serviu para fins privados e elitistas. O público e a elite deveriam ser definições radicalmente opostas, mas não no território campista, que se organizou em bases nas quais o público e o privado se confundem.

Serra (2007) nos mostra que o processo de privatização do poder público é o entrave da democracia. Para ele, o caso dos *royalties* representa bem esse processo: o sequestro do

público pelo privado. O novo grupo político que emerge inicialmente mais crítico, logo se mostra adesionista. Usou a crítica inicial para reaglutinar a sociedade, mas posteriormente reproduziu a velha herança (CRUZ, 2003). Em termos políticos, a maior liderança da elite político-administrativa que se ergue em Campos é Garotinho, que assumiu a prefeitura em um novo contexto, com uma sensível melhora econômica e financeira. Os *royalties* começaram a chegar e houve um aumento dos impostos devido à constituição de 1988 e à descentralização. O discurso atingia o grande contingente mais pobre, o contemplando com algumas políticas. Em 1992, Garotinho faz de seu sucessor Sergio Mendes, que posteriormente rompe com ele devido à sucessão, em 1996. Antes disso, fortalecido em Campos e com o PDT, já uma força política importante no Estado, disputa a eleição para governador em 1994, perdendo para Marcelo Nunes. Volta à prefeitura campista com 66% dos votos em 1996, mas não termina o mandato porque se lança ao governo do estado em 1998. Em Campos, seu vice, o médico Arnaldo Viana, assume numa década em que os *royalties* vão começar a aumentar de forma vertiginosa (CASTRO; SALES, 2005).

Garotinho é eleito governador em 1998 com uma chapa considerada de esquerda, reunindo PDT, PCdoB, PCB, PSB e PT com a vice Benedita da Silva. Chega ao governo em primeiro turno com 57,98%, reproduzindo no estado a fórmula que tinha sido utilizada na prefeitura. Ali, realiza obras de efeito em áreas pobres, restaurantes e farmácias a um real, casas populares etc. Ter um governador campista e antigo prefeito trouxe a ideia de um maior espaço para Campos, mas logo houve uma frustração da população com o que tinha sido prometido. Impulsionado com a popularidade e os bons índices do começo de seu governo, almeja o cargo máximo do executivo brasileiro e, em 2002, torna-se o terceiro candidato mais votado para a presidência da República. Nesse período, rompe com o PDT. Mesmo desgastado, a força política se mantém, agora já experiente e hábil para fazer alianças e conseguir votos. Em 2002, sua esposa Rosângela Barros Assed Matheus de Oliveira (Rosinha), torna-se governadora do estado, e ele secretário de segurança pública em 2003 (CASTRO; SALES, 2005).

O médico Arnaldo Viana começou sua carreira política como vereador em 1993 até 1996. Tradicional aliado de Garotinho, foi seu vice e, posteriormente, prefeito. Vai ocupando o espaço político local de Garotinho aos poucos e consegue sua reeleição com uma expressiva vitória em 2000. Extremamente favorecido pelo crescimento vertiginoso das rendas petrolíferas que possibilitaram uma autonomia orçamentária muito grande, ampliou a pequena política clientelista e fez gastos exorbitantes em shows, por exemplo. Em 2003, esse novo

grupo político racha em função de interesses e conflitos internos, e o que sobra é um grupo liderado por Garotinho e um por Arnaldo.

A elite que domina o cenário político campista até os dias atuais se desagregou em duas, mas são o mesmo grupo com apenas uma disputa interna. O “boom” do petróleo e os vultosos recursos das rendas petrolíferas, aliados ao racha do bloco, levarão a um acirramento das práticas clientelistas ostensivas. O que se segue é uma disputa fratricida que levará Campos a uma crise política de grandes proporções na década de 2000. Eleições anuladas, chapas cassadas, diversas intervenções judiciais, tropas federais em eleições, prefeitos cassados: foram 7 prefeitos empossados em 7 anos, o que é um recorde brasileiro (CASTRO; SALES, 2005; CASTRO, ALMEIDA, 2007; SILVA, 2012).

Quadro 07: Lista de prefeitos e respectivas profissões/ocupações (1989-2016)

PREFEITO	PROFISSÕES/OCUPAÇÕES
Antony Garotinho – (1989-1992)	Radialista
Sergio Mendes – (1993-1997)	Jornalista
Antony Garotinho – (1997-1998)	Radialista
Dr. Arnaldo Viana – (1998-2000 / 2000-2004)	Médico
Carlos Alberto Campista – (2005)	Advogado
Dr. Alexandre Mocaiber – (2005-2008)	Médico
Roberto Henriques – (2008)	Radialista
Rosinha Garotinho – (2009-2010)	Radialista
Nelson Nahim – (2010)	Advogado
Rosinha Garotinho – (2011-12)	Radialista
Rosinha Garotinho – (2013-2016)	Radialista

Fonte: Dados, várias fontes (ver nota de rodapé 13 e 14); Organização do autor.

A campanha e as eleições de 2004 foram marcadas por diversas denúncias contra os dois grupos, principalmente por uso indevido das máquinas públicas estadual e municipal. A sede do estado do Rio foi transferida por Rosinha para Campos, que se tornou capital do estado durante esta campanha eleitoral. Diversas foram às denúncias de práticas abusivas realizadas de forma ostensiva pelos dois lados. Segundo os autores, por parte do estado, no período de campanha, foi realizado cadastramento de pessoas para habitação popular, distribuição do chamado cheque-cidadão, no qual, durante o cadastramento, o requerente

informava dados eleitorais⁵⁴. Foi distribuída também uma grande quantidade de material escolar no fim do período letivo. E o programa estadual “Jovens pela paz”, que dava uma bolsa a jovens participantes, foi usado com o envio desses jovens para trabalhar na campanha de Geraldo Pudim (PMDB). Na prefeitura, viu-se o uso indiscriminado do vale-alimentação e, antes da eleição, a contratação de 25 mil prestadores de serviços, além de shows milionários sem licitação. Na sede do PMDB em Campos, foi apreendido dinheiro dois dias antes do segundo turno⁵⁵. O ministério público, diante disso, suspendeu todos os programas assistenciais da prefeitura e do estado⁵⁶ (CASTRO, ALMEIDA, 2007; SILVA, 2012; FRANCO, 2006).

O primeiro turno desta eleição foi vencido pelo candidato de Garotinho, que na época era o vice de Arnaldo, Geraldo Pudim em oposição ao candidato Carlos Alberto Campista (PDT), apoiado por Arnaldo. Após as eleições de 2004, Arnaldo foi cassado⁵⁷ devido a crimes cometidos no pleito. Retorna no dia seguinte, sendo posteriormente afastado, e não chega a terminar seu mandato, passando o cargo ao vice Pudim. No segundo turno, a justiça achou necessário o envio de soldados federais e tropas do exército para garantir a ordem e o desenrolar do pleito em Campos. Pudim perde por uma pequena margem a eleição, assumindo Campista como mandatário do município, mas não por muito tempo. Em 13 de maio de 2005, Campista e seu vice são cassados⁵⁸ pela justiça eleitoral, acusados de compra de votos e uso da máquina pública. Contudo, toda a eleição foi anulada e os candidatos de PDT e PMDB se tornaram inelegíveis e tiveram seus direitos políticos suspensos, o que também ocorreu com Arnaldo, a governadora do estado Rosinha, bem como seu marido Garotinho. O médico Alexandre Mocaiber, vereador e presidente da Câmara Municipal e ligado a Arnaldo, assume a prefeitura até que as novas eleições convocadas fossem realizadas. Diversas denúncias de práticas clientelistas abusivas continuaram a ocorrer no governo interino e diversos foram os

⁵⁴ Disponível em: < <http://noticias.terra.com.br/eleicoes2004/interna/0,,OI406820-EI2542,00.html> > Acesso em 10 de janeiro de 2016.

⁵⁵ Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,policia-faz-batida-em-diretorio-do-pmdb-em-campos,2004_1029p10200>. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc3110200438.htm>>. Disponível em: < <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2004-10-31/pdt-vai-pedir-justica-eleitoral-em-campos-que-apure-origem-do-dinheiro-encontrado-na-sede-do-pmdb> > Acesso em 10 de janeiro de 2016.

⁵⁶ Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,justica-eleitoral-suspende-programas-sociais-em-campos,2004_1023p10135 > Acesso em 10 de janeiro de 2016.

⁵⁷ Disponível em: <<http://www.movimentofichalimpa.com.br/candidatos/arnaldo-vianna/>> Disponível em: < <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI409537-EI306,00.html> > Acesso em 10 de janeiro de 2016.

⁵⁸ Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2005-09-23/tre-rj-mantem-cassacao-do-prefeito-de-campos> > Acesso em 10 de janeiro de 2016.

escândalos e denúncias, como os de shows e de casas populares superfaturadas⁵⁹ (CASTRO, ALMEIDA, 2007; SILVA, 2012).

Segundo Castro e Almeida (2007) Garotinho empreendeu uma verdadeira cruzada contra seus adversários após a eleição anulada. Utilizou rádios em horários estratégicos para fazer duras acusações e denúncias. Usou também o jornal O Diário, explorando denúncias e críticas e atacando diretamente também a Câmara e a base governista. Isso o ajudou a recuperar a sua presença e força política local. Em agosto de 2007, sua inelegibilidade foi suspensa no TSE (Tribunal Superior Eleitoral), enquanto Arnaldo continuou sendo alvejado por críticas e denúncias, carregando investigações sobre corrupção.

As novas eleições de 2006 foram disputadas por Mocaiber e Pudim. No primeiro turno, em 12 de março de 2006, Pudim vence, mas, com o apoio de todos os candidatos derrotados, Mocaiber vence no segundo turno. É mais um egresso da mesma máquina política, das práticas características dessa elite que foram reproduzidas, que continuaram a produzir escândalos, e denúncias de atos ilícitos e utilização abusiva do erário público. Em 11 de março de 2008, o prefeito é afastado por 180 dias⁶⁰, devido à operação da Polícia Federal chamada de “telhado de vidro”⁶¹, contra irregularidades em licitações. A PF prendeu⁶² 14 secretários da alta cúpula da administração municipal, acusados de participar em esquema de corrupção em contratação de terceirizados, obras emergenciais e shows superfaturados (CASTRO, ALMEIDA, 2007; SILVA, 2012).

Como disse Marx⁶³, a história se repete a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa. Em Campos não foi diferente, e as eleições de 2008 são novamente polarizadas por duas figuras já conhecidas, o ex-prefeito Arnaldo, pelo PDT, e a ex-governadora Rosinha, pelo PMDB. No primeiro turno, os votos de Arnaldo são considerados nulos pelo TRE, mas o TSE confirma a candidatura e ocorre o segundo turno. Rosinha ganha o pleito, e o registro e os votos de Arnaldo são cassados. É a volta de um integrante da família Garotinho ao executivo municipal. A instabilidade política e jurídica continua, em 27 de maio de 2010, o TRE cassou o mandato de Rosinha por abuso de poder econômico e uso irregular do rádio e

⁵⁹ Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL346643-5606,00-PRESOS+EM +OPERACAO +DA+PF +EM+ CAMPOS +PRESTAM+DEPOIMENTO.html>> Acesso em 10 de janeiro de 2016

⁶⁰ Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,justica-afasta-prefeito-de-campos-por-suspeita-de-fraudes,138362>> Acesso em 10 de janeiro de 2016

⁶¹ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u380708.shtml>> Acesso em 10 de janeiro de 2016

⁶² Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL346005-5606,00-PF+PRENDE+ POLITICOS+ E+ EMPRESARIOS +EM+CAMPOS.html>> Acesso em 10 de janeiro de 2016

⁶³ Dezoito Brumário de Louis Bonaparte, 1852.

do jornal O Diário, em 2008⁶⁴. Novas eleições são convocadas e o presidente da Câmara, irmão de Garotinho, Nelson Nahim (PR) assume a prefeitura. Em 15 de dezembro de 2010, Rosinha retorna e as novas eleições são suspensas. A coligação de Arnaldo entra com um processo que é julgado por uma juíza eleitoral de Campos, que cassa, em 28 de setembro de 2011, a chapa de Rosinha e seu vice por abuso de poder econômico e pelo uso de rádios e emissoras. Além de serem cassados, tornarem-se inelegíveis por três anos. O presidente Nahim volta à prefeitura marcada por uma confusão generalizada na sessão da Câmara, mas, no mesmo dia, Rosinha consegue recurso e volta ao cargo (SILVA, 2012). Em 2015,⁶⁵ a atual prefeita e sua chapa são cassadas pela justiça eleitoral, mas seguem com recurso no cargo. Foram condenadas devido a abuso de poder político na reeleição de 2012, por contratar 1.100 servidores temporários às vésperas da eleição. A prefeita, seu vice e oito secretários tiveram seus direitos políticos suspensos por oito anos.

Alguns fenômenos foram percebidos nessa dinâmica política. De um lado, vê-se a presença cada vez maior da justiça, ou do que muitos chamam de judicialização da política. Silva (2012) estuda esse processo em curso em Campos, mesmo sendo uma dinâmica que se revela no mundo todo e especificamente no atual momento brasileiro. Campos possui particularidades: foram prefeitos cassados, idas e vindas, recursos e processos, investigações e operações da PF. Foram 7 prefeitos empossados em um período de 7 anos, com 8 intervenções judiciais diretas nas eleições, uma eleição completamente anulada, diversas eleições fora do calendário nacional chamadas nesse período. Dois presidentes da Câmara assumem em momentos diferentes e por várias vezes.

Outro processo também é a dinâmica da militância e eleitorado que Silva (2010) analisará em Campos. Como vimos, houve um grande acirramento nas disputas pela prefeitura, a ponto de ser necessário o envio de tropas federais às eleições. Isso obviamente também acirrou a chamada militância e suas práticas. As origens e as práticas dos dois grupos são as mesmas, enriquecidos pelos *royalties*. O que se viu foi o acirramento das militâncias do PDT e do PMDB, com casos de violência, confronto entre militantes, disputas acirradas e uso extensivo das máquinas públicas. O autor usa a ideia de “tribos eleitorais”, entendida como desdobramento do clã eleitoral, como expressão pública de interesses privados. O particularismo, o individualismo e a não solidariedade são as marcas dessas tribos. O poder

⁶⁴ Disponível em: < <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2010/05/tre-cassa-mandato-de-rosinha-e-torna-garotinho-inelegivel.html> > Acesso em 10 de janeiro de 2016.

⁶⁵ Disponível em: <<http://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/2015/07/rosinha-e-o-vice-de-campos-no-rj-tem-direitos-cassados-por-oito-anos.html>> Acesso em 10 de janeiro de 2016.

municipal campista, irrigado com as rendas petrolíferas, pode colocar em prática uma política de atendimento das demandas individuais. Assim, as consequências são as alianças fracas ideologicamente ou, em termos programáticos, não há união dos militantes e o surgimento do coletivo. A nosso ver, o que os liga são os particularismos do sistema clientelista instalado. Poderíamos até pensar se seria viável a designação de militância desses grupos.

Outro fenômeno percebido é a presença da mídia. É sintomático que a profissão de Garotinho seja a de radialista e jornalista. Se voltarmos a olhar o quadro de prefeitos desde 1988 até o período atual, teremos um conjunto de radialistas, excetuando dois médicos e um advogado. O uso de rádios e jornais em Campos, durante ou não as campanhas eleitorais, foi extensivo. Obviamente, o conflito acirrado nos anos 2000 aumentou e muito este uso, levando à mídia o campo de batalhas estabelecido na política. Em termos judiciais, veremos que, dos diversos processos contra Garotinho, no mínimo em duas vezes o julgamento recai sobre o uso abusivo e ilegal de rádios e jornais. Ribeiro (2011) estabelece uma comparação com as capas dos jornais na eleição de 2006. Os principais jornais de Campos são a Folha da Manhã e O Diário. Os dois são claramente influenciados pelos dois grupos políticos. Para o autor, eles funcionaram como “partidos políticos midiáticos”. A importância dos jornais nas eleições foi fundamental. A Folha da Manhã ligou-se a Arnaldo e O Diário a Garotinho. Em Campos, essa identificação e filiação é notadamente percebida pela população. A partir de uma metodologia de análise do discurso, o autor analisará as capas entre janeiro e 27 de março de 2006. No nosso caso, é interessante notar o comportamento partidarizado dos jornais, cada um em ataque a seu adversário e ao mesmo tempo ocultando informações de seu candidato. Podem ser dados dois exemplos que elucidam essa questão. Em 8 de março, na Folha, estava a manchete “TRE de Marlan nega tropas e exército do PMDB ocupa ruas”. O autor chega ao não dito e traduz “Marlan nega intervenção legal de tropas para favorecer ação ilegal de militantes do PMDB nas ruas de Campos”. Segundo a Folha, havia uma ligação entre Marlan e Garotinho, que nomeou seu irmão como desembargador. No mesmo dia, a manchete do Diário foi “TRE descarta tropas federais em Campos” e o autor chega ao não dito: “Ação do TRE demonstra que não há necessidade de intervenção de tropas federais em Campos durante as eleições”, porque o já dito pelo jornal afirmava que as polícias em Campos eram suficientes para a eleição. A partidarização era clara e irrestrita, e as mídias se tornaram braços da disputa política, contribuindo para o clima e o desenrolar dos fatos ocorridos.

Em termos de poder legislativo e das eleições para a Câmara Municipal, a situação não era distinta dos graves problemas do executivo. Souza (2004) mostra que há um alto grau de

personalismo e infidelidade partidária dos vereadores, que não balizam suas ações a partir do programa dos partidos e que acabam por se tornar plataformas, legendas de lançamentos de candidatos. Por parte dos partidos, os critérios de escolha dos candidatos não seguem características doutrinárias, ideológicas e programáticas, mas sim viabilidade eleitoral. Os vereadores pouco se referem aos partidos e a seus compromissos, agindo com grande infidelidade e volatilidade. Entre 2000 a 2003, apenas quatro parlamentares não trocaram de partido; nove trocaram, em três anos, três vezes de partido. Personalismo, individualismo, fragmentação partidária, movimentos em direção à base do governo: em Campos, o PMDB perdeu a maioria para o PDT do então prefeito. E essa migração ao longo do tempo seguia claramente a mudança da liderança; as mudanças de Garotinho do PDT, PSB, PMDB, PR, também foram notadas nos vereadores.

De 1988 a 2000, muitas mudanças ocorrem nas disputas eleitorais para vereadores; ao mesmo tempo em que há uma redução no número de candidatos, há também maior disputa. Foi verificada uma relação de aumento do número de eleitores e redução do número de candidatos. Esta redução veio de candidatos com poucos votos, o que levou a uma maior concentração de votos em um número menor de candidatos. A hipótese é o encarecimento das campanhas e o crescimento das máquinas políticas dos eleitos. As áreas urbanizadas são as mais disputadas e as regiões rurais mais afastadas são as que concentram maior votação. Na baixada, por exemplo, apenas seis candidatos conseguem quase a totalidade de seus votos. O autor constatou ainda uma relação entre escolaridade e renda com a concentração eleitoral. A cada eleição, são necessários mais votos para se eleger em Campos, o que leva a uma maior competição e pode ocasionar uma busca por novas estratégias eleitorais, como ampliação das campanhas e seu encarecimento, além da criação de máquinas políticas com recursos da prefeitura. O papel do dinheiro cresce e a comparação entre o mercado e o mercado de votos fica cada vez mais clara. O papel do dinheiro nas democracias e o problema do financiamento também aparecem em Campos. As campanhas cada vez mais caras são fontes ampliadas de corrupção, caixa dois, boca de urna e compra de votos. Finalizando o quadro crítico, temos um problemático contexto de um sistema eleitoral de representação proporcional com lista aberta, no qual candidatos têm que se destacar individualmente, somada uma fragilidade organizacional dos partidos (SOUZA, 2004).

Esta nova elite caracteriza-se como vimos pelo seu próprio caráter elitista, sua caracterização reside na privatização do poder público, nesta estranha relação entre público e privado. A privatização destrói o espaço público atrapalhando o desenvolvimento da

democracia, o que foi confirmado pelo histórico que vimos da construção dessa elite. O contexto foi de disputas intensas, conflitos internos, instabilidade política, com diversos prefeitos cassados, intervenções judiciais, eleições anuladas, e operações policiais. Todas derivadas de práticas abusivas e nefastas utilizadas em largas escalas. Denúncias de corrupção, clientelismo, e toda uma sorte de práticas baseadas no uso do público para fins privados e elitistas. Além de uma guerra travada em diversas frentes, na militância e principalmente na mídia, a guerra midiática demarcava as características dessa elite em sua disputa interna. Por outro lado sua caracterização se distingue das antigas elites, as ocupações e profissões além de diversos outros elementos mostram isso, tanto dos prefeitos quanto dos presidentes da Câmara. Do ponto de vista político essa elite se organiza a partir da liderança na prefeitura e a associação subordinada e vinculada dos vereadores e presidentes da Câmara. Que seguem claramente a mesma lógica deste grupo, engrenagem importante do funcionamento deste sistema. E por fim dentro da Câmara se formou um grupo político associado aos prefeitos, compondo a elite, no caso da prefeitura vemos uma hegemonia da liderança de Garotinho com apenas disputas internas. Residindo aí uma característica tipicamente elitista, esse domínio longo desde 1988, lá em 88 aparecendo um Garotinho no sobrenome e hoje não por acaso também um Garotinho.

Essa elite não é apenas uma elite, mas age como tal, se configura e se reproduz desta forma, e imprime no território sua dinâmica. Assim, podemos resumir as características dessa elite nos pontos seguintes: Primeiro ela é uma elite, especificamente uma elite política, baseada na administração do poder público e de seus recursos (principalmente as rendas petrolíferas). Segundo sua administração é caracterizada pela privatização do poder público, e pelo uso indiscriminado do público para fins privados e elitistas. A saber, fundamentalmente a garantia de seu poder e de sua organização territorial, e sua manutenção enquanto elite. Terceiro suas práticas são elitistas e abusivas, ferem a democracia através do clientelismo. Destruindo o espaço público e garantindo a dominação territorial. Em quarto, é elitista exatamente por ser antidemocrática e concentradora, “hegemônica” domina desde 1988 em sua lógica e presença até hoje. Possui esse perfil conservador de domínio longo e não alternado.

3.5 - Práticas políticas elitistas em Campos

As práticas políticas que vemos se desenrolar no território campista possuem origens muito antigas. Acerca da presença de práticas políticas oligárquicas que Franco (2006) percebe em Campos, foi notório o caso da eleição para vereador em 3 de outubro de 1958, quando uma urna veio com a totalidade dos votos para um único candidato, nesse caso Rockefeller de Lima, apoiado pelo usineiro político Heli Ribeiro Gomes. Essa situação evidencia o controle efetivo dos eleitores pelas lideranças políticas, a “surpresa” geral:

É que fora aberta a urna da localidade de Jacarandá e esta veio fechada para vereador, constatando-se que seus respectivos eleitos sufragaram por unanimidade o nome do jovem candidato (...). Olhares maliciosos, espanto e risinhos de canto-de-boca, porém logo se matou a charada e se ficou sabendo que aquilo fora trabalho de Heli Ribeiro Gomes, realmente capaz de façanhas assim pela liderança que exercia no município e particularmente em alguns distritos (BELIDO, 1994, p. 87).

Não por acaso, o antigo prefeito Zezé Barbosa, conhecido por ser um político caracterizado pelo “varejo administrativo”, também iniciou sua carreira com o apoio de Heli. As práticas oligárquicas pareciam ser extensivas na elite campista e resilientes à história. Na eleição de prefeito em 1988, por exemplo, o candidato de Zezé Barbosa, o usineiro Jorge Renato Pereira Pinto, ganhou com maioria de votos na área rural de Santo Eduardo, região campista onde suas usinas estavam instaladas e funcionavam. Em entrevista, quando perguntado sobre o controle no voto dos trabalhadores, responde:

Em boa parte sim. O pessoal morava em nossas terras (...) no dia da votação, passei o dia verificando se tava tudo correto com os votos do pessoal. Voltei às pressas para a cidade no final da tarde. Botei um terno, um tropical inglês e fui votar. (Entrevista *apud* FRANCO, 2006, p. 47).

Fica claro que o controle dos votos e o domínio político eram exercidos pelas elites. Nessa mesma eleição, em 21 de outubro, segundo Franco (2006), um juiz determina a transferência para Martins Lage de seis seções eleitorais que ficavam na usina Cambaíba de Heli, que já demonstrara como era seu *modus operandi* de controle dos trabalhadores. Não assustou que foi exatamente nessas seções de Martins Lage que Garotinho teria a perda mais significativa para Rockefeller de Lima, antigo aliado de Heli.

As formas de clientelismo foram mudando com tempo e com transformações históricas. A mudança ocorreu na virada do tradicional clientelismo personalista para o

clientelismo impessoal. A relação política que antes era pessoal, hoje se tornou completamente impessoal. A compra de votos é o maior exemplo de impessoalidade. O que marca é a persistência do clientelismo e sua capacidade de se adaptar a diversos períodos históricos. Não é baseado apenas em trocas materiais instantâneas, mas em promessas de benefícios futuros. Pode ir de um emprego a serviços públicos. Instala-se em frágeis organizações sociais nas quais há condições assimétricas, hierarquizadas e verticais. Relações assimétricas que garantam a alguns o domínio, e uma rede de troca para obter, dos mais fracos, apoio político e troca de favor por voto (SOUZA, 2004; FRANCO, 2006).

A relação político-cidadã em Campos está dentro de um contexto em que o poder político é forte economicamente e estabelece uma rede de serviços e de clientes. Assim se estabelece um balcão de negócios. A similaridade com o mercado capitalista não é estranha; as eleições se tornam um negócio e o político empresário constrói uma clientela, isto é, seus eleitores. Nesse mercado de compra e venda, os serviços, favores e bens são as moedas que são trocadas por votos, as mercadorias. Constrói-se uma máquina política que tem por objetivo a obtenção e manutenção do poder através da conquista de votos, usando várias técnicas e distribuindo recompensas. Atendem as demandas dos clientes: cargos, isenções fiscais, obras, bolsas de estudo, vagas em hospitais, empregos etc., adotando um modelo empresarial centrado nas eleições (SOUZA, 2004; FRANCO, 2006; SILVA, 2012).

Franco (2006) vai falar de um clientelismo personalizado em Campos. Este tipo é destinado às classes médias via contratação para administração pública. Para o autor, clientelismo impessoal é para as massas e o personalizado, para as classes médias. Em Campos, está vedado para as massas devido à impessoalidade do mercado político. As classes médias ainda têm reconhecimento através de nomeações e cargos. A tese do autor é que, junto com o aumento de nomeações, Garotinho consegue maior penetração em classes médias, principalmente no seu segundo mandato, quando consegue maior votação nessas áreas e juntamente dá prosseguimento a um grande aumento nos números de nomeações, indicações e designações, estabelecendo uma clara barganha política.

Essa política de barganhas está bem arraigada no cenário político campista, tanto no imaginário popular, quanto nas práticas dos agentes públicos. Uma engrenagem neste sistema clientelista, responsável pela intermediação das benesses estatais e da sociedade, são os vereadores. Silva (2012) elenca três ações importantes para a população em relação às atividades dos vereadores: não ser corrupto, conseguir melhoria em seus bairros e fiscalizar o prefeito. Porém, 62,7% da população acreditam que a maioria dos políticos é corrupta, e

mesmo assim se interessam pelos benefícios que eles podem trazer. A visão acerca dos vereadores como meio de obtenção de serviços públicos que viriam do executivo coaduna com a pesquisa de Souza (2004) sobre os vereadores, que mostra que a maior parte do tempo do mandato dos vereadores era gasta com atendimento de demanda das comunidades, sendo que apenas cinco vereadores na pesquisa se referiram à elaboração de projetos, que é a atividade legislativa em si. A maioria não considerou as obrigações constitucionais como prioridade e muitos preferiram apontar coisas de responsabilidade do executivo, como atendimento médico e emprego. Apenas três, que eram de oposição, falaram em fiscalização do executivo. Observa-se, em termos brasileiros, a tendência das Câmaras a serem de maioria governista, apenas chancelando as decisões administrativas, cuja maior parte do poder e da gestão ficam com os prefeitos. Assim, o executivo não tem um contrapeso e o legislativo municipal tem pouca importância, ocorrendo tudo isso a partir de um pacto homologador que envolve barganha política, distribuição de cargos e de recursos para base, cooptação dos parlamentares, enfim, relação clientelista entre o executivo e o legislativo. O trunfo do executivo reside no controle dos recursos, no caso de Campos, ainda ampliado pelos *royalties* e aliado a bancadas sem compromisso ideológico e programático, mas sim interesses eleitorais individuais. A maioria dos vereadores campistas desenvolve assistência social e a maioria concorda que sua função é intermediar a base eleitoral e o executivo, para facilitar o acesso a serviços e políticas.

Dos 21 vereadores pesquisados, 10 possuíam centros de assistência social. Todos eles foram identificados por Souza (2004) como máquinas políticas, porque eram organizações que prestavam serviços à população. Em geral, os pobres eram os mais atendidos, por isso os centros funcionavam geralmente em áreas pobres. Possuíam funcionários ligados diretamente aos vereadores, ofereciam serviços contínuos e não restritos a eleições, e foram utilizados também como base para articulação política. A prestação de serviços tinha os votos como objetivo. Eram nomeados indivíduos conhecidos e ligados ao vereador. Não se constituindo como máquinas partidárias, eram dos próprios vereadores. E mobilizavam não apenas votos para os vereadores, mas funcionavam também em outros níveis a depender dos acordos. Os centros sociais se localizavam nas zonas de maior votação de cada vereador. As 10 organizações eram: três escolas, cinco postos médicos, uma creche e um curso profissionalizante. Do ponto de vista formal, eram duas ONG's, três associações, duas escolas, uma fundação e dois postos da prefeitura assumidos por vereadores. Seis deles eram

custeados pela prefeitura. Em termos de tamanho, variavam de cinco funcionários, no menor, até cem, no maior, possuindo em geral boas estruturas.

Podem-se dar alguns exemplos, como a Fundação Pillar, do vereador Rodrigo Vianna, que oferecia de graça quatro especialidades médicas, fisioterapia, hidroginástica, atendimento psicológico, assistência social, além de distribuir cestas básicas e cadeiras de rodas. Com 2500 atendimentos por mês, seus funcionários eram prestadores de serviços pagos pela prefeitura e a criação da fundação foi no ano de sua eleição. O Centro Social de Apoio à Comunidade de Guarus e Adjacências, do vereador Magal, era todo custeado pela prefeitura. Havia uma correlação clara nos atendidos do “centro de Magal”, reforçando a ideia de favor prestado e benevolência do parlamentar. Existiam ali diversos profissionais, médicos, advogados, enfermeiras, psicólogos, dentistas etc. Outro exemplo de patronagem, de uso de dinheiro público em fundação do nome de parlamentar, foi a Fundação Manoel Costa, atendendo idosos, com médicos e fisioterapeutas, além de ponto de encontro de reuniões políticas e até recreativas (SOUZA, 2004).

Um caso diferente foi o Centro de formação educacional de Campos, do vereador Kelinho, que era uma empresa particular que atendia a população pobre, a qual pagava 10% do salário mínimo; o restante da mensalidade vinha de um convênio com a prefeitura, em um claro exemplo de apropriação privada de recurso público. Nesta escola, realiza-se o atendimento do vereador à população. O pesquisador teve conhecimento de que cada atendimento possuía uma ficha, com dados do eleitor e o pedido feito. O Jardim Escola Criança Feliz e o Centro Comunitário de Travessão eram centros ligados ao vereador Ederval Venâncio, funcionando no mesmo prédio e o dia todo. Possuíam uma grande estrutura, que ia de creche-escola, na manhã, e, à noite, funcionava como centro comunitário com diversos cursos profissionalizantes. Além disso, distribuía, diariamente, uma sopa. Toda folha de pagamento e a merenda são custeados pela prefeitura. Podemos falar por último do caso mais distinto de todos, a Associação Beneficente Cristã (ABC) da igreja Universal, que trabalhou na eleição do vereador Denílson Pinto. Tinha uma estrutura de quinze funcionários, oferecia cursos profissionalizantes e distribuía cestas básicas. O financiamento vinha da igreja e o controle era do pastor, enquanto ele estivesse vinculado à igreja (SOUZA, 2004).

Ao tentarmos atualizar de forma rápida esses centros dos vereadores que ainda permanecem na Câmara na atual legislatura, temos o caso de Magal⁶⁶ (Jorge Santana de Azeredo) e o Centro Social de Atendimento à Comunidade de Guarus e Adjacências, que

⁶⁶ Disponível em: < <http://www.camaracampos.rj.gov.br/jorge-magal> > Acesso em 10 de janeiro de 2016.

ainda funciona e foi reestruturando. Posteriormente, criou-se também o Centro Educacional Santana de Azeredo, considerado uma escola particular; o Centro de Formação Educacional de Campos, do vereador Kellino (Kellenson Ayres Kellino Figueiredo de Souza), que continua em funcionamento e, segundo informações do próprio centro,⁶⁷ ainda funciona mediante convênio com a prefeitura e atende 324 alunos beneficiados através de bolsas de estudos, as quais dão direito a merenda, material didático e uniforme completo.

Se olharmos para a análise de Silva (2012), o executivo se coloca como o poder mais forte, pois, na opinião das pessoas, os serviços obtidos via executivo eram, em primeiro lugar, remédio, atendimento médico e exames, com 28,4%. Bolsas de auxílio do governo em segundo, com 27,9%, e em terceiro lugar, bolsas de estudos, com 20,4%. Os acessados via vereadores foram: em primeiro lugar, emprego, com 24,9%; em segundo, materiais de construção, 19,6%; em terceiro, bolsas de estudo, com 19,1%; e em quarto, remédios, juntamente com atendimentos médico, com 18,3%. Confirma-se a afirmação de que vereadores devem atender demandas dos eleitores em caráter individual. As demandas individualizadas são pedidos dos eleitores feitos aos parlamentares; como vimos, são empregos e assuntos de saúde, em suma. O emprego em si se caracteriza pela busca individual e não é feito em termos de um projeto de geração de empregos ou como política pública. Em relação à saúde, não é abordada uma melhora sistêmica, mas sim casual, individual e de curtíssimo prazo. O gasto do tempo parlamentar nesses atendimentos é realizado porque eles são capazes de garantir retorno eleitoral para os vereadores. Todavia, ao mesmo tempo em que não ajudam o funcionamento da democracia, também não assumem um aspecto coletivo por parte dos requerimentos dos indivíduos eleitores, nem dos vereadores, que se acostumam a esse “varejo”.

Quando Souza (2004) nos traz o funcionamento das máquinas acima, percebemos que isto se relaciona com o individualismo, sendo o objetivo conquistar votos neste “mercado” com a promoção da participação popular ao largo. As máquinas funcionam como a intermediação entre o Estado e os clientes, não contribuindo para a obtenção de direitos e conquistas coletivas. Difunde-se essa cultura da dádiva e do favor, já históricas no Brasil. Por outro lado, o paternalismo se acentua e há uma clara inibição da ação coletiva.

⁶⁷ Disponível em: < <https://pt-br.facebook.com/Cefec-Centro-de-Forma%C3%A7%C3%A3o-Educacional-de-Campos-205885976166183/info/?tab=overview> > e < <http://www.cefec.com.br/> > Acesso em 10 de janeiro de 2016.

3.6 - A nova elite político-administrativa e o velho território desigual

Como vimos, a mudança política nos anos 1980 e a crise econômica e política das antigas elites ao mesmo tempo em que sepultam um setor econômico e suas elites, não significaram uma mudança no sentido de transformar a lógica territorial elitista instalada. O novo já nasceu com os germens do velho. Uma nova “elite político-administrativa” surgiu, não ampliou de forma profunda a democracia e as práticas políticas elitistas, ao passo que, mudadas com o tempo, essas trouxeram a transmutação das faces excludentes, desiguais e autoritárias do território. Os diversos problemas políticos que identificamos anteriormente cresceram dentro do contexto da prefeitura rica e dependente das rendas petrolíferas. É um município rentista, sem uma grande base produtiva e com uma economia que depende da prefeitura, esta ocupada pelo mesmo grupo político há 28 anos, desde 1988.

Campos pode se tornar uma versão local do “mal dos recursos naturais” ou da chamada “doença holandesa”, “paradoxo da abundância”. O mal pode se caracterizar pelos efeitos negativos que a riqueza extrativa mineral causa à economia e à política. É um fenômeno macroeconômico descrito a partir do fato histórico, no final dos anos 1960, quando a petrolífera holandesa Shell estabeleceu uma exploração maciça de gás, o que produziu grandes saldos comerciais, sobrevalorização da moeda, perda de competitividade de outras exportações e, por fim, um processo de desindustrialização. Estudos mostram que, se não for realizado um controle da exportação desses recursos, eles acabam por gerar estagnação em outros setores. Ao invés de benefícios, podem causar o contrário: aumento da pobreza, crescimento menor, corrupção e democracia frágil, devido a uma grande quantidade de recursos nas mãos de uma minoria. Campos apresenta alguns sintomas do mal dos recursos naturais; a renúncia fiscal é uma delas. Para essa lógica, não faz sentido aumentar a arrecadação própria, se se possuem as rendas do petróleo. Há assim uma incompatibilidade entre a quantidade de recursos e o planejamento sem direção e profundidade, muito aquém da quantidade de recursos disponíveis. E, por último, estabelece-se uma lógica de cooptação política do executivo, transformando o executivo em um provedor que não precisa dar respostas aos problemas econômicos de arrecadação ou até de controle social dos recursos (SERRA; MOTHÉ, 2007).

O Brasil não passa pelo mal porque já possuía instalado um complexo sistema produtivo (SERRA; MOTHÉ, 2007). No entanto, Campos difere-se do Brasil, pois já tinha uma formação econômico-social que possibilita, a nosso ver, sua maldição. Não era uma base

produtiva complexa, pelo contrário; não era diversificada e subsistia a partir da concentração da monocultura. Somados a isso, o petróleo surge em Campos exatamente no momento em que essa frágil formação estava entrando em colapso, além do fato de ser, em termos do petróleo, um mero recebedor de rendas e não produtor. Tudo isso reforça a tese de maldição e, principalmente, do paradoxo da abundância – paradoxo que está presente fortemente na história campista. Aquilo que poderia, e deveria, beneficiar, tem efeito contrário; reproduz a desigualdade já existente, aumenta a dependência, esconde as fraquezas, enfim, suscita um ambiente de permanente crise.

Um problema é a questão do desenvolvimento a longo prazo. Os municípios que mais recebem transferências da união são os que menos arrecadam tributos próprios. E as rendas próprias crescem muito menos do que as rendas petrolíferas, estabelecendo o que se chama de “preguiça fiscal”, ao se tornar muito dependente e não realizar um esforço de arrecadação. Campos está desde 2001 inadimplente com o Tesouro Nacional. As sanções impostas não a comprometem porque o município é rico e não depende de receitas próprias. Em Campos, a dependência orçamentária do petróleo está em 59%, com uma autonomia financeira de 10,6% e um esforço tributário próprio de 7,9%. As despesas de custeio da máquina se estabilizaram em 2010/11, mas em um patamar muito alto, de 75% do orçamento e 20,4% de grau de investimento. Com um sobregasto orçamentário com pessoal, parte significativa não é usada para investimentos, custeando a máquina com rendas do petróleo. Isso pode gerar um elevado risco de solvência financeira, devido a diversos fatores, como o não controle da produção que está vinculada a uma dinâmica globalizada do capitalismo (PIQUET; SILVA, 2014; SERRA; MOTHÉ, 2007; BRAGA; ET.AL, 2007).

Tudo isso é péssimo, dada a “onipresença do poder público” campista como anunciante nos meios de comunicação, como financiador de bolsas, como mantenedor de instituições de assistência social ou como grande contratante de bens, serviços e mão de obra (SERRA; MOTHÉ, 2007). Em termos da aplicação desses recursos, Terra, Oliveira e Givisiez (2006) fazem um levantamento e classificação dos investimentos em obras públicas. Separaram os investimentos em três gestões: gestão 1, de 1993/1996, gestão 2, 1997/2000, e gestão 3, 2001/2004. Com isso, analisaram a distribuição espacial dos investimentos *per capita*. Apenas na 1ª gestão foram priorizadas áreas de baixo status socioeconômico; os dois grupos mais baixos receberam 65,1% dos investimentos. Apesar de as últimas duas gestões serem as do período de grande crescimento das rendas petrolíferas, na segunda gestão 63,4% ficaram com as áreas de maior *status* e o de pior com apenas 19,2%. Na terceira gestão, os

grupos mais privilegiados ficaram com 56,8%. O dinheiro que deveria ser utilizado para reduzir a desigualdade a reforçou. As duas gestões não deixam dúvidas de que os estratos mais priorizados eram os mais ricos. Estatisticamente, é válida a afirmação de que os investimentos *per capita* em obras públicas na gestão 1, na qual as rendas eram menores, priorizaram as áreas sociais mais pobres. O inverso ocorreu na gestão 3, já muito impactada pelo aumento dos recursos; as áreas mais pobres tiveram investimentos *per capita* diminuídos, enquanto privilegiaram-se as áreas mais abastadas.

Não há indícios de que, pelo fato de ser o maior recebedor das rendas, isso se traduza em maior justiça social. Os investimentos em obras públicas são um exemplo: não foram alocados em áreas menos favorecidas. A autonomia e abundância de recursos não significam justiça (TERRA; OLIVEIRA; GIVISIEZ, 2006), o que reforça a desigualdade. Neste sentido, a tese se confirma ao mostrar que as administrações públicas acrescidas dos orçamentos vultosos, devido às rendas do petróleo, não reduziram as desigualdades – na verdade, reforçaram-nas.

É paradoxal o estudo mostrar que, no momento de aumento significativo das rendas, a inversão de prioridades ocorre. Logo, o correto deveria ter sido o contrário: as maiores rendas deveriam significar aumento de investimento nas áreas pobres do município, ou, no mínimo, a manutenção relativa dos investimentos nessas áreas. Poderíamos lembrar que um dos motivos desse problema é que Campos não desenvolveu a cultura do planejamento para aplicação das rendas do petróleo. Assim, estabelece-se uma democracia enfraquecida. O município não possui, por exemplo, nenhuma forma direta de participação popular nos destinos dados às rendas (SERRA; MOTHÉ, 2007). Esse é o paradoxo da abundância, que marca o território campista: uma grande quantidade de recursos, grande capacidade de investimentos, mas mesmo assim amargam-se as desigualdades sociais, sem controle social, sem plano de desenvolvimento, sem projeto de cidade (CRUZ, 2006).

Não apenas em Campos, mas em termos regionais, o petróleo não significou desenvolvimento para as populações. “Se são sortudos seus gestores públicos, com seus portentosos orçamentos, não tem necessariamente a mesma sorte a população que habita as regiões petrolíferas brasileiras” (SERRA, 2007, p. 4). Os municípios petro-rentistas considerados ricos nem sempre aplicam seus vultosos recursos em seus diversos problemas sociais. Campos ainda convive com níveis de pobreza não compatíveis com sua capacidade de receita. Com o tempo e o volume de recursos recebidos, já deveria ter sido notada uma mudança nos indicadores, na estrutura social e produtiva. Pelo contrário, dentre os indicadores

de capacidade institucional, Campos tem os indicadores intermediários. Da OMPETRO, é um dos mais dependentes do petróleo, com grande participação da renda no orçamento. Porém, o índice de arrecadação própria mostra preguiça fiscal, com gastos em saúde e educação significadamente abaixo da média, com desempenhos ruins nos índices de educação e longevidade (GIVISIEZ; OLIVEIRA, 2007; BRAGA; ET AL., 2007).

Em 2010, o IDH-M⁶⁸ (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) campista foi de 0,716, considerado alto, mas cresceu abaixo da média estadual, ocupando a 1427ª posição brasileira e 37ª estadual; o IDH-M referente à educação foi de 0,619, considerado baixo, ocupando a 1615ª brasileira e 57ª estadual. Em 2013, Campos teve 3,9 de IDEB⁶⁹ (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), o terceiro pior do estado de 5º ano, sendo que a média brasileira foi de 4,9 e a estadual de 4,7. E, em 2011, tinha sido o último no estado, com 3,6. Essa média campista, na casa dos três pontos, em termos de média brasileira foi verificada em 2005; após isso, todas as médias foram superiores a quatro, o que traduz o pouco investimento em educação com índices extremamente baixos em todos os níveis, abaixo até de municípios com orçamentos que não chegam nem um pouco próximo ao campista. E mesmo os índices de desenvolvimento que avançaram, não avançaram em velocidade adequada, estando mais relacionados a uma dinâmica nacional do que propriamente local; por exemplo, notam-se os índices de longevidade.

Campos possui uma renda per capita de R\$ 682,59, isto é, uma baixa renda, sendo 3,67% da população extremamente pobre, 13,49% pobre, e 35,04% vulnerável à pobreza. Ainda convive-se com diferentes graus de pobreza, inaceitáveis em relação à quantidade de recursos. O índice de Gini (desigualdade) avançou pouco; foi de 0,56, em 2000, para 0,55, em 2010, isto é, na década de maior crescimento dos *royalties* o município conviveu com uma grave desigualdade que pouco foi reduzida. Campos recebeu, em 2000, considerando os *royalties* e participações especiais, em valores reais corrigidos pelo INPC,⁷⁰ R\$ 430.767.134,49, com um valor per capita de R\$ 1.054,34; em 2010, recebeu R\$ 1.410.991.062,62 e valor *per capita* de R\$ 3.043,91, o que dá uma soma de aproximadamente mais de 12 bilhões de reais em 10 anos.⁷¹

⁶⁸ Disponível em: < http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/campos-dos-goytacazes_rj > Acesso em 10 de janeiro de 2016.

⁶⁹ Disponível em: < <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=5284880> > Acesso em 10 de janeiro de 2016.

⁷⁰ Índice nacional de preços ao consumidor.

⁷¹ Disponível em: < <http://inforoyalties.ucam-campos.br/informativo.php> > Acesso em 10 de Janeiro de 2016.

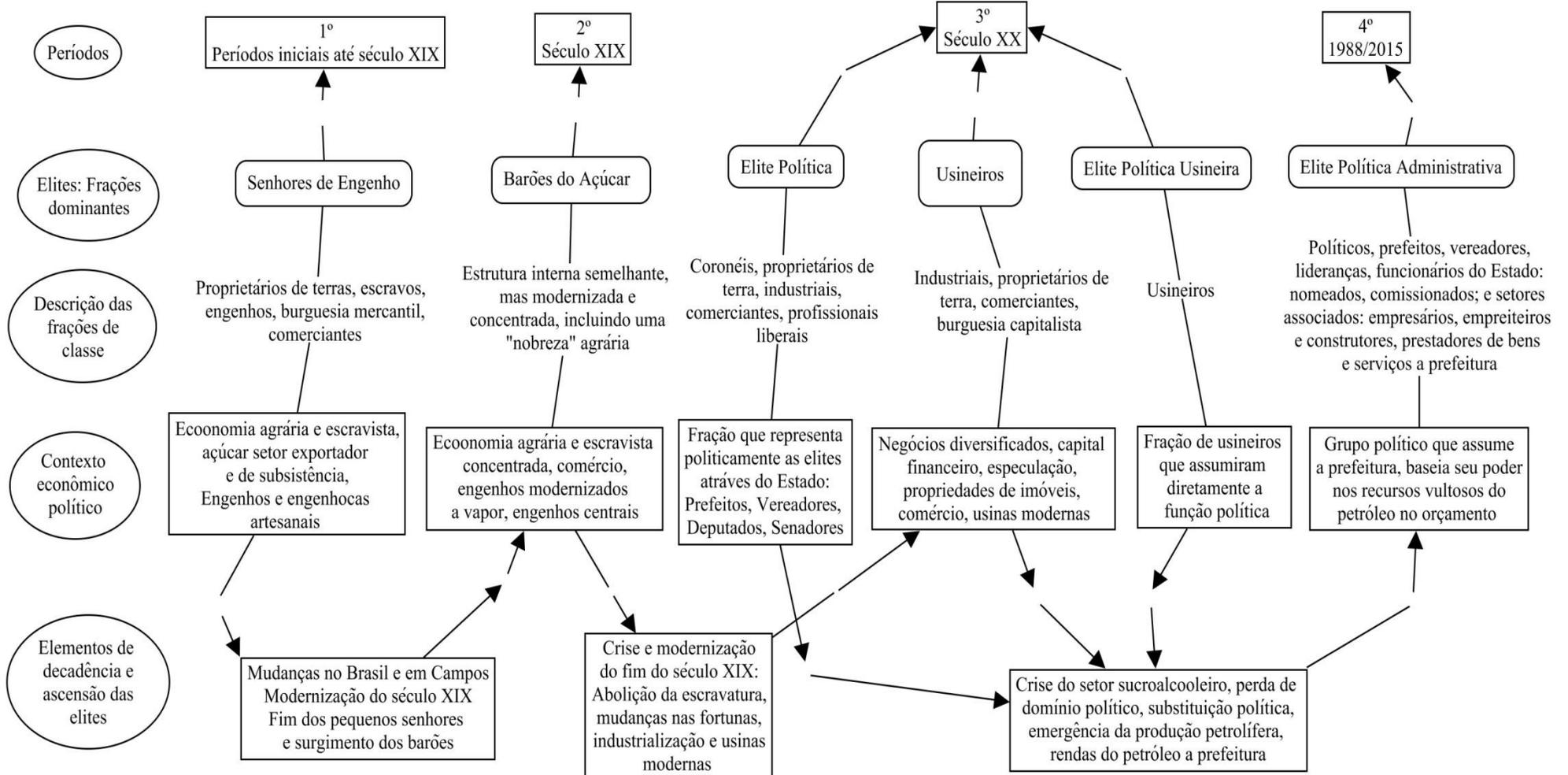
Ora, a questão local nunca foi falta de recursos ou a dependência das transferências federais; os valores acima mostrados são extremamente vultosos em si mesmos, quanto mais se pensados que são destinados a um município médio. Campos possui um orçamento de capital de estado, mesmo não sendo. Em 2010, foi o 14º maior orçamento municipal brasileiro e, dentre esses, o de menor população – na lista, apenas Campos e outros três municípios não eram capitais. E mesmo assim esse volume impressionante não significou desenvolvimento social e redução das desigualdades. É consenso entre os autores que a dependência do petróleo é extremamente danosa para Campos pela característica de entrave do sistema petrolífero instalado e, assim, por ser um município rentista, petro-rentista. A finitude do petróleo e o não controle da produção em termos locais são também sua grande fraqueza. Atualmente, Campos vive uma profunda crise com a diminuição da arrecadação e com os menores níveis do preço do petróleo dos últimos anos, o que levou a perdas nos recebimentos dos *royalties* e participações especiais. No começo de 2016, a prefeitura decretou estado de emergência econômica,⁷² o que mostra a dependência do município em relação a um recurso finito e que não é controlado localmente. A grande possibilidade dos usos dos recursos nos momentos de grande produção petrolífera e preços favoráveis não foram traduzidos em realidade de mudança. Na verdade, a desigualdade marcante e secular do território foi reproduzida atualmente.

⁷² Disponível em: < <http://www.blogs3.fmanha.com.br/bastos/2016/01/24/rosinha-decreta/>> Acesso em 24 de Janeiro de 2016.

CONCLUSÕES

Podemos afirmar de acordo com a pesquisa apresentada, que um processo histórico de formação, decadência e ascensão, além de diversas fases, das elites em Campos. Compreendemos quatro momentos históricos que marcaram suas transformações, identificando as elites em grande medida responsáveis pela constituição de um território desigual em Campos dos Goytacazes. O esquema apresentado na Figura 01 sintetiza exatamente esse processo e a identificação que realizamos das elites campistas compreendendo quatro períodos. À esquerda, há a designação dos elementos de compreensão: primeiro, as frações dominantes das elites que funcionam como nomenclatura, isto é, a elite do período; em segundo, a descrição das elites, bem como as frações internas aliadas e conjugadas; em terceiro, vê-se o cenário político econômico do período e suas características; por último, estão os motivos políticos e econômicos, tanto da decadência de antigas elites, quanto da emergência de novas elites.

Figura 01: Esquema explicativo das elites de Campos dos Goytacazes



Elaborado pelo autor.

Em um primeiro momento, nota-se uma elite formada a partir dos donatários da capitania hereditária e dos colonos a quem eram dadas as sesmarias. O território era assim um território colonial fruto da geopolítica portuguesa, onde tais grupos baseavam seu poder político e econômico na posse e domínio das terras. A partir desse substrato, nasceu uma aristocracia rural, composta por senhores de terras, escravos e engenhos, aliados a uma burguesia mercantil (vendedores de açúcar, escravos e outras coisas): esse é o núcleo da nascente elite campista. Podemos falar também do clero e de ordens religiosas, que complexificam a discussão e nos levam a discutir o papel da Igreja. Aqui percebemos o domínio dos pequenos senhores de engenhos e engenhocas em uma economia e território coloniais, agrários e escravistas, tendo na cana-de-açúcar seu principal produto, vinculado também a um diversificado setor de subsistência.

No século XIX, começam a ocorrer transformações. Percebem-se mudanças na sociedade brasileira com a chegada da família real. Na sequência, a Independência brasileira e o período político econômico do Primeiro e Segundo Impérios são a conjuntura que forja o início do segundo momento, quando os pequenos senhores e sua produção artesanal dão lugar à modernização profunda, que reorganiza a produção e as relações. É o nascimento de uma “nobreza” rural dos grandes barões do açúcar e seus engenhos a vapor, um período de concentração de renda e centralização política. É também o momento das mais diversas modernizações, seja na produção ou nas próprias reformas urbanas que precocemente começaram em Campos, já na primeira metade do século XIX. Essa nova aristocracia rural fruto da modernização, produto-produtora, que acumulou riquezas, também se baseava na economia agrário-escravista e era dependente da tríade terra, escravos e engenhos.

Destacamos que essa nobreza rural do início e meados do século XIX também sofre uma mudança, inaugurando o terceiro momento. O processo de modernização continua seguido de mudanças, principalmente com a crise da economia escravista. Logo o fim do Segundo Império e o nascimento da República forjam um contexto, no qual, durante as décadas finais do século XIX, vemos nascer uma nova elite – não mais de senhores de escravos ou barões de terras, mas sim dos “modernos capitalistas”. Baseados na exploração do trabalho livre, seus negócios se diversificam, e o capital financeiro, a especulação e o rentismo se tornam presentes nessa elite que é comerciante, industrial, dona de imóveis etc. A cana continua sendo a base do domínio territorial e em torno da qual a economia vai se desenvolvendo, mas agora ela funciona em função da moderna indústria, ou seja, das usinas. Os membros da elite não são mais apenas senhores de terras, mas, sobretudo, donos de usinas,

que são frutos de sociedades comerciais e agrícolas, de diversos acionistas, das mais diversas firmas. Bancos e ferrovias multiplicam-se na paisagem da planície Goitacá, ainda verde das folhas da cana.

Em termos políticos, podemos destacar o problema da representação e das ligações dentro das elites, e observar como os grupos e frações se diferenciam principalmente no que se refere à participação política. A representação política das classes dominantes será realizada por uma fração das elites campistas através dos meios oficiais de poder, do Estado e de suas instituições formais, como a Prefeitura e a Câmara Municipal. Os indivíduos que, ao longo do século XX, assumiram os postos como prefeitos ou vereadores em sua maioria tinham relações estreitas com as elites, seja por origem social, prática ou vinculação de outros tipos. Assim, a política campista era exercida e dominada por uma “elite política”. As listas de prefeitos e presidentes da Câmara mostram destacadamente coronéis, proprietários de terra, usineiros, industriais, comerciantes e profissões liberais de perfil elitista, com raras exceções a esses grupos citados. A elite política foi a fração dominante politicamente das elites dominantes econômicas ao longo do século XX.

Por outro lado, podemos afirmar que o século XX é o século das usinas e dos usineiros. A ampliação da atividade canavieira e a expansão das usinas ocorrem neste período. É o momento da formação da “elite usineira” e esta poderia ser considerada, sem exagero, a fração dominante das elites campistas. Ela exerce uma dominação produtiva sem precedentes, porque a monocultura da cana amplia sua extensão e importância, o que refletirá dialeticamente em seu domínio político cada vez mais ressaltado. Foi também representada diretamente através de uma fração da elite usineira, a “elite usineira política”, que não se contentou apenas com a posse dos meios de produção econômica, mas também com a posse dos meios de (re)produção política e social. Até no simbólico, a figura patriarcal de liderança é transcrita neste novo indivíduo classista, sendo o usineiro lembrado e sentido como a “renovação” dos antigos senhores de engenho, dos barões da cana. Com tudo isso, o domínio na organização do território lhe era assegurado.

Entretanto, a cana, os usineiros e todo o complexo produtivo sucroalcooleiro, bem como o conjunto das elites que gravitavam em torno deste eixo, sofrem um profundo baque nas décadas de 1980/1990. Apesar disso, devido às suas próprias características enquanto elite, e as bases concentradoras e excludentes economicamente que foram implantadas em Campos. O setor sucroalcooleiro passou então por sucessivos momentos de crises, que se alternavam com momentos de crescimento. A crise nos anos 80, diferente em alguns sentidos

das demais, foi extremamente significativa e profunda porque reuniu diversos elementos conjugados e integrados em níveis locais e nacionais, que ensejaram sua especificidade, como o último suspiro das antigas elites. Uma profunda crise econômica e política nacional, após o fim do regime ditatorial, levou ao fim os recursos que tutelavam e sustentavam as usinas, imersas em dívidas e em um sistema produtivo antigo, secular, exaurido por suas contradições internas e pelo tempo e viciado na tutela governamental graças a uma elite parasitária e conservadora. Some-se a isso a profunda crise social que se instala devido à crise econômica e ao modelo de organização territorial, com a perda da hegemonia política representada pela redemocratização e o rearranjo das forças sociais do período.

Este contexto inaugura o quarto período das elites campistas com a perda da hegemonia política das antigas elites, simbolizadas pela eleição de 1988, e com a implantação do sistema extrator de petróleo na bacia de Campos, com a Petrobrás. Estes dois elementos se retroalimentam, do ponto de vista político, e um novo grupo assume o Estado na esfera local. Na esfera econômica, as rendas petrolíferas irrigaram a prefeitura, tornando-se sustentáculos da reprodução do grupo político que emerge em 88 e continua até os dias de hoje. É o momento da formação da “elite político-administrativa” baseada nas rendas petrolíferas. A “elite político-administrativa” assume os aparelhos do Estado, que são sua sustentação política, retirando sua força da importância que a administração pública, principalmente da prefeitura, adquire com a crise da monocultura e a inundação de recursos petrolíferos. Esses recursos garantem uma larga margem de manobra política econômica e portentosos orçamentos, que possibilitam a hegemonia e a permanência do grupo político, bem como, o peso político econômico que o domínio da prefeitura expressa na realidade campista.

Estabelecendo um padrão de desenvolvimento territorial calcado na dependência desses recursos e em relações de poder excludentes, que se baseiam num jogo político clientelista, a prefeitura e seus agentes se colocam como administradores e negociadores dos recursos e benesses do Estado. São os vendedores e negociantes do balcão de negócios que se instala, enquanto as classes sociais funcionam como clientes. É o caso das populações mais pobres, que de quatro em quatro anos oferecem sua mercadoria de troca, o voto, ou a sustentação e apoio político social ao longo do governo. Todos são beneficiários das políticas clientelistas, variando em características e intensidade. As classes médias também participam do jogo político, em suas variadas ocupações, porém a diferença com os mais pobres reside na sua possibilidade de participação através das nomeações ou cargos, por exemplo, ou mesmo em políticas de bolsas de estudos, e outros. Os mais ricos se diferenciam dos demais por sua

própria constituição, na associação que frações desses grupos podem realizar com a elite política, construindo um “condomínio social de poder” que domina o território. Podemos dar exemplo dos empreiteiros e construtoras locais, bem como dos oferecedores de serviços e bens locais a prefeitura, para os quais os contratos com o poder público são desejados. Em um contexto em que o motor do crescimento econômico é a própria prefeitura, as obras, serviços e manutenções, produtos etc. são os fluxos de recursos locais. A associação com a elite política pode ser enfim completada com o apoio político ao governo ou através do sistema de financiamento eleitoral.

O cenário político econômico se completa. O sistema de produção de petróleo regional adquiriu uma forma de enclave, com Macaé sendo a sede dos investimentos e da produção de fato. Os municípios restantes, como Campos, são caracterizados por serem recebedores de rendas. Campos é então um município petro-rentista, caracterizado por uma economia dos *royalties* e não do petróleo, trazendo com isso todos os efeitos nocivos à economia e à sociedade. O petróleo, que por algum tempo foi símbolo de esperança para os campistas no sentido de ser uma alternativa à antiga monocultura da cana, não correspondeu às expectativas. Até agora o uso desses recursos não significou profundas mudanças e reduções drásticas da desigualdade e pobreza que ainda persistem no território. Os índices sociais que avançaram acompanharam a tendência e os processos de mudança desencadeados pelas dinâmicas nacionais. Pelo que constatamos, não se pode estabelecer uma relação causal de utilização dos recursos e melhorias sociais. Por outro lado, esses recursos foram utilizados como sustentáculo de um grupo político que permanece no poder desde 1988, o que significa um claro domínio de um lado, e, de outro, o enfraquecimento da democracia e participação política local. Não há nenhum mecanismo de participação social nos destinos dados aos recursos, considerando-se planejamento, participação, vinculação para investimentos sociais para educação e saúde, orçamento participativo e outros. O padrão territorial desigual permanece junto com as relações políticas autoritárias. Mudam-se as elites, transformam-se os mecanismos de manutenção da dominação política, mas o território desigual persiste.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Mauricio. Sobre a memória das cidades. In: CARLOS, A. F.; SOUZA, M. J. L.; SPOSITO, M. E. B (Orgs.). **A produção do espaço urbano**. Agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, p. 19-39, 2011.

ABREU, Alzira Alves de et al. (Coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>.

ALVARENGA, João de. **Almanak Industrial, Mercantil e Administrativo da Cidade e Município de Campos para 1881 e 1882**. Campos, Typographia do Monitor Campista, 1881.

_____. **Almanak Industrial, Mercantil e Administrativo da Cidade e Município de Campos para 1885**. Campos, Typographia do Monitor Campista, 1884.

ALVES, Heloiza Manhães. **A Sultana do Paraíba: Reformas urbanas e poder político em Campos dos Goytacazes (1890-1930)**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro; Imprensa Oficial, 2007.

_____. Modernização Urbana e Poder Político em Campos dos Goytacazes (1930-40). In: **XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais**, Salvador: 2011.

_____. **A elite local e a modernização urbana em Campos dos Goytacazes: Um projeto político 1930-50**. Tese (Doutorado) - UENF, Campos dos Goytacazes, 2013.

BARNABÉ, Israel Roberto. Elite, classe social e poder local. **Estudos de Sociologia**, v. 4, n. 7, 1999.

BARRETO, João. **Anuario Campista**. Campos, Typographia do Monitor Campista, 1920.

BECKER, Bertha K.; EGLER, Claudio A. G. **Brasil: uma nova potência regional na economia mundo**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2003.

BECKER, Bertha K. A geografia e o resgate da geopolítica. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, ano 50, p. 99-125, 1988.

BELIDO, Vivaldo. **Política, Políticos e Eleições**. Rio de Janeiro: Alvorada, 1994.

BERNARDES, Júlia Adão. Reescrevendo a história do norte-fluminense sucroalcooleiro no contexto da última modernidade. In: BERNARDES, Júlia Adão; SILVA, Catia Antonia (Orgs.). **Modernização e território: entre o passado e o presente do Norte Fluminense**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014, p. 12-22.

BOTTOMORE, Tom B. **As elites e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

BRAGA, Tânia Moreira; SERRA, Rodrigo; TERRA, Denise. Sobrefinanciamento e desenvolvimento institucional nos municípios petro-rentistas da bacia de Campos. In:

PIQUET, R.P.S. (Org.). **Petróleo e Região no Brasil - o desafio da abundância**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados**, v. 40, n. 2, 1997.

_____. **A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Waldir Pinto. **Gente que é nome de rua – Volume I**. Campos dos Goytacazes: s/Ed, 1985.

_____. **Gente que é nome de rua – Volume III**. Campos dos Goytacazes: s/Ed, 2001.

_____. **Campos Depois do Centenário - Volume I**. Itaperuna: Damadá, 1991.

_____. **Campos Depois do Centenário - Volume II**. Itaperuna: Damadá, 1995.

_____. **Campos Depois do Centenário - Volume III**. Itaperuna: Damadá, 2000.

CASTRO, Iná Elias de. O espaço político local como condição de construção (mas também de negação) da democracia. In: SILVA, José Borzachiello da; LIMA, Luiz Cruz; ELIAS, Denise. (Org.). **Panorama da geografia brasileira**. 1. ed. São Paulo: ANNABLUME, 2006, v. 1, p. 49-63.

_____. **Geografia e política**. Territórios, escalas de ação e instituições. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

CASTRO, S. R. P.; SALES, D. P. Reordenamento político e circulação das elites em Campos dos Goytacazes: representações sociais da imprensa local (1982-2004). **ACHEGAS – Revista de Ciência Política**. Número 21 - janeiro/fevereiro 2005. Disponível em <<http://www.achegas.net/>> Acesso em 10 de Janeiro de 2014.

CASTRO, S. R. P.; ALMEIDA, B. M. A tempestade não passava de uma forte chuva de verão. **ACHEGAS – Revista de Ciência Política**. Edição n.38, 2007. Disponível em <<http://www.achegas.net/>> Acesso em 10 de Janeiro de 2014.

CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. **Geographia**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF, Niterói, nº 2, ano I, p. 7-26, 1999.

CRESPO, Nelson. E Campos dos Goytacazes perde a corrida do petróleo. In: PIQUET, R.P.S. (Org.). **Petróleo, Royalties e Região**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2003.

CRUZ, José Luis Vianna. Desenvolvimento do Norte/Noroeste fluminense: problematizando o consenso. **Vértices**, Campos dos Goytacazes/RJ, n.4, p. 27-36, 1997.

_____. **Projetos nacionais, elites locais e regionalismo**: desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense entre 1970 e 2000. Tese (Doutorado) - IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 2003.

_____. Modernização Produtiva, Crescimento Econômico e Pobreza no Norte Fluminense (1970-2000). In: PESSANHA, Roberto Moraes; NETO, Romeu e Silva. (Org.). **Economia e Desenvolvimento no Norte Fluminense**. 1. ed. Campos dos Goytacazes: WTC Editora, v. 01, p. 77-116, 2004.

_____. Origem, natureza e persistência das desigualdades sociais no Norte Fluminense. In: CARVALHO, Ailton Mota de; TOTTI, Maria Eugênia Ferreira. (Org.). **Formação Histórica e Econômica do Norte Fluminense**. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, p. 33-67, 2006.

CRUZ, J. L. V.; PIQUET, R. P. S. ; VILANI, R. (Org.). **O Desafio da Abundância: 10 anos do Boletim Petróleo, Royalties e Região**. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond/Faperj, 2013.

FARIA, Teresa Peixoto. As reformas urbanas de Campos e suas contradições. O plano de 1944 uma nova ordem social e urbana. In: **Anais do 6º Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. Natal, 2000.

_____. Projeto de modernização e mudança na morfologia social e urbana de Campos dos Goytacazes/RJ nos anos 1870-1880. Novos equipamentos e infraestrutura urbana. In: **Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR**, 2001.

_____. Gênese da rede urbana das Regiões Norte e Noroeste Fluminense à luz do relatório do engenheiro Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde. In: **Encruzilhadas do Planejamento, X ENA, Anais**, Belo Horizonte, 2003.

_____. Configuração do espaço urbano da cidade de Campos dos Goytacazes, após 1950: novas centralidades, velhas estruturas. In: **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. Universidade de São Paulo, 2005.

_____. Campos dos Goytacazes nos anos 1870-1880: a modernização brasileira e o “mundo cidadão”. **Agenda Social**, Campos dos Goytacazes, v. 2, n. 2, p. 40-64, 2008.

FERREIRA, Avelino. **Câmara de Campos - 360 anos**. Campos dos Goytacazes: Grafimar, 2012.

FERREIRA, R. A; PERET FILHO, L. A; GOULART, E. M. A; VALADÃO, M. M. A. O estudante de medicina da Universidade Federal de Minas Gerais: perfil e tendências. **Revista Associação Médica Brasil**, p. 224-31, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia dos territórios. In: SAQUET, M. A.; SPÓSITO, E. S. (Org.), **Território e territorialidades**. Teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197-215.

FIOROTTI, K. P; ROSSONI, R. R; MIRANDA, A. E. Perfil do Estudante de Medicina da Universidade Federal do Espírito Santo, 2007. **Revista Brasileira de Educação Médica**, p. 355-362, 2010.

FRANCISCO, Quézia de Souza. **A agroindústria canavieira de Campos-RJ e os royalties do petróleo a partir da percepção dos atores.** Dissertação de mestrado - Programa de Pós-Graduação Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF, Campos, 2009.

FRANCO, Dauro Santos. **Democracia e poder local:** algumas considerações sobre o caso de Campos dos Goytacazes. Dissertação de mestrado em Políticas Sociais, UENF, Campos, 2006.

FREITAS, Herbson da Rocha. **Almanaque de Campos - 2014.** Campos dos Goytacazes: s/Ed, 2013.

FRIDMAN, Fania. O urbano e o regional nos Campos das Delícias. **Anais do XII Encontro Nacional da ANPUR.** Belém: UFPa, 2007.

GIVISIEZ, Gustavo; OLIVEIRA, Elzira. Pobreza e a riqueza nas cidades do petróleo. In: PIQUET, R. P. S. (Org.). **Petróleo e Região no Brasil - o desafio da abundância.** Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

GOMES, Luís Emílio. **Entre déspotas e heróis: conflitos pela terra em Campos dos Goytacazes e suas visões na historiografia (1674-1752).** Dissertação de mestrado em História, UFF, Niterói, 2014.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 2, n. 2, 2012.

GRAMSCI, Antônio. **Escritos políticos.** Vols. I, II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRAMSCI, Antônio; COUTINHO, Carlos Nelson. **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci.** Rio de Janeiro: Graal, 1978.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR.** Vol. 3. Rio de Janeiro: ANPUR, 2001.

_____. Território e Multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, Niterói: UFF, v. 17, p. 19-45, 2007.

_____. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A.; SPÓSITO, E. S. (Org.), **Território e territorialidades.** Teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 95-120.

_____. **Regional-global:** dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL. **Anuário Açucareiro.** São Paulo: IAA, 1935.

INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRAFIA ESTATÍSTICA (IBGE). Periódico da Produção Agrícola Municipal do Ano de 2012. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pam/2012/default_temp_xls.shtm> Acesso em 5 de Janeiro de 2016.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**, 2. ed., São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LEWIN, H.; RIBEIRO, A. P. A.; SILVA, L. S. **Uma nova abordagem da terra no Brasil: o caso do MST em Campos dos Goytacazes**. Rio de Janeiro: Editora7 Letras, 2005.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia**. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2011.

MORAES SILVA, M. A. **Errantes do Fim do Século**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

MORIN, Edgar. **O método 1: a natureza da natureza**. 2. ed. Tradução Ilana Heineberg. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MONNERAT, Tanize do Couto Costa. Discurso e prática abolicionista em Campos dos Goytacazes (1884-1888). **Recôncavo: Revista de História da UNIABEU**, v. 3, n. 5, p. 99-120, 2013.

MONIÉ, Frédéric. Petróleo, industrialização e organização do espaço regional. In: PIQUET, R.P.S. (Org.). **Petróleo, Royalties e Região**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2003.

MUSCARÁ, Luca. A Heurística de Jean Gottmann: Um dispositivo psicossomático. In: SAQUET, M. A.; SPÓSITO, E. S. (Org.), **Território e territorialidades**. Teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 37-56.

NEVES, Delma Pessanha. **Lavradores e pequenos produtores de cana**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

NUNES, Neila Ferraz Moreira. A experiência eleitoral em Campos dos Goytacazes (1870-1889): frequência eleitoral e perfil da população votante. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, p. 311-343, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, planejamento e conflito de classes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PENNA, Patrícia Ladeira. **Benta Pereira: mulher, rebelião, e família em Campos dos Goytacazes**. Dissertação de mestrado em História, UFF, Niterói, 2014.

PESSANHA, Roberto Moraes (Org.). **Economia e Desenvolvimento no Norte Fluminense**. 1. ed., Campos dos Goytacazes: WTC Editora, 2004.

_____. (Org.). **Campos dos Goytacazes - Uma cidade para todos**. 1. ed. Campos dos Goytacazes: CEFET Campos, 2005.

PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos. Francisco Ferreira Saturnino Braga: negócios e fortuna em Campos dos Goytacazes. **História** (São Paulo), v. 31, n. 2, p. 212-246, 2012.

PERISSINOTTO, R.; CODATO, A. Classe social, elite política e elite de classe: por uma análise societalista da política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 2, p. 243-270, 2009a.

_____. Marxismo e elitismo: dois modelos antagônicos de análise social? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 71, p. 143-195, 2009b.

PINTO, Jorge Renato Pereira. **Um pedaço de terra chamado Campos**. Campos dos Goytacazes: Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, 2006.

_____. O ciclo do açúcar em Campos. Campos dos Goytacazes: Erca, 1995.

PIQUET, Rosélia Perissé da Silva. (Org.). **Petróleo, Royalties e Região**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2003.

_____. Da cana ao petróleo: uma região em mudança. In: PIQUET, R. P. S. (Org.). **Petróleo, Royalties e Região**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2003.

_____. Indústria do petróleo e dinâmica regional reflexões teórico-metodológicas In: PIQUET, R. P. S. (Org.). **Petróleo e Região no Brasil - o desafio da abundância**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

_____. (Org.). **Petróleo e Região no Brasil - o desafio da abundância**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

_____. (Org.). **Mar de Riqueza, Terras de Contrastes: o petróleo no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

PIQUET, Rosélia Perissé da Silva; TERRA, Denise. A roda da fortuna: a indústria do petróleo e seus efeitos multiplicadores no Brasil. In: PIQUET, R.P.S. (Org.). **Mar de Riqueza, Terras de Contrastes: o petróleo no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

PIQUET, Rosélia; SILVA, Ronaldo Costa. O ciclo da dependência às rendas petrolíferas em municípios do norte fluminense. **Cadernos do desenvolvimento fluminense**, Rio de Janeiro, n.5, p. 95-108, 2014.

PLUHAR, Cristiano. **Campos Capital? Os interesses econômicos e políticos distantes do povo**. Campos dos Goytacazes: Arquivo Público de Campos dos Goytacazes, 2010a.

_____. As relações comerciais no século XVIII e XIX entre Campos dos Goytacazes e Rio de Janeiro. In: **Anais do III Encontro de Geografia**, 2010b.

POHLMANN, Maria Alice R. O; FARIA, Teresa Peixoto. Discurso higienista na construção da cidade moderna: o papel da revista “A Aurora-Letras-Artes-Sciências”. In: **Anais Encontros Nacionais da ANPUR**, v. 10, 2013.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. O Coronelismo numa Interpretação Sociológica. In: FAUSTO, B. (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III, vol. 1. São Paulo, Difel, 1975, p. 155-190.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

_____. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, UNESP, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009, p. 17- 35.

RIBEIRO, Rafaela Machado. **O negro e seu mundo: Vida e trabalho no pós-Abolição em Campos dos Goytacazes (1883-1893)**. Dissertação de mestrado - Programa de Pós-Graduação Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF, Campos, 2012.

RIBEIRO, Marcos Abraão Fernandes. Mídia e poder local: o caso dos jornais “Folha da Manhã” e “O Diário” em Campos dos Goytacazes. **VÉRTICES**, Campos dos Goytacazes/RJ, v. 13, n. 3, p. 157-176, set./dez., 2011.

ROCHEFORT, Michel. **O desafio urbano dos países do sul**. 1. ed. Campinas: Edições Territorial, 2008.

RODRIGUES, Hervé Salgado. **Campos na taba dos Goytacazes**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1988.

SANTOS, Milton. **Ensaio sobre a urbanização latino-americana**. São Paulo: Hucitec, 1982.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001.

SANTOS, Milton. O papel ativo da geografia um manifesto. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano V, n. 9, p. 103-109, jul./dez., 2000.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M.; SPOSITO, E. S. **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 73-94.

SERRA, R. V.; TERRA, D. Notas sobre a região petro-rentista da Bacia de Campos. In: CARVALHO, Ailton Mota; TOTTI, Maria Eugênia Ferreira. (Org.). **Formação Histórica e Econômica do Norte Fluminense**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda., p. 275-308, 2006.

SERRA, Rodrigo Valente. Sobre o advento dos municípios “novos ricos” nas regiões petrolíferas nacionais In: PESSANHA, Roberto Moraes (Org.). **Economia e Desenvolvimento no Norte Fluminense**. 1. ed. Campos dos Goytacazes: WTC Editora, p. 27-76, 2004.

_____. O sequestro das rendas petrolíferas pelo poder local: a gênese das quase sortudas regiões produtoras. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)**, v. 9, p. 101-114, 2007.

SERRA, Rodrigo Valente; MOTHE, Natália. Sintomas da maldição dos recursos naturais no município petrolífero de Campos dos Goytacazes – RJ. **VII Encontro Nacional da ANPEGE**, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

SILVA, R; MOTA, A. Formação econômica da Região Norte Fluminense. In: PESSANHA, Roberto Moraes (Org.). **Economia e Desenvolvimento no Norte Fluminense**. 1. ed. Campos dos Goytacazes: WTC Editora, p. 27-76, 2004.

SILVA, Marcus Cardoso. Militâncias e eleitorado em Campos dos Goytacazes: entre clãs, tribos e republicanismo. **VÉRTICES**, Campos dos Goytacazes/RJ, v. 12, n. 3, p. 59-69, set./dez., 2010.

_____. Judicialização da relação político e cidadão: um estudo das intervenções judiciais nas campanhas eleitorais de Campos dos Goytacazes entre 2004 e 2011. Dissertação de mestrado em Sociologia Política, UENF, Campos, 2012.

SMIDERLE, Diléa de Araújo. **O multiforme desafio do setor sucroalcooleiro de Campos dos Goytacazes**. Campos dos Goytacazes, Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, 2010.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. Unesp, 2003.

SOFFIATI, Arthur. O movimento político de Campos em 1855. **Vértices**, v. 1, p. 7-29, 2012.

SOUSA, Horácio. **Cyclo Áureo – História do 1º Centenário da Cidade de Campos: 1835-1935**. Campos: Artes Gráficas, 1935.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C. e CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, Marcelo Lopes de. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, UNESP, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009, p. 57-72.

SOUZA, Luiz Antonio Martins de Souza. **Política e parentela em Campos dos Goytacazes**. Dissertação de mestrado em Políticas Sociais, UENF, Campos, 2003.

SOUZA, Renato Barreto de. **Clientelismo e voto em Campos dos Goytacazes**. Dissertação de mestrado em Políticas Sociais, UENF, Campos, 2004.

TERRA, Denise Cunha Tavares; OLIVEIRA, Elzira Lúcia de; GIVISIEZ, Gustavo Henrique Naves. Os municípios “novos ricos” do petróleo são mais solidários com sua população? In: **Anais do X Colóquio Internacional sobre o Poder Local**, Salvador, 2006.